



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**ROBERTO ANTERO DA SILVA**

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE MÉDIA DE ARAGUAÍNA-TO**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2016**

ROBERTO ANTERO DA SILVA

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE MÉDIA DE ARAGUAÍNA – TO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelita Neto Carleial

**FORTALEZA – CEARÁ  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Estadual do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Silva, Roberto Antero da .  
Desigualdades socioespaciais na cidade média de  
Araguaína - TO [recurso eletrônico] / Roberto Antero da  
Silva. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do  
trabalho acadêmico com 181 folhas, acondicionado em  
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará,  
Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Análise Geoambiental e  
Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e  
Litorâneas.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adelita Neto Carleial.

1. Araguaína -TO. 2. Cidade média. 3. Desigualdades  
socioespaciais. I. Título.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



### FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO DA TESE:** "DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE MÉDIA DE ARAGUAÍNA-TO".

**Data da Defesa:** 30/03/2016

**Nome do Autor:** ROBERTO ANTERO DA SILVA

**Nome da Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelita Neto Carleial (UECE)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

#### BANCA:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelita Neto Carleial - UECE  
1º Membro (Orientadora)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio - UFC  
2º Membro Externo

Prof. Dr. Marcelo Cavalcante da Silva - UFT  
3º Membro Externo

Prof. Dr. Zenilde Baima Amorim - UECE  
4º Membro Interno

Prof. Dr. Virginia Célia Cavalcante de Holanda - UVA / UECE  
5º Membro Interno

Dedico à minha família e a todos que compartilham o ideal de uma cidade socialmente e espacialmente mais justa.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grato a todos que contribuíram para realização do Doutorado e desta tese. Desculpo-me, por qualquer omissão.

À Deus, pela força em mais uma conquista.

À Micilene (esposa), Jamilly e Samira (filhas), que souberam dividir, mas também disputar espaço e tempo com os afazeres do doutoramento.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelita Neto Carleial pela confiança, orientação segura, ensinamentos e experiências compartilhadas.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Matos Araújo por compartilhar sua crítica visão de mundo.

Ao Prof. Dr.<sup>o</sup> Otávio José Lemos Costa pelo apoio institucional.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia M<sup>a</sup> Lucia Brito da Cruz, pela confiança, incentivos e apoio institucional.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGeo) pelas oportunidades de reflexão e diálogo.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zenilde Baima Amora, ao Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> José Levi Furtado Sampaio e Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (via e-mail) pelas críticas e valiosas sugestões no exame de qualificação.

Aos professores e professoras que participaram como avaliadores na banca de defesa da tese.

Aos colegas “lepopianos”, especialmente ao Diego, Sharon, Victor, Yara, Evelize, pelo companheirismo, debates e cumplicidade na abordagem teórica.

Aos colegas do doutorado em Geografia pelos debates geográficos e conversas informais. Ao Iaponam um agradecimento especial pela amizade sempre prestativa com direito à acolhida em seu apartamento por três anos.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE), em especial ao PROPGeo, oportunizando meu crescimento intelectual.

Aos colegas professores do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que compreenderem e apoiaram momentos de ausência, devido à realização de atividades referente ao doutoramento.

## RESUMO

As desigualdades socioespaciais na cidade de Araguaína são interpretadas pelas disparidades na distribuição da infraestrutura urbana, riqueza e pobreza entre os diferentes grupos sociais. Araguaína é cidade média inserida na rede urbana do Tocantins e da Amazônia, exercendo funções econômicas em área de influência, que extrapola os limites estaduais. Como cidade funcional ao processo de desenvolvimento econômico, possui capacidade de geração de riquezas, simultâneo à produção miséria, problemas urbanos e desigualdades socioespaciais. O objetivo desta pesquisa consiste em identificar e caracterizar Araguaína como cidade média do Tocantins e da Amazônia, interpretando seus problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais. Na base teórica em uso, a cidade é uma produção social, onde agentes - com desígnios diversos e contraditórios - participam em um processo dialético, conflituoso e desigual. A metodologia operacional combina o uso de fontes bibliográficas, seleção de dados do Censo Demográfico 2010 por setor censitário e pesquisa de campo. Os dados censitários referem-se a indicadores sociais que foram selecionados para debater os temas habitação, renda e escolaridade, ampliando-se para o estudo de áreas classificadas como aglomerados subnormais. Araguaína, foi revelada cidade média, com acentuados problemas urbanos, habitar diferenciado e desigual, mostrando desigualdades socioespaciais e a coexistência da pobreza e riqueza nos mesmos fragmentos de espaço.

**Palavras-chave:** Araguaína–TO. Cidade média. Desigualdades socioespaciais.

## **ABSTRACT**

The socio-spatial inequalities in Araguaína city are interpreted according to disparities in the distribution of urban infrastructure, wealth and poverty between different social groups. Araguaína city is a middle one inserted in Tocantins and Amazon urban network, exercising economic functions in the area of influence that goes beyond state boundaries. As an important city to the process of economic development, it has the capacity of producing wealth as the same time it produces poverty, urban problems and socio-spatial inequalities. Then, this research aims to identify and to make an outline of Araguaína as a middle city of Tocantins and Amazon, interpreting its urban problems and the socio-spatial dissimilarities. According to the theory used in this work, the city is comprehended as a social production, where agents - with diverse and conflicting interests – are participating in a dialectic, conflicting and uneven process. So this investigation is based on bibliographical sources, field research and data from 2010 Demographic Census. Census data refer to social indicators that have been selected to discuss housing, income and education issues. Araguaína city was revealed a middle city with urban problems, differentiated and unequal habitat, presenting social and spatial inequalities and the coexistence of poverty and wealth in the same space.

**Key-words:** Araguaína-TO. Middle city. Social and spatial inequalities.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

|             |                                                                                                                                                |     |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 –  | Espraçamento dos municípios com sede de porte médio em Tocantins.....                                                                          | 75  |
| Figura 2 –  | Imagem da propaganda oficial da Prefeitura Municipal de Araguaína, alusiva ao potencial econômico municipal – 2015...                          | 80  |
| Figura 3 –  | Zoneamento urbano para valores do IPTU - Araguaína – TO/2015.....                                                                              | 97  |
| Figura 4 –  | Abairramento da cidade, segundo Plano Diretor Municipal - de Araguaína –TO/ 2004.....                                                          | 98  |
| Figura 5 –  | Área intermunicipal do Residencial Costa Esmeralda nos municípios de Araguaína e Wanderlândia – 2015.....                                      | 104 |
| Figura 6 –  | Avenida Cônego João Lima: área mais valorizada da cidade – Araguaína -TO/2015.....                                                             | 113 |
| Figura 7 –  | <i>Aglomerado subnormal</i> Parque Bom Viver I: uma das áreas com menor valor por metro quadrado em Araguaína – Araguaína –TO/2015.....        | 115 |
| Figura 8 –  | Infraestrutura e padrão construtivo no <i>aglomerado subnormal</i> Ana Maria – Araguaína- TO/2015.....                                         | 117 |
| Figura 9 –  | Residências de famílias de alta renda, no Setor Anhanguera e Conjunto Urbanístico – Araguaína –TO/2015.....                                    | 123 |
| Figura10 –  | Moradias de famílias com nível de renda baixo no <i>aglomerado subnormal</i> Jardim das Mangueiras e Setor Céu Azul – Araguaína -TO/2015.....  | 125 |
| Figura 11 – | Imóveis de alto e baixo padrão com finalidade de locação no Setor Oeste – Araguaína – TO/2015.....                                             | 135 |
| Figura 12 – | Poço utilizado para provimento de água no Setor Brejão - Araguaína – TO/2015.....                                                              | 139 |
| Figura 13 – | Lixo jogado em terreno baldio e logradouro nos <i>aglomerados subnormais</i> Monte Sinai e Vitória – Araguaína – TO/2015.....                  | 143 |
| Figura 14 – | Fossa rudimentar para destinação de dejetos sanitários, no <i>aglomerado subnormal</i> Monte Sinai e Setor Tecnorte – Araguaína – TO/2015..... | 151 |

|             |                                                                                                                       |     |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 15 – | Esgoto sanitário descartado no córrego Neblina (Centro) e no córrego Tanque (Setor Itapuã) – Araguaína – TO/2015..... | 153 |
| Figura 16 – | Vala para depósito de excremento no <i>aglomerado subnormal</i> Monte Sinai – Araguaína – TO/2015.....                | 154 |
| Gráfico 1 – | Evolução do quantitativo de municípios em Tocantins (1872 a 2000) .....                                               | 69  |
| Gráfico 2 – | Tipo de esgotamento sanitário por domicílio – Araguaína -TO / 2010 .....                                              | 147 |
| Mapa 1 –    | Localização de Araguaína (TO) na Amazônia Legal – 2010.....                                                           | 17  |
| Mapa 2 –    | Setores censitários urbanos de Araguaína, segundo IBGE - Araguaína–TO/2010.....                                       | 96  |
| Mapa 3 –    | Localização dos aglomerados subnormais em Araguaína – Araguaína –TO / 2010.....                                       | 109 |
| Mapa 4 –    | Total do rendimento mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios por setor censitário – Araguaína -TO / 2010..... | 122 |
| Mapa 5 –    | Percentual de chefes de famílias alfabetizados por setor censitário –Araguaína -TO / 2010.....                        | 128 |
| Mapa 6 –    | Média de moradores por domicílios, segundo setor censitário - Araguaína -TO / 2010.....                               | 131 |
| Mapa 7 –    | Domicílios improvisados por setor censitário – Araguaína -TO / 2010.....                                              | 133 |
| Mapa 8 –    | Domicílios com abastecimento de água por rede geral, segundo setor censitário – Araguaína -TO / 2010.....             | 137 |
| Mapa 9 –    | Domicílios com lixo coletado por setor censitário – Araguaína - TO / 2010.....                                        | 141 |
| Mapa 10 –   | Domicílios sem instalações sanitárias por setor censitário – Araguaína -TO / 2010.....                                | 145 |

|            |                                                                                                                      |     |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 11 –  | Domicílios com esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial, segundo setor censitário – Araguaína -TO / 2010..... | 150 |
| Mapa 12 –  | Domicílios com moradia adequada por setor censitário - Araguaína -TO / 2010.....                                     | 157 |
| Quadro 1 – | Principais instituições públicas e privadas de ensino superior existentes em Araguaína –TO / 2015.....               | 82  |

## LISTA DE TABELAS

|             |                                                                                                                                                                                                   |     |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 -  | População residente e grau de urbanização na Região Norte entre os anos de 1950 e 2010 – Brasil /1950-2010.....                                                                                   | 61  |
| Tabela 2 –  | Indicadores de hierarquia urbana em cidades de porte médio no Sudeste da Amazônia Oriental (2007, 2012, 2014) .....                                                                               | 77  |
| Tabela 3 –  | População residente, grau de urbanização e taxa de crescimento populacional nos municípios selecionados com sede de porte médio – Tocantins, Pará, São Paulo, Goiás e Maranhão/ 1991 – 2010.....  | 88  |
| Tabela 4 –  | Alfabetização, renda média das pessoas e pobreza nos municípios selecionados com sede de porte médio – Tocantins, Pará, São Paulo, Goiás e Maranhão/ 2010.....                                    | 90  |
| Tabela 5 -  | Indicadores de saneamento básico nos municípios selecionados com sede de porte médio – Tocantins, Pará, São Paulo, Goiás e Maranhão/ 2010.....                                                    | 91  |
| Tabela 6 –  | <i>Aglomerados subnormais</i> por domicílio e população residente - Araguaína –TO\ 2010.....                                                                                                      | 111 |
| Tabela 7 –  | Valor do metro quadrado nos <i>aglomerados subnormais</i> - Araguaína-TO / 2015.....                                                                                                              | 116 |
| Tabela 8 –  | Chefes de domicílio com níveis de renda alto ou baixo por bairros, Araguaína - TO\ 2010.....                                                                                                      | 124 |
| Tabela 9 –  | Percentual de chefes de domicílios com renda de até 1 salário mínimo e não alfabetizados por bairros e <i>aglomerados subnormais</i> - Araguaína – TO\ 2010.....                                  | 159 |
| Tabela 10 - | Percentual de domicílios com rede geral de água, lixo coletado e sem sanitário por bairros e <i>aglomerados subnormais</i> com indicadores mais críticos de habitação - Araguaína – TO\ 2010..... | 160 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                |
|-------------|----------------------------------------------------------------|
| BASA        | Banco da Amazônia                                              |
| DAIARA      | Distrito Agroindustrial de Araguaína                           |
| EAD         | Educação a Distância                                           |
| HRA         | Hospital Regional de Araguaína                                 |
| FACDO       | Faculdade Católica Dom Orione                                  |
| FACIT       | Faculdade de Ciências do Tocantins                             |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                |
| ICMS        | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços             |
| IFTO        | Instituto Federal do Tocantins                                 |
| IPTU        | Imposto Predial e Territorial Urbano                           |
| IPTAC       | Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos               |
| LEPOP       | Laboratório de Estudos de População                            |
| PIB         | Produto Interno Bruto                                          |
| PIN         | Programa de Integração Nacional                                |
| POLAMAZÔNIA | Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia         |
| POLOCENTRO  | Programa de Desenvolvimento do Cerrado                         |
| RECIME      | Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias da América Latina   |
| REGIC       | Regiões de Influência das Cidades                              |
| SANEATINS   | Odebrecht Ambiental Companhia de Saneamento do Tocantins       |
| SEPLAN      | Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins        |
| SIDRA       | Sistema Recuperação Automática de Dados                        |
| SPVEA       | Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia |
| SUDAM       | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia                |
| SUFRAMA     | Superintendência da Zona Franca de Manaus                      |
| UFT         | Universidade Federal do Tocantins                              |
| IFTO        | Instituto Federal do Tocantins                                 |
| UPA         | Unidade de Pronto Atendimento                                  |
| UNOPAR      | Universidade Norte do Paraná                                   |
| ZEIS        | Zona Especial de Interesse Social                              |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                        | <b>15</b> |
| <b>2 CIDADES MÉDIAS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS .....</b>                                                     | <b>26</b> |
| 2.1 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DAS CIDADES .....                                                           | 26        |
| 2.2 DEFINIÇÕES E IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS .....                                                           | 33        |
| <b>2.2.1 Critérios para definição e classificação de Araguaína como cidade média .....</b>                       | <b>41</b> |
| 2.3 ABORDAGENS DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CIDADES MÉDIAS.....                                           | 45        |
| <b>2.3.1 Indicadores sociais para interpretar desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína.....</b> | <b>50</b> |
| <b>3 CENTRALIDADES E PROBLEMAS URBANOS EM ARAGUAÍNA-TO: CIDADE MÉDIA NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA .....</b>        | <b>55</b> |
| 3.1 ESTRATÉGIAS ESTATAIS PARA OCUPAÇÃO ECONÔMICA E URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.....                                  | 56        |
| 3.2 ESTRATÉGIAS PARA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA EFETIVADAS EM TOCANTINS.....                                           | 63        |
| 3.3 FORMAÇÃO DA REDE URBANA DO TOCANTINS .....                                                                   | 66        |
| 3.4 ARAGUAÍNA NA REDE URBANA DO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL..                                                   | 70        |
| 3.5 FUNÇÕES URBANAS DE ARAGUAÍNA.....                                                                            | 79        |
| 3.6 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS ENTRE CIDADES MÉDIAS .....                                                      | 84        |
| <b>4 USO DO SOLO EM ARAGUAÍNA-TO: SUBDIVISÕES INTERNAS, EXPANSÃO E VALOR DE TROCA .....</b>                      | <b>94</b> |
| 4.1 SUBDIVISÕES URBANAS DE ARAGUAÍNA-TO: AGREGANDO A DEMARCAÇÃO DO IBGE E A DA PREFEITURA .....                  | 94        |
| 4.2 EXPANSÃO URBANA RECENTE DE ARAGUAÍNA.....                                                                    | 100       |
| 4.3 AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA: EXPRESSÕES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL .....                      | 105       |

|                                                                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.4 O VALOR DE TROCA DO SOLO URBANO EXPRESSO NO ZONEAMENTO TRIBUTÁRIO.....                                                                           | 111        |
| <b>5 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO .....</b>                                                                                | <b>119</b> |
| 5.1 RENDA E ALFABETIZAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA.....                                                                                                   | 120        |
| 5.2 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO, TIPOLOGIA E ADENSAMENTO DA MORADIA .....                                                                                   | 130        |
| 5.3 O ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ENTRE ESPRAIAMENTO E CARÊNCIA DO SERVIÇO .....                                                                          | 136        |
| 5.4 O SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DO LIXO .....                                                                                                        | 140        |
| 5.5 DOMICÍLIOS SEM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS .....                                                                                                      | 144        |
| 5.6 ESGOTAMENTO SANITÁRIO: A RARIDADE DA INFRAESTRUTURA URBANA DE ARAGUAÍNA .....                                                                    | 146        |
| 5.7 MORADIA ADEQUADA E INADEQUADA.....                                                                                                               | 155        |
| 5.8 DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS <i>AGLOMERADOS SUBNORMAIS</i> EM ARAGUAÍNA .....                                                                      | 158        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                  | <b>163</b> |
| <b>REFRÊNCIAS .....</b>                                                                                                                              | <b>167</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                                               | <b>176</b> |
| APÊNDICE A – Quadro de correspondência espacial entre setores censitários, divisão em bairros e zoneamento tributário – Araguaína–TO/2010-2015 ..... | 177        |
| APÊNDICE B – Valor venal do metro quadrado de terreno por zona urbana em Araguaína, segundo Prefeitura Municipal – Araguaína–TO /2015 .....          | 181        |

## 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades socioespaciais, nesta tese, são interpretadas pelas disparidades na distribuição da infraestrutura urbana, riqueza e pobreza, entre os diferentes fragmentos do espaço e grupos sociais que habitam cidade média de Araguaína, em Tocantins. A relevância das cidades médias na urbanização brasileira, relacionada às funções econômicas que desempenham em determinada rede urbana, e pelo expressivo crescimento demográfico, é justificadamente, o enfoque mais habitual, que também é adotado nesta pesquisa.

Seguindo concepção adotada em Carleial e Araújo (2010), a cidade é analisada a partir de suas contradições, conflitos e relações desiguais, pelas carências de serviços públicos e de infraestrutura urbana, pelo concorrido uso do espaço urbano entre atividades econômicas e pelas diferentes oportunidades de acesso à habitação.

Araguaína, a cidade investigada, está localizada ao norte do estado do Tocantins, e inserida na Amazônia Legal (Mapa 1), condição na qual são examinadas suas características e tendências de urbanização, com destaque para o acelerado ritmo de crescimento demográfico, a infraestrutura urbana e serviços públicos; as diferenças e semelhanças intraurbanas, determinadas pelo antagonismo econômico e pelas condições habitacionais.

Nesta cidade média, o setor terciário de comércio varejista e uma rede de bens e serviços de educação superior, saúde e apoio à produção pecuarista, se expandem para atender à população da cidade e de sua região, ocupando áreas valorizadas, ou avançam sobre bairros residenciais atribuindo-lhes valor e uso econômico. Como no restante do País, a população com maior poder econômico ocupa bairros com melhores condições urbanas ou em proximidade aos serviços públicos e privados, enquanto que para a população trabalhadora restam áreas periféricas, com carência generalizada de benefícios da urbanização.

A presença de seis núcleos de *aglomerados subnormais* ou favelas, conforme classificação oficial do IBGE (2010), identificados nesta cidade, é reveladora de contradições resultantes das desigualdades socioespaciais, exemplificando situação de precariedade da habitação. Outra face da urbanização é a deficiente

infraestrutura urbana que marca a paisagem da maioria dos bairros, mesmo os que abrigam classes sociais mais abastadas.

Na urbanização apreendida em Lefebvre (2001, 2004, 2008) as contradições socioterritoriais na sociedade capitalista tendem a agravar e ampliar as desigualdades socioespaciais e são intrínsecas aos conflitos, em que a classe trabalhadora luta pelo acesso e uso da cidade, entendidos como a conquista dos direitos básicos ao trabalho, moradia, infraestrutura e aos serviços públicos.

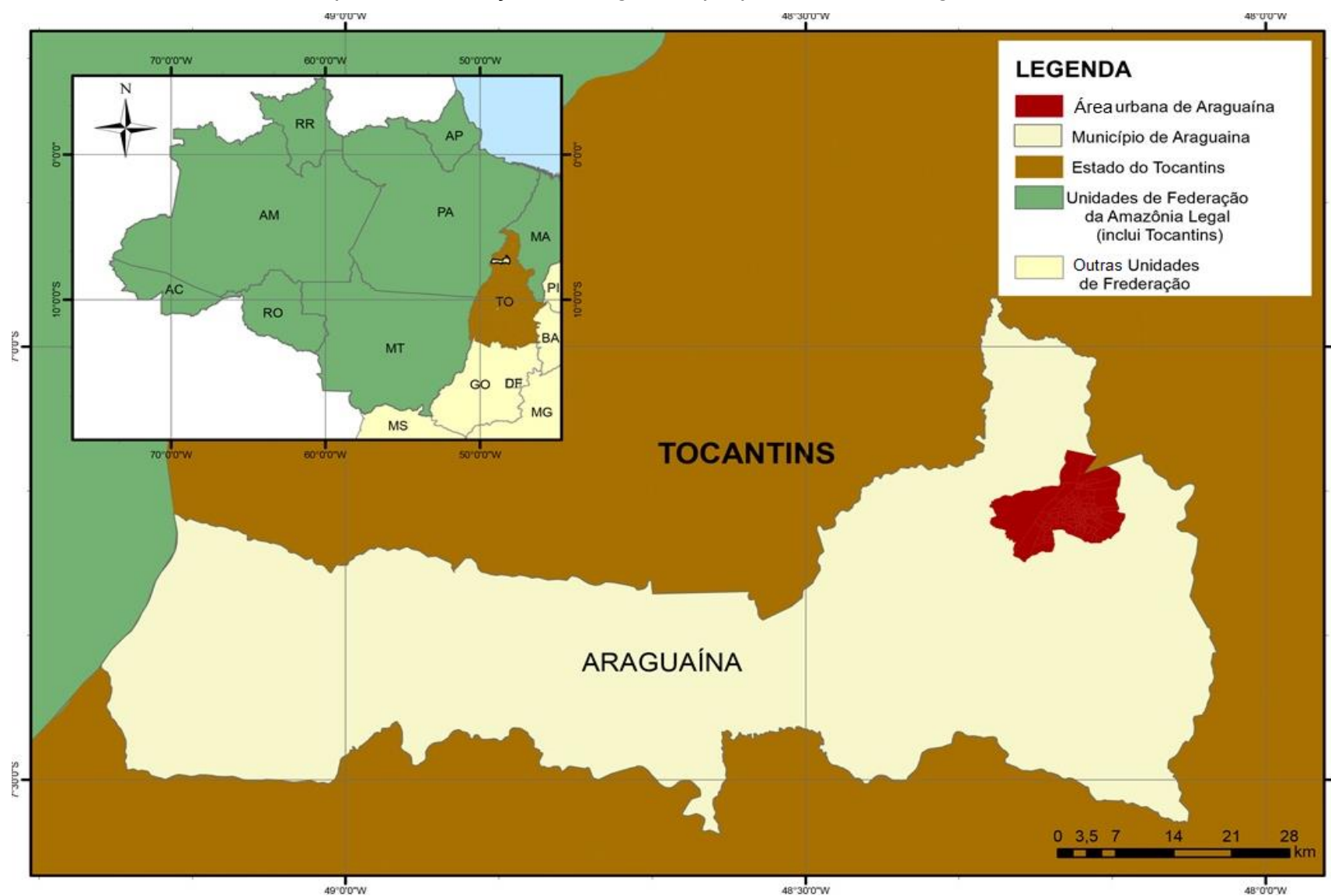
O processo de urbanização e seus dilemas tem na metrópole a principal referência empírica, considerada como ápice da vida urbana, todavia, Milton Santos (2009) argumenta que a urbanização exhibe problemáticas parecidas, generalizadas por todas as cidades brasileiras. Dessa forma, os problemas urbanos e a favelização, aspectos mais visíveis das desigualdades socioespaciais, reconhecidamente fenômenos típicos das metrópoles, tornam-se cada vez mais evidenciados em outras realidades urbanas, notadamente, nas cidades médias.

Araguaína recebeu efeitos das estratégias e ações para reordenamento territorial da Amazônia legal, vinculados ao processo de expansão do capitalismo no Brasil após a metade do século XX, que, conduzido pelo governo federal, ocasionou intensas transformações econômicas, sociais e na rede urbana da Amazônia.

Segundo Becker (2003, 2009), seriam características urbanas atuais da Amazônia: o ritmo acelerado de crescimento da população urbana, a desconcentração urbana com relevante contribuição das cidades médias, a migração e criação de novos municípios, como fatores fundamentais do crescimento urbano, as relações de interdependência entre o campo e a cidade, as carências generalizadas de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana. Em linhas gerais, esses aspectos podem ser verificados em Araguaína.

Em pesquisa anterior de Silva (2012), foi apurado que esta cidade é centro regional de apoio à pecuária estadual, e principal fornecedora de carne bovina ao mercado mundial, acumulando ainda funções de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas; mas também, portadora de problemas urbanos, contradições urbanas e regionais.

Mapa 1– Localização de Araguaína (TO) na Amazônia Legal – 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaboração do autor. Diagramação: Victor R. Bento

Entretanto, os problemas urbanos e desigualdades socioespaciais existentes são encobertos pelos discursos oficiais e midiáticos, que exacerbam sua função econômica, ao denominar Araguaína como “capital do boi gordo”, “capital econômica estadual”.

Em uma fraca e seletiva rede urbana estadual, Araguaína ganha estes atributos de relevância, ao exercer papel de comando na divisão territorial do trabalho, em espaço de economia rarefeita, mas em contínuo crescimento. Desse modo, é considerada como uma das cidades médias da Amazônia, que desenvolve papel de intermediação econômica com centros urbanos de sua área de influência.

Araguaína tem atributos de um processo de urbanização periférica, resultado de veloz e contraditório crescimento econômico e demográfico, convergindo investimentos públicos e privados que geram a produção de riqueza assim como a concentração de desigualdades socioespaciais.

Adota-se como um dos pressupostos, que a lógica perversa do mercado é dominante, e que apoiada pelo Estado, provê melhor infraestrutura para funções econômicas desenvolvidas e apenas a infraestrutura mínima para a população. Compreende-se as desigualdades sociais como inerentes ao modo de produção capitalista e, no espaço urbano, mais especificamente nas cidades, são reveladas de maneira mais perceptível pelas diferentes formas de uso e acesso ao solo urbano pelas classes sociais.

Diante deste quadro surgem questionamentos a serem explicitados: Como mensurar e interpretar os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína? Como está distribuída a miséria e a riqueza entre grupos da população, no espaço urbano desta cidade? Os *aglomerados subnormais* são expressões do crescimento econômico desigual que demonstram a coexistência tensa entre áreas empobrecidas e ricas em Araguaína?

O pressuposto básico que sustenta esta pesquisa é o de que a capacidade de geração de riquezas das cidades médias está subordinada ao processo de desenvolvimento econômico, visando acumulação e ampliação dos lucros, conforme o modo de produção dominante. Portanto, é um processo contraditório e desigual, reproduzindo os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais nas cidades, que estão inseridas em uma totalidade geográfica. E é comparável à problemática

urbana reconhecida e pesquisada com maior ênfase nos espaços metropolitanos, ponderando-se sobre diferenciações de processos, e à escala geográfica de análise entre uma metrópole e uma cidade média.

Em Araguaína, o conteúdo econômico da urbanização produz um tipo de desenvolvimento que centraliza riqueza e pobreza em seu espaço urbano que se expande com a proliferação de favelas, da miséria, e de mão de obra empobrecida.

A hipótese deste trabalho é que Araguaína é uma cidade média cuja urbanização está relacionada ao movimento de expansão e acumulação capitalista na Amazônia brasileira, com destaque local para a distribuição de bens, serviços e produção primária, promovendo mobilidade de capital e de população e, por conseguinte, veloz processo de expansão urbana e demográfica e de acentuadas desigualdades socioespaciais intraurbanas.

O objetivo central desta tese consiste em identificar e caracterizar Araguaína como cidade média do Tocantins e da Amazônia Legal interpretando seus problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais. Em termos de objetivos específicos, se propõe examinar a infraestrutura urbana e a oferta de serviços públicos nesta cidade, tecer uma descrição sobre condições de habitação – acesso às infraestruturas urbanas e aos serviços públicos –, renda e educação do chefe de domicílio.

Cidades médias e desigualdades socioespaciais, os dois temas em discussão nesta tese, são amplamente estudados e pesquisados pela Geografia, embora ainda distanciados. As desigualdades socioespaciais têm maior pertinência quando associadas às metrópoles, enquanto que as cidades médias têm sido mais abordadas pelos papéis exercidos na rede urbana. Esta pesquisa pretende contribuir para o debate geográfico, ao propor uma discussão sobre desigualdades socioespaciais em cidades médias.

Este debate sobre a cidade média ou também a cidade de porte médio – interposto pela riqueza econômica, os problemas urbanos e desigualdades socioespaciais – não se constitui ineditismo, pois vem sendo apresentado em vertentes similares; ora como riqueza e exclusão social em cidades médias por Vieira, Nunes e Guimarães (2010); como padrões de desigualdades em cidades de porte médio por Mellazo (2010); e como baixa qualidade de vida e acentuado

empobrecimento da população em Trindade Júnior e Pereira (2007), e Trindade Júnior (2011).

Selecionar Araguaína como objeto de estudo é justificável pela vivência do autor há mais de vinte anos nesta cidade, acompanhando e participando de perto as transformações socioespaciais, inicialmente a partir do olhar do senso comum, superado pelo crivo da ciência. O intento é colaborar para o reconhecimento de características urbanas e sociais em Araguaína, sendo socialmente relevante para a comunidade local, sobretudo para os moradores de áreas com maiores carências urbanas e sociais.

Seguindo a concepção teórico metodológica que orienta a pesquisa, a cidade é uma produção social, onde agentes, com desígnios diversos e contraditórios, participam em um processo dialético, reforçando a ideia de que esta produção se estabelece em um processo conflituoso e desigual (LEFEBVRE, 2001, 2004, 2008; CARLOS, 2004; CARLEIAL e ARAÚJO, 2010).

Em Lefebvre (2001, 2008), compreende-se a cidade como construção coletiva, cuja função essencial seria a de satisfazer às necessidades de seus habitantes, mas diversamente, é na cidade que as desigualdades sociais e suas repercussões no espaço são observáveis de modo mais acentuado.

As desigualdades socioespaciais nesta pesquisa são qualificadas, pela distribuição da infraestrutura urbana, dos serviços públicos, da riqueza e pobreza entre os diferentes grupos sociais, priorizando um, em detrimento de outro, quando deveria ser universal.

A reprodução das desigualdades e a possibilidade de transformação da realidade sustentam a ciência em uma perspectiva dialética. As possibilidades formuladas, pela base teórica selecionada para alicerçar a pesquisa, expressam a realidade e suas possibilidades, analisadas de modo crítico. Para Moraes e Costa (1999) o método dialético é uma postura filosófica e política que se propõe compreender a realidade, e que possibilita ao pesquisador captar e interpretar os conflitos e as contradições da sociedade.

O caminho da reflexão geográfica é o de apresentar uma cidade com suas contradições econômicas, sociais e espaciais; na tecedura interna desigual de acesso às infraestruturas e serviços urbanos. O empírico é abstraído a partir de indicadores

sociais, de elementos da cidadania, da observação da paisagem urbana, e de informações históricas, embasadas pelo enfoque teórico metodológico revisado e adotado a partir de autores críticos, que reforçam o entendimento de uma sociedade marcada pelas diferenças entre classes sociais, com grupos que detém riqueza e privilégios e outros desfavorecidos, formados por trabalhadores.

A metodologia operacional da pesquisa combina o uso de fontes bibliográficas, pesquisa secundária de dados sociais e econômicos, e pesquisa de campo. Evidências de fontes variadas são apreciadas, em instituições, documentos, redes sociais, fotografias, mapas e observações.

No levantamento bibliográfico realizado aprofundou-se a discussão teórico-conceitual sobre abordagens de desigualdades socioespaciais nas cidades, empenhando-se em contextualizar para um tipo particular, a cidade média, apoiando-se em Araújo (2007), Araújo e Carleial (2003), Carleial e Araújo (2010), Carlos (1994, 2004), Lefebvre (2001, 2004, 2008), Pequeno (2008), Santos (2009) e Rodrigues (2007).

Diante da temática assumida, a discussão sobre a seleção de critérios para classificação de Araguaína como cidade média torna-se imperiosa, argumentando com base em especialistas como Amora (2010), Santos (2008, 2009), Santos e Silveira (2008), Trindade Júnior (2011), Trindade Júnior e Ribeiro (2009); e artigos das coletâneas organizadas por Sposito (2007); Sposito e Sobarzo (2006); além do documento Regiões de Influência das cidades (REGIC, 2008) Essa reflexão contribuiu decisivamente para classificar Araguaína como cidade média da rede urbana do Tocantins e Amazônia.

A abordagem e proposição metodológica para interpretar desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína consistiu no uso de indicadores sociais, e em estudo dos *aglomerados subnormais*. A revisão sobre generalização dos problemas urbanos nas cidades foi em Santos (2009), Pequeno (2008), Sposito e Outros (2007), dentre outros; e o uso de indicadores sociais baseou-se em Araújo e Carleial (2003), Carleial e Araújo (2010), Vieira (2009) e Mellazo (2006).

O uso de indicadores sociais como metodologia para identificar as desigualdades socioespaciais impôs a necessidade de dados secundários, a maioria coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Prefeitura

Municipal de Araguaína, no setor de Modernização da Gestão Pública do Tocantins, da Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

A maioria dos dados é referente ao Censo Demográfico 2010, sobre os resultados universais ou amostrais por municípios e setores censitários – a menor escala de abrangência dos domicílios e da população – obtidos no sítio eletrônico do IBGE, em plataformas específicas sobre o Censo Demográfico 2010, sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA), e IBGE cidades. As bases de microdados que formam as variáveis se encontram codificadas, o que exigiu do pesquisador o domínio de conhecimento técnico específico, para apresentação de suas análises em linguagem compreensível, e em forma de tabelas.

Interpretar as carências urbanas e o fenômeno da desigualdade socioespacial em Araguaína é uma maneira de perceber a totalidade do espaço geográfico, e especificamente a cidade. Os recortes territoriais intraurbanos (setores censitários) são comparados entre si, identificadas suas diferenças e semelhanças, confrontando com observações em campo. Cada *aglomerado subnormal* corresponde a um setor censitário, que de modo didático no texto, serão distinguindo e comparados entre si e as demais unidades censitárias.

O conceito de habitação, abordado nesse estudo, traduz-se na moradia e sua inserção na cidade, ao acesso a serviços de infraestrutura, serviços públicos, transporte acessíveis, equipamentos públicos (CARLEIAL; ARAUJO, 2010). O tema habitação supõe o debate sobre o abastecimento de água, serviço de coleta do lixo, o tipo de esgotamento sanitário, e a existência de sanitário na residência, condição de propriedade do imóvel, precariedade das casas, e o adensamento de moradores por residência. Complementa-se com informações sobre a renda e a escolaridade, elementos essenciais para cidadania, que direcionadas ao chefe da família, contribui para melhor compreender as condições de habitação, e com análise do preço da terra urbana.

Estes temas (habitação, renda e escolaridade) foram caracterizados por variáveis constantes em microdados do Censo Demográfico 2010, apresentadas pelo setor censitário, dos quais foram selecionados os 130<sup>1</sup> classificados em situação

---

<sup>1</sup> O município de Araguaína foi fragmentado em 147 setores censitários para o Censo Demográfico 2010, que além dos 130 em situação urbana, possui mais 15 classificados como zona rural e dois categorizados de aglomerado rural (povoado) (IBGE, 2010).

urbana, que formam a malha da cidade (Mapa 2, pag. 96). Seis destas unidades censitárias urbanas são classificadas pelo IBGE como setores censitários especiais, de *aglomerados subnormais*.

O setor censitário é a compartimentação da cidade em pequenas áreas geográficas, correspondente à menor unidade de coleta censitária, que pode ou não coincidir com o território de um bairro. O setor censitário pode abranger apenas parte de um bairro, assim como pode ser formado por mais de um bairro, ou também pode ocorrer a existência de um bairro formado por diversos setores censitários. Os dados do censo demográfico, em microdados, também são disponibilizados por bairros, mas, apenas quando criados em lei municipal, o que não é o caso de Araguaína.

O setor censitário é identificado apenas por um código numérico pelo IBGE (Mapa 2, pag. 96), exigindo que os resultados dos indicadores socioespaciais, fossem contextualizados conforme as principais divisões internas da cidade, como bairros, setores, vilas, loteamentos, zonas, etc., contribuindo para expressar a realidade local além de serem melhor compreendidos pelos leitores, outros pesquisadores e sobretudo pela sociedade local.

Para obter a correspondência espacial entre os setores censitários e uma compartimentação urbana de Araguaína mais difundida e compreensível, foram impressos dois mapas comparativos, um dos setores censitários urbanos (IBGE, 2010) no formato de 1,60m x 1,90m e um mapa urbano de Araguaína – elaborado pela prefeitura municipal de Araguaína (2010) – no tamanho 90cm X 60 cm<sup>2</sup>, explicitando o encargo que exige um profundo reconhecimento da divisão interna da cidade. Em cada setor censitário, foi anotado com canetão a qual bairro ou bairros correspondia, para então elaborar um quadro de correspondência espacial

Outro instrumento de consulta utilizado nesta mesma tarefa foi o aplicativo *Sinopse* por setores, disponibilizado pelo IBGE, que permite o manuseio de dados demográficos do censo 2010 por setor censitário. A maior comodidade desta ferramenta é permitir sobrepor a malha dos setores censitários ao mapa e a imagem de satélite do *Google Earth*, que possibilita dirimir dúvidas, permitindo o

---

<sup>2</sup> Estes dois mapas foram impressos neste formato e tamanho servindo de subsídio para o autor. O mapa 2 dos setores censitários urbanos (IBGE, 2010) consta na tese (em tamanho do papel a4). Por dificuldades técnicas o mapa urbano de Araguaína (2010) não consta nesta tese.

reconhecimento mais preciso da localização de determinado setor censitário na compartimentação urbana da cidade.

Para classificar cada uma das variáveis selecionadas como indicadores sociais, foram produzidas duas tabelas, uma com números absolutos e outra com percentuais, classificadas em ordem crescente ou decrescente, conforme o interesse da informação, permitindo visualizar os setores com os melhores e os piores indicadores; que também foram sintetizadas ou sistematizadas em tabelas, gráficos e mapas.

Os principais indicadores sociais são cartografados, permitindo observar a espacialização das desigualdades sociais, das infraestruturas e serviços entre bairros. Essa perspectiva possibilita investigar o habitar, a distribuição da miséria e da riqueza entre grupos da população, no espaço urbano da cidade, em que o mapa é utilizado como instrumento analítico, que precisa superar sua própria linguagem em uma perspectiva crítica e dialética (CARLEIAL; ARAÚJO, 2010).

Os indicadores sociais obtidos são analisados e comparados entre os setores censitários, sendo em seguida cotejados com os classificados como *aglomerados subnormais*; e permitindo ainda observar a consistência do uso da metodologia utilizada pelo IBGE para identificar estas áreas.

Para comparar as informações censitárias, buscou-se contrastar os indicadores em seus polos. Assim, em cada uma das variáveis selecionadas como indicadores de desigualdades socioespaciais são considerados os maiores e menores percentuais em 10 setores censitários. Já os setores censitários definidos como *aglomerados subnormais*, são cotejados em todos os indicadores.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, sendo uma para reconhecimento dos *aglomerados subnormais* (entre fevereiro e março de 2014); e outra em sucessivos períodos (de maio a outubro de 2015), em setores censitários em que a análise dos dados apresentava resultados singular de melhor ou pior, que surpreendesse, despertando melhor reconhecimento da situação.

Questões teóricas que revelam sobre a seleção da metodologia, estão diluídas em capítulos da tese, possibilitando ao leitor acompanhar com maior clareza, detalhes acerca dos procedimentos adotados.

A tese está estruturada da seguinte forma: No primeiro capítulo referente a introdução, consta o problema da pesquisa, a hipóteses, os pressupostos, os objetivos, a justificativa, a metodologia e os procedimentos operacionais.

No segundo capítulo debate-se abordagens sobre desigualdades socioespaciais nas cidades, contextualizando com a cidades médias, o que também estabelece a necessidade de discutir conceitos e critérios de utilizados para classificar este tipo particular de cidade. Ao final são selecionados critérios para classificar Araguaína como cidade média e a proposta para interpretar desigualdades socioespaciais nesta cidade.

Definir Araguaína como cidade média da rede urbana do Tocantins e da Amazônia é o principal objetivo almejado no terceiro capítulo. Debate-se também sobre características funcionais e de infraestrutura urbana de cidades médias inseridas neste espaço regional.

No quarto capítulo são cotejadas e contextualizadas as subdivisões internas da cidade de Araguaína pela Prefeitura Municipal e pelo IBGE. Argumenta-se acerca da recente expansão urbana e o diferenciado valor de uso do solo urbano.

O quinto capítulo examina problemas de infraestrutura urbana, oferta ou ausência de serviços públicos, riqueza e pobreza, subsídios para interpretação das desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína.

Nas considerações finais, correspondente ao sexto capítulo estão expostos os resultados da pesquisa. Em seguida lista-se as referências e os apêndices.

## 2 CIDADES MÉDIAS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Debater e propor abordagens para fundamentar a interpretação das desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína-TO é o objetivo ensejado neste capítulo, o que, igualmente, impõe a necessidade de estabelecer critérios a serem utilizados para classificar esta cidade como média.

Essa discussão fundamenta-se em questões sobre as desigualdades da urbanização, e a crise da cidade, que é mundial, diferenciada por causas e práticas sociais, conforme aponta Lefebvre (2001), e no argumento de Santos (2009) em que a urbanização exhibe problemáticas parecidas, generalizadas por todas as cidades brasileiras. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica especializada, discussão e seleção de conceitos e definições para formar a base teórica e metodológica da pesquisa.

Na estruturação deste capítulo discute-se fundamentos da urbanização, considerando a produção social da cidade como elemento teórico, seguido pela relevância das cidades médias na urbanização brasileira, e pela discussão e seleção de critérios que definem a cidade média – com base em tipologias utilizadas por pesquisadores reconhecidos – para então debater abordagens sobre problemas urbanos e desigualdades socioespaciais nessas cidades, propondo-se o uso de dados estatísticos censitários e informações sobre *aglomerados subnormais* como metodologia para interpretação das desigualdades socioespaciais em Araguaína.

### 2.1 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DAS CIDADES

A pesquisa sobre a cidade possui inúmeras vertentes e possibilidades nas ciências sociais o que inclui a Geografia. As cidades médias têm sido objeto de estudo privilegiado entre os geógrafos, com maior ênfase sobre o papel funcional desempenhado na rede urbana. O estudo sobre as desigualdades socioespaciais nestas cidades, complementa e aprofunda esta análise.

Na concepção de Carleial e Araújo (2010, p. 11), o estudo sobre a cidade só é suficiente quando analisa “suas contradições, relações desiguais, tensões entre

os que têm acesso aos serviços e bens produzidos no espaço urbano, e aqueles que estão na categoria de não consumidores e sem direitos”.

A lógica da sociedade urbana orientada para a produção de objetos e do espaço é produtora de desigualdades sociais, expressas nas diferentes formas de acesso e uso do espaço urbano nas cidades que podem ser vislumbradas na paisagem. Analisar a paisagem requer informações sobre o acesso às infraestruturas e à utilização de indicadores socioeconômicos, designadores das desigualdades socioespaciais nas cidades.

O recorte espacial das cidades médias, inserido na totalidade, tem o espaço socialmente produzido por interesses conflitantes que, conforme Carlos (2004), está articulado em três planos: o econômico, o político e o social. Esta tríade dialética repercute uma contradição fundamental que inflige, ostensivamente, na forma urbana: o conflito pelos usos e o direito à cidade, diferenciados pelas classes sociais e as necessidades sociais, em que o Estado (político) age como mediador.

O conceito de produção e reprodução social do espaço elaborado por Lefebvre (2001, 2004, 2008) orienta esta pesquisa, com revisão de autores como Araújo (2010), Araújo e Carleial (2003), Carlos (1994, 2004) e Rodrigues, (2007) que utilizam esta matriz teórica para o estudo e pesquisa sobre a cidade.

O espaço é categoria central, na obra de Lefebvre, entendido dialeticamente como um espaço socialmente construído, diferente daquele espaço estático, geométrico ou natural, ou resumido a mero reflexo das relações sociais de produção.

Para Lefebvre (2008, p. 48) “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção”, portanto, é um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção dominante e a sociedade presente. Lefebvre (2008, p. 49) diz que a reprodução das relações sociais tem ampla acepção de “produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações”.

Isto significa que o espaço é produzido pela sociedade urbana a partir de relações sociais de produção, marcadas pela atuação de atores sociais diversos com interesses conflitantes. A produção e a reprodução do espaço é fundamental ao

capitalismo e a sociedade como um todo, pois o comando do espaço funciona como instrumento de dominação, de controle das classes sociais mais desfavorecidas.

Ao analisar o espaço urbano devemos considerá-lo como produto, condição e meio do processo de reprodução das relações sociais, conforme assevera Carlos (1994, p. 24), "se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado".

A urbanização para Lefebvre (2004, p.15) é um fenômeno que se impõe em escala mundial, e a sociedade urbana – aquela que nasce da industrialização – “é uma forma social que tenciona se afirmar”. São termos com sentido mais amplos que a cidade, pois esta pode ser vislumbrada como “um objeto espacial ocupando um sítio e uma situação”, sendo mediada entre uma “ordem próxima e uma ordem distante” (LEFEBVRE, 2008 p. 83) e ainda como “a projeção da sociedade sobre um local”. (LEFEBVRE, 2001, p. 56)

Reforçando este enfoque, Carlos (2004, p. 20) assegura que “se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade”.

Conforme Limonad (1999, p. 72), a urbanização em Lefebvre é enunciada como “uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado”.

A cidade, construção humana ao longo da história, é principal forma consolidada do processo de urbanização, processo que pelos meios produtivos direciona os rumos da sociedade, do cotidiano, e dos sistemas de valores, dirigidos para o consumo.

Como sugere Lefebvre (1999, p. 140), sobre a cidade, “seu conceito enquanto tal pertence à história. É uma categoria histórica. [...] faz parte dessas condições históricas do capitalismo”. Para Sposito (2008, p. 11) “a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas,

reconstruídas, enfim produzidas pelas relações sociais ocorridas no decorrer dos tempos”.

Antecedente ao processo de industrialização, a cidade foi considerada como “obra” de arte, espaço do lúdico e do uso para a festa. Sob o comando da economia capitalista a cidade é produzida e reproduzida como lugar para o consumo e, ao mesmo tempo, ela mesma é fragmentada e consumida. (LEFEBVRE, 2001)

Portanto, em seu desenvolvimento o papel histórico da cidade é modificado ressaltando funções relacionadas à “aceleração dos processos (a troca, o mercado, a acumulação dos conhecimentos e dos capitais, a concentração desses capitais) e local das revoluções” (LEFEBVRE, 2001, p. 63).

Assim, a cidade pode ser entendida como uma construção humana, resultante de um processo histórico fortemente determinado pelo poder do capital, portanto, não livre das contradições. Para Lefebvre (2001, p. 62), sob o sistema econômico capitalista a cidade não se restringe a expressão da urbanização, mas de todo processo de produção do espaço, “organizando a exploração de toda a sociedade”.

A cidade como forma mais expressiva do processo de urbanização capitalista articula e controla a produção, a circulação, a distribuição e o consumo de mercadorias, que são realizados de forma mais efetiva por meio das redes urbanas. Neste quadro, a cidade é forma essencial e estratégica para realizar a produção e reprodução econômica, urbana e regional.

Na argumentação de pesquisadores críticos que abordam a cidade, como Lefebvre (1999, 2001, 2004), Carlos (1994, 2004), Araújo e Carleial (2003) e Sposito (2008), é consenso que sob o modo de produção capitalista, ela tem sido espaço primordial para reprodução das relações sociais de produção desiguais.

Conforme escreve Carlos (1994, p.83), a cidade “é essencialmente o *locus* da concentração dos meios de produção [...] e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho, é o lugar da divisão social do trabalho [...] e é também um elo na divisão social do trabalho na totalidade do espaço”.

A função da cidade é reforçada como lugar privilegiado para a reprodução do capital e da força de trabalho, e o espaço urbano como condição, meio e produto para que ocorram essas relações sociais, como descrito:

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização como maior rapidez o ciclo do capital [...]. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho (SPOSITO, 2008, p. 64).

A cidade capitalista é construída sob o signo do consumo, e tem como função principal a reprodução e ampliação do capital, seja por meio de atividade industrial, comércio de bens e serviços necessitando de apropriação do espaço.

No entanto, o processo de produção do espaço urbano da cidade não é exclusividade do poder de acumulação e expansão do capital, mas também está relacionado às condições de sobrevivência da sociedade que necessita ocupar um espaço para sua sobrevivência, combinando diferentes estratégias e formas de acesso à propriedade privada e apropriação do espaço. Assim, para Lefebvre, funções sociais são atribuídas ao espaço:

A cidade, o espaço urbano e a realidade urbana não podem ser concebidos apenas como a soma dos locais de produção e de consumo [...] O arranjo espacial de uma cidade, uma região um país ou um continente aumenta as forças produtivas, do mesmo modo que o equipamento e as máquinas de uma fábrica ou de um negócio, mas em outro nível. Usa-se espaço exatamente como se usa uma máquina (LEFEVBRE *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 128).

O espaço urbano é condicionador das relações sociais, o que permite refletir a partir da concepção em debate que o espaço geográfico não pode ser reduzido simplesmente a um regulador da produção. Compõe as relações sociais, subordinadas ao processo de urbanização da sociedade, em que consumo e reprodução social são determinantes na produção do espaço.

A cidade é constituída como espaço produtivo ampliado, pois ela, também, concentra necessidades e oportunidades fundamentais para a população, força vital para o trabalho e o consumo. Como escreve Souza (2008), a cidade é um espaço de convergência de oportunidades, de satisfação e necessidades básicas materiais como moradia, saúde e, também de bens imateriais, como cultura e educação.

A perspectiva de Souza concilia com a apontada por Carlos (2004, p. 21) para a análise da cidade no processo em movimento do mundo moderno, a qual deve captar três planos indissociáveis, o econômico (realização da produção do capital), o político (espaço de dominação pelo Estado), e o social (prática socioespacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana).

A cidade como resultado da intervenção de diferentes atores que representam interesses antagônicos e conflitantes pode ser vislumbrada na diferenciação da forma de acesso ao solo urbano.

Nas diversas formas de uso, a cidade é reproduzida como mercadoria, propriedade privada, sobrevalorizada pelo valor de troca. A contradição entre o processo de produção social do espaço e as formas sociais, de acesso à moradia é relacionado ao papel que cada indivíduo ocupa no espaço urbano, definido pela divisão da riqueza gerada, não distribuída entre a classe trabalhadora, que ocupa áreas não urbanizadas ou com deficiência de infraestrutura.

O poder exercido sobre o espaço como privilégio de uma única classe e suas frações é afirmado por Lefebvre:

As contradições do espaço advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. [...] Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado (LEFEBVRE, 2008, p.57).

As contradições resultam da prática social de viés capitalista e a burguesia lida, com efeito, com essas contradições. As classes dominantes impõem e mantêm poder no espaço da cidade, por meio da propriedade privada do solo, do conhecimento, e pela ação estratégia do Estado, que é subjugado a estas classes sociais.

O Estado possui ativa participação no contexto de produção do espaço urbano, mediando os interesses da dinâmica da sociedade da qual é integrante. Deste

modo, a ação estatal colabora de forma eficiente na produção desigual do espaço, provendo áreas de interesse do capital e para classes dominantes com benefícios que não são compartilhados com a classe dos trabalhadores.

A produção e sua distribuição são centralizadas pela e na cidade, que em escala variada exercem funções econômicas distintas, sejam industriais, agrícolas, comerciais de serviços ou mistas, com maior dinamismo e representação pelas metrópoles, mas as cidades médias vêm aumentando participação.

Do mesmo modo, os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais que são mais evidenciados e debatidos nas cidades metropolitanas, também estão presentes nas outras cidades da rede urbana:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte (SANTOS, 2009, p.105).

A dimensão dos problemas enfrentados pelos cidadãos é crescente no contexto urbano nacional, sendo mais visíveis, mas não exclusivos, nas grandes cidades. Eles também se fazem presentes em cidades médias e pequenas, em especial aqueles problemas relacionados à deficiência de infraestrutura e serviços públicos.

A ampliação do processo de urbanização tem possibilitado expressivo crescimento econômico e demográfico das cidades, para além da rede urbana metropolitana, particularmente, alcançando as cidades médias, de modo simultâneo os problemas relacionados à urbanização, também são agravados.

As desigualdades da urbanização nas relações capitalistas são generalizadas e expostas por Lefebvre: “a crise da cidade é mundial. No entanto, as causas práticas e as razões ideológicas dessa crise variam segundo os regimes políticos, segundo as sociedades e mesmo segundo os países” (LEFEBVRE, 2001, p. 79).

## 2.2 DEFINIÇÕES E IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

Associada à industrialização ou a outros processos de expansão espacial capitalista, a urbanização adota feições mundiais, ao mesmo tempo que é diferenciada em países e regiões, seja pelas formas ou processos. Apesar desta diversidade, as desigualdades e os problemas relativos à urbanização são generalizados, tal como foi amplamente percebido e discutido por Lefebvre.

No Brasil, a industrialização só é deflagrada a partir da metade do século XX, e não é possível propagar a urbanização, exclusivamente, em decorrência da industrialização, pois a incorporação de espaços regionais periféricos como fronteira agrícola e a expansão do setor terciário tiveram peso decisivo neste processo, conforme demonstram Milton Santos (2008, 2009) e Francisco de Oliveira (2003).

De acordo com Oliveira (2003) a urbanização brasileira tem articulação com a expansão do capitalismo no país, mas não deve ser associada, exclusivamente, como decorrência da industrialização:

[...] apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor secundário como um todo não seria o responsável pelo altíssimo incremento da urbanização no Brasil. [...] ora o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendida senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades (OLIVEIRA, 2003 p. 59).

As necessidades de acumulação e expansão do capitalismo com maior alcance de consumidores impõem um crescimento do comércio e serviços que são espalhados no território nacional, distribuindo a produção industrial. A influência da industrialização é indireta ao requerer a terciarização dos espaços regionais periféricos. Para Silva (2012, p. 25) a “contradição brasileira de crescimento urbano, assim, pode ser explicada senão na fase inicial da urbanização associada à industrialização, ao tempo em que toma impulso e assume processo autônomo”.

No Brasil e nos países subdesenvolvidos a urbanização tem como processo determinante o desenvolvimento de atividades terciárias, caracterizando-a como uma urbanização terciária, conforme analisa Milton Santos:

Não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o setor secundário, e em seguida para o terciário. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária (SANTOS, 2008, p. 23).

As proposições de Santos (2008, 2009) e Oliveira (2003) permitem refletir sobre as diferenciações do processo de urbanização no Brasil, em que a industrialização teve influência direta e também indireta no incremento do comércio de bens e serviços e na incorporação de novas áreas. Se nas regiões Sudeste e Sul do país a urbanização brasileira teve influência do setor industrial, como também o crescimento do setor terciário, nas outras regiões do Brasil, a participação do terciário e a expansão da fronteira agrícola foram indutores de urbanização.

Para Santos (2009), o Brasil por mais de quatro séculos foi um país essencialmente agrário, com o centro produtivo constituído no campo. Mesmo que seu processo de urbanização tenha seus primórdios no século XVI com as primeiras cidades litorâneas, este foi um processo tímido, pois até meados do século XX a maioria das capitais estaduais tinha a agricultura como principal sustentação econômica. Somente após o final da Segunda Guerra Mundial é que a lógica da industrialização prevalece, mas sem que o termo industrialização possa ser tomado no sentido estrito (SANTOS, 2009).

Acompanhando o advento da implantação do modelo urbano-industrial, a urbanização é definitivamente deflagrada após a segunda metade do século XX, com ritmo galopante da taxa de urbanização<sup>3</sup>, que no ano de 1940 era de 26,35% e já na década de 1970, a maioria de 56,8% da população brasileira estava vivendo nas cidades (SANTOS, 2009). Nas décadas seguintes a taxa de urbanização mantém o ritmo acelerado e contínuo saltando para 77% em 1980, chegando a 84,36% em 2010 (IBGE, 2010).

Inicialmente, este processo foi marcado por veloz concentração de população nas metrópoles, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, mas ao longo das décadas de 1980 e 1990 experimenta maior diversidade, pois tem um “reforço da

---

<sup>3</sup> Taxa de urbanização - percentagem da população da área urbana em relação à população total (IBGE, 2010).

metropolização juntamente com uma espécie de desmetropolização”, ou seja, cidades de porte médio também apresentam significativo crescimento demográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 286).

Para Matos (2000, p. 7) o avanço do grau de urbanização neste período foi acelerado, acompanhado de uma tendência crescente da concentração de população em cidades de porte médio, pois “em 1970, os municípios com população superior a 100 mil habitantes chegavam a 70, enquanto em 1991, esse número evoluiu para 185”. Reforçando a tendência, houve atuação estatal focalizando estratégias desenvolvimentistas para cidades com população acima de 50 mil habitantes, por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND) com duração entre 1976 e 1997 (AMORA, 2010).

Na urbanização nacional emergiu então, a partir dos anos 1970, o aumento da quantidade de cidade de tamanho médio:

Assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando, ambas as categorias, incremento demográfico parecido, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e pobreza sobre o mesmo território (SANTOS, 2009, p.60).

A divisão do trabalho entre as cidades torna-se mais complexa, representando a espacialização e a especialização da produção, criando novas hierarquias de espaços, mas com finalidade comum de concentração de capital e acumulação de lucros.

Para Santos (2009), as cidades de porte médio ganham importância no cenário urbano, pois emergem como novo local da concentração econômica e social, e como centro urbano de direcionamento dos fluxos migratórios da classe média. Deste modo estas cidades ostentam a condição de centro de comando para a economia capitalista na dinâmica urbano-regional, assumindo e redefinindo a hierarquia entre cidades.

O interesse pelas cidades médias passa a compor discurso e pesquisa acadêmica a partir dos anos de 1950 e 1960 na Europa, especialmente na França, onde ganhou *status* de objeto privilegiado das políticas territoriais e de pesquisas

acadêmicas (AMORIM FILHO, 2007). Ainda na década de 1970 o tema ganha repercussão espalhando-se pelo mundo, incluindo o Brasil, com estudos pioneiros realizados por pesquisadores ligados a Universidade Federal e a Pontifícia Universidade Católica, ambas de Minas Gerais (AMORIM FILHO, 2007).

A tendência foi acompanhada pelo aumento do número das cidades médias e de sua crescente importância na rede urbana brasileira, com primeiras tentativas de classificação e identificação, privilegiando a variável demográfica. A discussão da temática foi intensificada nos anos de 1990, período também marcado por renovado interesse entre os geógrafos brasileiros (AMORIM FILHO, 2007; AMORA, 2010).

A amplitude que a temática tem assumido, particularmente entre os geógrafos, é destacada por Amora (2010, p. 276) como sendo motivada pelo considerável dinamismo demográfico e econômico das cidades médias, além de evocadas como atrativas e competitivas para implantação de investimentos.

Os estudos funcionais, os critérios utilizados na definição, e a necessidade de maior consistência conceitual ao termo cidades médias, tem sido imperativo na discussão entre os geógrafos. Na coletânea organizada por Maria E. B. Sposito (2007), por exemplo, artigos trazem como problemática central a contribuição para a construção deste objeto de estudo, como Corrêa (2007) e Sposito et al., (2007). Nos demais textos, a discussão principal é sobre as funções econômicas exercidas pela cidade, não sem antes, estabelecer critérios de definição.

Conforme Amora (2010, p. 278, 279), ao utilizar-se o termo cidade média, uma primeira questão que surge está relacionada a um insuficiente critério de classificação hierárquica entre a cidade pequena e grande, que, “porém, não é suficiente para dar maior sentido à urbanização enquanto processo socioespacial”. A pesquisadora conclama “sobre a necessidade da discussão com base teórico-conceitual” dos que estudam as cidades médias.

Não é intenção nesta pesquisa elaborar uma definição de cidade média ou discutir uma proposta conceitual. Pretende-se confrontar perspectivas e critérios propostos por alguns pesquisadores, em especial geógrafos, estabelecendo um diálogo para seleção de critérios que *a priori* possam ser utilizados como referência para esse estudo empírico.

Na pesquisa pioneira realizada por Amorim Filho, em 1973, são elencadas características para uma cidade média, considerando “aspectos ligados às funções de intermediação dentro de redes urbanas, assim como à posição geográfica da aglomeração são tão ou mais importantes do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias” (AMORIM FILHO, 2007, p. 73).

Castelo Branco (2006, p. 249) em esforço para classificar os tipos de cidades médias em todo o território brasileiro, seleciona como dimensões fundamentais, “o tamanho da população, a dinâmica econômica, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida”. A pesquisadora afirma que na definição de cidades médias deve-se considerar o papel funcional e a centralidade, esta como principal característica.

Em vertente analítica similar, Soares (1999, p. 57) argumenta que as variáveis consideradas na identificação das cidades médias devem ser: “tamanho demográfico, qualidades das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana, organização espacial e índices de qualidade de vida”. Complementa, ainda, que estas são definidas pelo lugar que ocupam na rede urbana e “também no sistema global”.

Utilizar como critério para classificação de cidades médias, índices de qualidade de vida, conforme estabelecido por Castelo Branco (2006) e Soares (1999) é questionável e não pode ser considerado como fundamental para estas cidades.

Na concepção de Trindade Júnior (2011, p. 143), utilizar a melhoria da qualidade de vida da população como um critério para definir cidades médias pode induzir a equívocos. Além do critério relacionado ao padrão de vida da população residente não ajudar no reconhecimento da centralidade dessas cidades, é preciso ainda considerar a diversidade territorial brasileira e regional. (TRINDADE JR, 2011)

Na interpretação de Corrêa (2007, p. 24) é identificada como média “um tipo de cidade caracterizada por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano”. Argumenta ainda que esses elementos que não devem ser considerados isoladamente e a combinação desses atributos precisa ser “contextualizada geograficamente”.

Para Corrêa (2007, p. 25-27), o tamanho demográfico é importante, mas três dificuldades competem para construção de um conceito de cidade média, a partir

deste critério: o tamanho demográfico absoluto, a escala espacial e a dimensão temporal.

A primeira dificuldade é relacionada ao tamanho demográfico absoluto que precisa ser analisado conforme distintos processos de urbanização e as cidades de diferentes países. A outra dificuldade é relacionada à escala espacial, pois cada cidade média deve ser pensada em relação a uma realidade específica, a exemplo de Aracaju (SE) que na rede urbana estadual é uma grande cidade, mas considerada como cidade média na escala brasileira. A dimensão temporal é a terceira dificuldade, pois o significado de uma cidade de 100 mil habitantes hoje não foi o mesmo nas décadas anteriores.

Para a definição de cidades médias seriam relevantes o quantitativo de população e as funções urbanas, considerando as especificidades da rede urbana de inserção da cidade. O autor sugere que é necessário discutir sobre o espaço intraurbano dessas cidades para o melhor reconhecimento e uso deste critério.

Ao concluir, Corrêa admite a insuficiência desses elementos para construir o conceito de cidade média, exigindo complementos:

O pressuposto da conexão entre tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intra-urbano pode ser contestado. Mais que isto, parece ser necessário incluir outros elementos que podem afetar a organização interna da cidade, a saber, entre outros, o sítio da cidade, o plano urbano, a natureza das atividades básicas, a renda da população, a antiguidade da cidade e a natureza das políticas públicas locais (CORRÊA, 2007, p. 33).

O tema é discutido por Pontes (2006, p. 334) com ênfase no critério econômico, no qual a cidade média “seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua *hinterlândia*, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado”. As relações de comando seriam exercidas “sobre o território com áreas rurais ou outras cidades próximas ou mais distantes”.

A proposta de Amora (2010) inspirada em pesquisadores franceses e brasileiros remete ao papel da cidade média em sua rede urbana e o tamanho demográfico. Em relação ao patamar populacional, endossa a proposição de Corrêa

em que este critério deve ser relativizado e analisado a partir da escala espacial e temporal.

Na opinião de Amora (2010, p. 284, 285) apesar das dificuldades de formular um conceito, há premissas que particularizam a cidade média. Um aspecto diferencial que possui característica conceitual de uma cidade média está relacionado ao papel regional que “diferentemente das metrópoles, vinculam-se mais diretamente com o campo e as cidades menores que formam suas áreas de influência”. No entanto “o papel regional apresenta diferenciações, dependendo da formação social em que a cidade está inserida”, que no contexto de globalização permite estabelecer relações em escalas variadas.

Esse entendimento é ratificado por Holanda (2011) ao considerar como elementos essenciais definidores de cidades médias, o critério populacional relativizado e as funções desempenhadas na rede urbana regional que possibilitam estabelecer relações no sistema econômico nacional e mundial. Conforme a pesquisadora, “a relação entre o crescimento da cidade média e o aumento populacional urbano está no cerne das preocupações conceituais” (HOLANDA, 2011, p. 7).

Ao propor que as cidades médias possam manter relações diretamente com o mundo globalizado, Amora (2010), Pontes (2006) e Holanda (2011) reforçam a ideia de que essas cidades extrapolam relações socioeconômicas com sua área de influência, estabelecendo ligações verticais com outros espaços, inclusive, diretamente com o mercado mundial, rompendo a hierarquia referente ao papel da metrópole na rede urbana.

A função regional exercida pela cidade também é debatida por Sposito (2004, 2006, 2007) ao utilizar como principal critério para caracterizar as cidades médias, os papéis por ela desempenhados em uma determinada rede urbana, realizando intermediação entre cidades maiores e menores.

O princípio é reiterado em outras pesquisas da autora. Em Sposito (2006, p.175) as cidades médias são “[...] aquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito da rede urbana”. Em outro artigo, (Sposito, 2007, p. 234) argumenta que “papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, o

que pressupunha relações diretas com um número de cidades pequenas e o desempenho de funções de intermediação destas com a cidade maior”.

A relevância é para o papel regional desempenhado por determinada cidade, mas não é exclusivo, pois o quantitativo de população é outro elemento abordado por Sposito (2004, p. 126): “além de terem tamanho demográfico correspondente a este porte, desempenham claros papéis intermediários”. A ênfase dada é em um conjunto de elementos:

[...] o que se compreende como cidades médias só pode ser considerado no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constitui, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos (SPOSITO, 2004, p. 126).

Assim, a definição de cidades médias deve considerar além do tamanho da cidade, a sua situação funcional, ou seja, como se estabelece no território a divisão regional do trabalho e como a cidade comanda esse território.

Acompanhando a tendência de valorização do papel funcional, Trindade Junior e Ribeiro (2007, p. 314), em estudo sobre cidades na Amazônia, definem cidades médias como [...] aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, [...] que são capazes de polarizar um número significativo de centros menores e articular relações de toda ordem como anteparo e suporte às metrópoles regionais”.

No entendimento de Trindade Júnior (2011, p. 136) e, também, seguindo pressuposto analítico anteriormente mencionado, o principal critério de definição de cidades médias seria a centralidade econômica, representada pelos papéis exercidos por estas cidades numa determinada rede urbana. Nesta abordagem a cidade média é caracterizada “pelas fortes centralidades que se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem”. E quando essas cidades “assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional”.

Neste sentido, são os fluxos que definem a centralidade econômica da cidade média. A capacidade de articular relações que possibilitem desempenhar suas funções regionais, e a observação da inserção geográfica, completam os atributos.

A centralidade da cidade média captada em Trindade Jr. e Ribeiro (2011) tem por base a noção de fixos (infraestrutura de comércio/serviços/indústria) e fluxos (movimento de bens, consumidores, serviços, informações, etc.). Na perspectiva analisada, considerando cidades médias da Amazônia, mesmo que haja relevância quanto à densidade dos fixos, o que define a centralidade dessas cidades são os fluxos, com uso e reutilização de modo intenso e contínuo dos fixos disponíveis (TRINDADE JR.; RIBEIRO, 2011).

Trindade Júnior (2011) avança na proposição ao ponderar que as cidades médias, também, exercem uma centralidade política, a exemplo da posição de comando do processo de fragmentação política do território, como é o caso de Marabá, no Sudoeste Paraense, na Amazônia.

### **2.2.1 Critérios para definição e classificação de Araguaína como cidade média**

As dificuldades de uma definição para cidades médias no Brasil tornam-se aparentes na análise dos estudos selecionados para discussão. Embora haja heterogeneidade, os critérios e padrões empregados por pesquisadores podem ser agrupados em:

- a) Variável demográfica relativizada e geograficamente contextualizada.
- b) Dinamismo econômico e regional, entendido como capacidades atrativas e competitivas para implantação de investimentos, suas funções econômicas, especialização, diversificação econômica e renda da população.
- c) Classificação hierárquica entre as cidades, posição e sua importância na rede urbana.
- d) Posição geográfica da aglomeração, contextualizada geograficamente e o sítio da cidade.
- e) Grau de urbanização, e a capacidade de fixar migrantes.

f) Funções urbanas e regionais e natureza das atividades básicas, organização espacial intraurbana.

g) Centralidade.

h) Qualidade de vida.

i) Relações externas extra regionais e globalizadas.

j) Antiguidade da cidade.

l) Relações de comando, rede de influências com outras cidades e o campo, natureza das políticas públicas locais e centralidade política.

Na pesquisa em tela, a seleção dos critérios que foram utilizados para classificar Araguaína como cidade média, prioriza os seguintes: variável demográfica relativizada e geograficamente contextualizada, o grau de urbanização e a capacidade de fixar migrantes; classificação hierárquica entre as cidades, a posição e sua importância na rede urbana, centralidade, funções comerciais de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas, e de apoio às atividades agropecuárias e relações externas extra regionais e globalizadas.

O tamanho demográfico é o elemento recorrente nas discussões em torno da temática, bem como o entendimento de que identificação com base exclusivamente neste parâmetro é insuficiente para a definição das cidades médias. Assim, diversos pesquisadores propuseram relativizar esse critério, verificando características da população e qualificando-a em escala espacial e temporal. (CORRÊA, 2007; AMORA, 2010)

Neste sentido, é preciso considerar a relatividade deste critério, assim como o fato de que não se pode analisar um fenômeno do ponto de vista de um só fator, pois é preciso uma conjugação de fatores para explicar a complexidade da realidade.

Quando apenas a dimensão demográfica<sup>4</sup> é utilizada o termo mais usual é cidade de porte médio. Recomenda Sposito (2006, p. 175) que é preciso ir além do

---

<sup>4</sup> Na opinião de Sposito (2006), no Brasil, há relativo consenso sobre a utilização das noções de cidade média e de porte médio e seus parâmetros, mas em geral o que se denomina como “cidades de porte médio” são aquelas que têm entre 50 a 500 mil habitantes.

indicador demográfico e “analisar a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana”.

Concernente às cidades de porte médio, é acertado estabelecer uma classificação a partir do tamanho de sua população. Já com relação à cidade média é limitante, visto que esta dimensão, por si só, não assegura a funcionalidade de uma cidade em uma rede urbana cidade.

Uma cidade média também é uma cidade de porte médio, mas o contrário não é verdadeiro. O critério qualitativo (papel funcional) torna-se imprescindível, tanto quanto o quantitativo (patamar demográfico), o que complexifica a classificação de uma cidade média. Um pressuposto que pode ser utilizado é o de que cidades de porte médio situadas em áreas metropolitanas nem sempre apresentam característica de médias, pois a hierarquia da metrópole muitas vezes se sobrepõe, submetendo as demais cidades e concentrando as funções econômicas.

Milton Santos (2009, p. 79), no início da década de 1990, advertia sobre os problemas e dificuldades em classificar as cidades médias, considerando apenas o componente demográfico: “para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes. Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação”. É necessário considerar que este elemento passa por variações temporais passíveis de modificações em poucas décadas.

Ao utilizar o tamanho populacional como um elemento da definição de cidade média é corrente entre os pesquisadores aludidos, incluir as que possuem população entre 100.000 e 500.000 habitantes. No entanto, o patamar mínimo que vem sendo mais utilizado, também é relativizado, pois 100 mil habitantes para uma cidade têm diferente conotação quando se consideram os processos e escalas diferenciados de urbanização, como diz Souza (2003):

Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo (SOUZA, 2008, p. 30-31).

Considerando a diversidade urbana e econômica do território brasileiro, é preciso ponderar que em regiões com menor dinamismo urbano/econômico, as particularidades da rede urbana, em que a cidade está inserida, devem ser avaliadas.

O limite demográfico de uma cidade média na Amazônia, por exemplo, não pode ser o mesmo de uma região com maior dinamismo urbano como o Sudeste, do mesmo modo que é preciso considerar diferentes aspectos intrarregionais pois uma classificação de cidade média no Tocantins, poderá não ser o mesmo que de outras sub-regiões da Amazônia, com estrutura urbana diferenciada.

O que permite, então, flexibilizar o critério demográfico, e categorizar como médias, cidades com população inferior a 100 mil habitantes, mas que, também, exercem funções de intermediação em uma realidade geográfica específica.

O patamar demográfico mínimo a ser adotado nesta pesquisa, para classificar uma cidade como média no Tocantins, será de 70 mil habitantes. Isso tem como base a premissa apresentada por Trindade Júnior e Ribeiro (2007) sobre a classificação como médias, de cidades da Amazônia que atuam como centro sub-regionais, mas possuem quantitativo populacional inferior a 100 mil habitantes.

Para este estudo, os papéis funcionais bem como a localização espacial ganham maior relevância. A assertiva de Trindade Júnior (2011, p. 144) nos parece adequada como suporte teórico para propor e discutir cidades médias no Tocantins: “muito mais que definir a cidade média pelo seu patamar demográfico ou pelo seu grau de modernização, parece ser importante considerar o seu papel enquanto espaço relacional no contexto regional em que se insere”.

O critério funcional também é definidor, destacado com pertinência nas relações entre as cidades médias com as cidades menores sob sua influência, por Amora (2010), Amorim Filho (2007), Corrêa (2007), Castelo Branco (2006) Sposito (2004, 2006, 2007), Trindade Júnior (2011) e Trindade Junior e Ribeiro (2007).

A localização geográfica é outro critério relevante nesta pesquisa, considerando a relação entre a cidade e a rede urbana à qual pertence. Neste sentido, a identificação de uma cidade média tem relação direta com a área ou região na qual ela está localizada, e que é capaz de exercer influência.

A centralidade será abordada como essencial para a identificação de cidade média. Não é um novo elemento, mas está diretamente vinculada ao papel funcional e ao contexto espacial de localização da cidade.

Independente dos critérios e definições, o espaço urbano das cidades médias tem experimentado intenso crescimento econômico e demográfico como exigência da sociedade urbana. Portanto, as contradições e conflitos espaciais inerentes deste processo também se fazem presentes.

### 2.3 ABORDAGENS DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CIDADES MÉDIAS

Se as cidades médias vêm adquirindo importância na rede urbana brasileira, principalmente, pelo dinamismo econômico e demográfico que apresentam, também, torna-se relevante investigar sobre o reconhecimento dos problemas urbanos e desigualdades socioespaciais nestas cidades.

Na argumentação de Pequeno (2008) a urbanização brasileira se desenvolveu com investimentos que não priorizaram o enfrentamento das desigualdades sociais, generalizando esse processo:

Os problemas urbanos atrelados ao quadro de desenvolvimento desigual, ainda que surjam primeiramente nas metrópoles, passam a se difundir rapidamente nas cidades que organizam os espaços não metropolitanos, generalizando-os, trazendo à tona o paradoxo da urbanização sem cidade e dos fragmentos de cidade sem urbanização (PEQUENO, 2008, p.3).

As desigualdades socioespaciais podem ser expressas por meio dos problemas urbanos da cidade, ou em outras perspectivas analíticas, também, podem ser percebidas como precária qualidade de vida, pobreza e exclusão social.

A proposta é debater sobre abordagens das desigualdades socioespaciais e os problemas urbanos em cidades médias. Ao considerar que há seletividade quanto aos benefícios da urbanização apenas em favor de certos grupos, a tese da melhor qualidade de vida da população, que vem sendo associada a esta categoria de cidade, deve ser refutada.

Inicialmente é necessário conceituar desigualdade socioespacial urbana, para em seguida realizar uma aproximação com a noção de cidade média. A discussão sobre a precariedade de infraestrutura e de serviços públicos urbanos contribuem para a argumentação.

A generalização das desigualdades, derivadas do processo econômico, é confirmada por Gottdiener (1997, p. 29): “as mudanças sócio-espaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas espacialmente e demograficamente”.

No mesmo sentido, acentua Rodrigues (2007, p. 74) “a desigualdade socioespacial é uma expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social”.

As desigualdades sociais são originadas pelo capitalismo, que também é condição para sobrevivência e expansão deste sistema econômico. Conforme argumenta Rodrigues (2007, p. 75), a desigualdade socioespacial expressa a “impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a ‘oposição’ entre áreas ricas e áreas pobres”.

A paisagem urbana das cidades brasileiras é marcada de forma explícita por desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais que podem ser observáveis pela ciência. Através da produção, concentração da riqueza e disseminação da pobreza, a cidade expressa na desigualdade socioespacial a divisão social e territorial do trabalho.

A desigualdade social pode, então, ser entendida a partir da desigual distribuição da riqueza gerada, por meio de mecanismos elaborados e mantidos pela própria sociedade que mantém as injustiças sociais. Ela pode ser apreendida como a diferenciação no acesso a bens, serviços públicos e privados, e de oportunidades.

Desigualdade socioespacial é compreendida como a aproximação entre o que é desigualdade social e desigualdade espacial (infraestruturas urbanas) a partir do entendimento processual resultante da sociedade capitalista. As desigualdades socioespaciais, expressas no espaço urbano, podem ser assimiladas por meio de

informações referentes ao acesso desigual da infraestrutura e serviços urbanos públicos pela população e pela carência social, captada por meio de indicadores socioeconômicos. Munido de tais informações, a observação da paisagem com suas diferenciações torna-se compreensível.

A urbanização rápida e avançada também generaliza os problemas urbanos, para além do espaço metropolitano. Os problemas existentes na sociedade são reproduzidos na cidade em seus múltiplos aspectos, exprimindo formas e conteúdo da apropriação privada.

Sposito e Outros (2007) ao apresentar proposta metodológica para estudo das cidades médias considera uma das dinâmicas essenciais<sup>5</sup> a necessidade de direcionar estudos e pesquisas sobre o “aprofundamento das desigualdades socioespaciais” nestas cidades.

Para o caso da região Nordeste a pesquisa realizada por Pontes (2006) segue a mesma tendência, pois a prosperidade econômica acumula riqueza, mas não ameniza a pobreza:

Apesar das transformações ocorrentes no modo de produção capitalista, e, por conseguinte, as alterações identificadas na divisão técnica e social do trabalho não se verificou a superação da pobreza constatada nas cidades médias nordestinas, uma vez que tal índice oscilou entre 35,3% e 66,9% da população residente em tais áreas urbanas (PONTES, 2006, p. 343).

A identificação de problemas urbanos na cidade média não é novidade. De acordo com Amorim Filho (2007, p.72), em 1977, o professor da Universidade de Paris I, Michel Michel ao afirmar o papel de intermediação da cidade média, também atesta um efeito negativo, identificado em muitas destas cidades, “o aparecimento de problemas urbanos, outrora mais típicos de grandes aglomerações”.

A tese da melhor qualidade de vida da população nas cidades médias, comparada com as metrópoles, ganhou notoriedade, o que elevou estas cidades ao patamar de “ilhas de prosperidade” no cenário urbano nacional (VIEIRA; NUNES; GUIMARÃES, 2010). Essa perspectiva ainda prevalece, conforme aludido em Soares

---

<sup>5</sup> As outras são: difusão da agricultura científica e do agronegócio, desconcentração da produção industrial, difusão do comércio e dos serviços especializados.

(1999) e Castelo Branco (2007), que estabelecem este aspecto como um dos critérios para a definição desta tipologia de cidade.

O enfraquecimento desta tese ganha expressividade com a coletânea organizada por Melazzo e Guimarães (2010), que ressalta a identificação de padrões de desigualdades e exclusão social em cidades médias do estado de São Paulo, antes abordadas como símbolos de riqueza e prosperidade.

Nessa coletânea as cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Marília são analisadas como eixos de desenvolvimento econômico paulista, mas também observadas pela “produção de um espaço urbano profundamente desigual e excludente” (VIEIRA; NUNES; GUIMARÃES, 2010, p. 59).

Apesar da forte concentração de riquezas, Mellazo (2010) não deixa de averiguar formação de padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. Na mesma direção Vieira, Nunes e Martinuci (2010) reconhecem a relevância da discussão sobre o crescimento populacional e econômico em cidades médias paulistas, mas chama atenção para esforços realizados para “compreender as características da exclusão” social nestas cidades.

A proposição da melhor qualidade de vida nas cidades médias também é contestada por Trindade Júnior (2011). Comparando cidades médias do estado do Pará com as do estado de São Paulo, por meio de indicadores de pobreza, renda e saneamento, o pesquisador assim argumenta:

Associar a importância das cidades médias à melhoria da qualidade de vida parece induzir a equívocos, principalmente se considerarmos a diversidade territorial brasileira e amazônica e as especificidades dos centros urbanos regionais dentro dos diferentes contextos territoriais (TRINDADE JR, 2011, p. 143).

Processos e escalas da urbanização são elementos importantes para pensar as diferenciações regionais, como no caso da Amazônia, em que essas cidades médias não passaram por modernização da infraestrutura econômica e social (TRINDADE JR, 2011).

Conforme observado na obra de Melazzo e Guimarães (2010), mesmo em cidades médias paulistas que são reconhecidas por maior vitalidade econômica que as demais, constata-se o agravamento das desigualdades sociais.

O espaço urbano das cidades médias apresenta-se atualmente diversificado, com comodidades e atrativos antes disponíveis apenas nos grandes centros. Ao mesmo tempo, ampliaram-se as demandas sociais, aguçadas pelo caráter da economia que não absorve de modo satisfatório toda população local e migrante.

Na tendência apresentada por Santos (2009), as populações pobres e despreparadas continuariam deslocando-se para as cidades maiores e/ou as metrópoles; já as cidades médias seriam o lugar dos fluxos crescentes dos trabalhadores mais qualificados e com maior renda.

Mas o que se vê é a generalização do processo. A cidade média é destino tanto da classe média e de migrantes qualificados que engrossam esta classe, como recebe cada vez mais migrantes empobrecidos, trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação com tendência de inserção precária ou informal no mercado de trabalho.

Esta perspectiva analítica pode ser explicada pela mobilidade do capital e da força de trabalho como uma condição elementar para produção do espaço urbano das cidades médias. A migração é interpretada em termos teóricos, como mobilidade de capital e da força de trabalho, conforme defende Araújo (2007, p. 161) completando que a “mobilidade da força de trabalho é colocada como uma condição necessária à gênese do capitalismo e durante todo seu desenvolvimento”.

A única mercadoria que o trabalhador dispõe é sua própria força de trabalho, e, ainda assim, para que seja reproduzida é preciso atender às exigências do capitalismo que se expande e desloca-se espacialmente. A mobilidade do trabalho – e do trabalhador – atende ao deslocamento do capital.

A mobilidade espacial da população se desenvolve a partir da relação entre espaço, capital e população (trabalho), dispondo dos mesmos condicionantes da produção social do espaço abordado por Lefebvre (ARAÚJO, 2007).

Estes trabalhadores migrantes aspiram por emprego e moradia, pressionando a demanda por espaço, daí a consequente expansão urbana. Os migrantes empobrecidos, em condição desfavorável, buscam alternativas diversas para amenizar a situação.

Conforme Maricato (2002) o elevado preço da terra impõe dificuldade no acesso ao solo urbano, o que conduz grupos desfavorecidos a ocuparem de forma clandestina os espaços ociosos da cidade. A carência por moradias incentiva a ocupação de espaços muitas vezes impróprios para urbanização, constituindo um processo de favelização revelador dos problemas urbanos atuais.

As contradições deste processo são evidentes, com classes sociais de maior renda ocupando as áreas mais valorizadas da cidade e com melhor infraestrutura urbana, enquanto que ao grupo com menor poder aquisitivo da sociedade resta constituir moradia em áreas com carência ou ausência de infraestrutura, com terrenos de baixo valor ou pela via da ocupação irregular, já que os programas públicos de habitação não seriam capazes de atender à demanda total.

### **2.3.1 Indicadores sociais para interpretar desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína**

A proposta, para interpretar as desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína, é fundamentada na apreciação de dados censitários apresentados em recorte de setores censitários; e no estudo de áreas em condições similares a favelas, classificadas em *aglomerados subnormais*.

Os dados apreciados referem-se a indicadores sobre condições de habitação, renda e escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio, selecionados do Censo Demográfico 2010. Complementa-se o tema habitação com informações sobre o valor de troca do solo urbano, disponibilizado pela Prefeitura de Araguaína (2015).

A ocorrência de *aglomerados subnormais*, em Araguaína, é condição que expressa o crescimento econômico desigual na produção de desigualdades socioespaciais. No entanto, isto não significa admitir que problemas e pobreza urbana sejam exclusivos desses espaços.

Essa designação, *aglomerado subnormal*, é generalizada para áreas de habitação popular, como as favelas e assemelhados. Esse conceito empregado pelo IBGE fornece um conjunto de informações e dados oficiais, extensivos a todo o território nacional, podendo ser comparados pelo volume e abrangência desses números (IBGE, 2011).

Especialistas estudiosos de favelas e similares como Bueno (2009), Costa e Nascimento (2005), Gondim (2010), Marques, et al. (2007), e Maricato (2002) direcionam críticas ao conceito adotado pelo IBGE (2011), apontando para necessidade de rediscutir os critérios definidores. Apesar dos problemas relacionados a definição censitária, pesquisadores expressam confiança e dão importância, especialmente pela rigorosidade da coleta de dados e pela sua abrangência nacional possibilitando contribuições para análise dos problemas urbanos e das desigualdades socioespaciais na cidade e das particularidades locais do fenômeno<sup>6</sup> (SILVA, 2014).

A construção dos temas selecionados para a pesquisa foi baseada nos resultados do Censo Demográfico 2010, em informações disponibilizadas por setores censitários. No caso de Araguaína, cada um, dos seis *aglomerados subnormais*, corresponde a um setor censitário, exceção que não costuma ocorrer em cidades maiores, em que essa área *subnormal* pode ser formada por várias unidades censitárias.

São debatidos contrastes sociais relacionados à distribuição desigual de água tratada, coleta de lixo, instalações sanitárias e rede de esgoto, complementadas por informações sobre renda e escolaridade. As informações utilizadas permitem investigar sobre a infraestrutura urbana e serviços públicos, sobretudo o que são considerados como saneamento básico, e revelam o habitar, a distribuição da miséria e da riqueza entre grupos da população, no espaço urbano da cidade.

O sentido de habitação aqui utilizado, não se restringe exclusivamente a unidade habitacional, sendo inserido em um contexto mais abrangente:

O direito à habitação, garantido pela Constituição Federal (Art. 6º), faz parte do conjunto de fatores que dão forma à cidadania. Habitar na cidade é usufruir de domicílios dignos, ter acesso a infraestrutura, condições de saneamento, transporte acessíveis e todas as possibilidades que permitem a qualidade de vida, o conforto e o bem-estar familiar (CARLEIAL, ARAÚJO; 2010, p. 98).

O direito à habitação contempla o acesso ao terreno, casa com adequada e salubre estrutura, a oferta de infraestrutura e serviços urbanos comunitários de

---

<sup>6</sup> O artigo *Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas*, de Silva (2014), descreve e analisa as questões conceituais e os critérios que definem a identificação dos *aglomerados subnormais*, apresentando um panorama nacional e regional de ocorrência do fenômeno, discutindo relevância, crítica e limitações do uso desta definição.

água, coleta de lixo e esgoto, energia elétrica, transporte coletivo; ao uso público de equipamentos sociais que ofereçam educação, saúde, lazer.

Apoiando-se na metodologia adotada por Araújo e Carleial (2003), aprofundada em Carleial e Araújo (2010), os dados disponibilizados pelo IBGE referente ao Censo Demográfico 2010 foram selecionados e agrupados nos temas habitação, renda e educação, dos responsáveis pelos domicílios. Os dados foram coletados e sistematizados em tabelas, gráficos ou espacializados em mapas temáticos, permitindo representar as desigualdades socioespaciais internas de Araguaína.

A análise e interpretação das desigualdades socioespaciais na cidade, com o uso de indicadores sociais, vem se constituindo como peculiaridade de estudos e pesquisas desenvolvidos no Laboratório de Estudos de População<sup>7</sup> (Lepop) e seus pesquisadores, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Araújo e Carleial (2003), Araújo (2007), Carleial e Araújo (2010) e Bento (2011).

Um desafio que se impõe é o uso da mencionada proposta metodológica para o estudo de cidades médias, já que foi elaborada e aplicada para a metrópole, mais especificamente, Fortaleza, capital cearense. Certamente o seu uso, em um primeiro momento, não está imputado da necessidade de reformulações.

Metodologia similar também é utilizada de forma recorrente para o estudo de desigualdades e/ou exclusão social em cidades médias e de porte médio pelo Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (Cemespp) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente, conforme apresentado em resultados de pesquisas por Mellazo (2010); Vieira (2009); Vieira, Nunes e Guimarães, (2010); Vieira, Nunes e Martinuci (2010).

Os principais indicadores utilizados por pesquisadores do Cemespp são de saneamento básico, renda, educação e trabalho, com aprofundamento de variáveis que formam IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Na opinião de Vieira (2009) e Mellazo (2006) os indicadores sociais podem revelar as desigualdades socioespaciais e processos excludentes.

---

<sup>7</sup> O Lepop foi criado na Universidade Estadual do Ceará, em 2003, por especialistas em Demografia, Estudos Sóciodemográficos, Economia, Sociologia e Geografia, integrando o Programa de Pós-Graduação em Geografia (Propgeo).

No Atlas de Fortaleza (CARLEIAL, ARAÚJO, 2010), esta metrópole foi analisada em uma cartografia das desigualdades sociais por meio de indicadores estatísticos. Para evitar possíveis tendências a homogeneização ocasionadas pelo intensivo uso de indicadores síntese, foram seguidas três etapas básicas:

1. Aprofundamento teórico-metodológico acerca das desigualdades sociais na cidade, 2. Tomou-se como ponto de partida, e, também, de chegada, os dados estatísticos, não se limitando em explicá-los por si mesmo, mas através deles, entender os diferentes modos de vida e de relacionamentos entre os segmentos populacionais; 3. Perguntou-se sobre os significados dos indicadores sociopopulacionais na explicação das desigualdades sociais (CARLEIAL; ARAÚJO, 2010, p. 11).

Seguindo esta indicação, para elucidar desigualdades socioespaciais na cidade de Araguaína com uso de indicadores sociais, delimitou-se primeiramente sobre características urbanas, econômicas e sociais, que depois são interpretadas com e pelos dados.

Neste sentido, o enfoque à problemática suscitada não está limitada exclusivamente a quantificação, pois aspectos examinados e mesmo resultados dos dados recebem abordagem qualitativa. Conforme argumentações de Richardson (1999) as metodologias quantitativa e qualitativa não são incompatíveis e podem ser integradas em pesquisas sociais.

Portanto, os indicadores sociais constituem-se expressiva fonte para análise, dando suporte ao método para desvendar e interpretar a cidade em suas dimensões econômicas, sociais, habitacionais, particularizando e compreendendo diferentes aspectos das desigualdades socioespaciais, como os que foram selecionados nesta pesquisa, referente aos temas habitação, renda e educação, dos responsáveis pelos domicílios.

Para a pesquisa em tela a construção dos temas selecionados foi baseada nos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, em informações disponibilizadas nas escalas de municípios e por setores censitários, constituídas em variáveis analíticas.

O tema habitação teve como foco condições de moradia das pessoas e acesso aos serviços de saneamento básico. São interpretados dados sobre o tipo do

domicílio (casa ou apartamento, permanente ou improvisado); a condição de propriedade do imóvel (próprio, alugado ou cedido); casas precárias, classificadas nas variáveis moradia adequada e inadequada, o adensamento de moradores relacionando o número com a média de pessoas por residência.

Sobre habitação, os indicadores de maior relevância indagam sobre as condições de saneamento básico das moradias: o abastecimento de água, serviço de coleta do lixo, o tipo de esgotamento sanitário, e a existência de sanitário na residência. O abastecimento de água é classificado em quatro grupos: rede geral, poço ou nascente, água da chuva e outras formas. O destino do lixo na pesquisa censitária é descrito como coletado por serviço de limpeza, queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou rio, e outro destino. A forma de captação do esgoto é identificada pela rede geral de esgoto ou pluvial, por fossa séptica, fossa rudimentar, por vala e outro escoadouro, complementada pela existência ou não sanitário.

O tema renda abrange o rendimento mensal médio, e as classes de rendimento mensal do responsável pelo domicílio. No tema educação, as informações disponibilizadas por setor censitário só permitem observar se o chefe de família é alfabetizado ou não, já os dados por município, permitem observar nível de instrução da população.

A revisão teórico-metodológica permite selecionar critérios para classificar Araguaína como uma das cidades média da rede urbana da Amazônia e do Tocantins; prosseguindo com o exame do espaço intraurbano da cidade e interpretação das desigualdades socioespaciais.

### **3 CENTRALIDADES E PROBLEMAS URBANOS EM ARAGUAÍNA–TO: CIDADE MÉDIA NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA**

Definir Araguaína como cidade média da rede urbana tocaninense e da Amazônia é o principal objetivo deste capítulo, reportando-se também sobre as interações espaciais com outras cidades médias inseridas neste espaço regional. De modo específico, caracteriza-se a rede urbana do Tocantins, por maioria de centros urbanos de pequeno porte, com destaque para as funções exercidas por três cidades, identificadas como médias: Araguaína, Palmas e Gurupi.

Debate-se sobre os papéis assumidos pelas cidades da rede urbana da Amazônia, em decorrência das políticas de intervenção estatal implementadas a partir da metade do século XX, sobretudo na sub-região classificada como Sudeste da Amazônia Oriental.

Aborda-se ainda sobre infraestrutura urbana e desigualdades sociais entre cidades médias, com intuito de aprofundar o debate sobre carência generalizada de equipamentos e serviços nas cidades da Amazônia. Utiliza-se de dados estatísticos como indicadores de desigualdades no acesso à habitação, renda e educação entre cidades médias da Amazônia Oriental, e de outras regiões.

No Tocantins, a rede urbana passou por significativas transformações desde a década de 1960; dentre as quais, a substituição do padrão de urbanização dendrítico<sup>8</sup> para rodoviário, a criação de novos municípios, entre eles Palmas, a capital planejada, e a ascendência da centralidade nas três cidades médias, com papéis econômicos realçados pela ausência de uma metrópole no espaço tocaninense.

A rede urbana tocaninense é, ainda incipiente, de economia rarefeita e processo de modernização econômica incompleto. As cidades médias são raras e distantes entre si, por isso ganham destaque, exercendo centralidade, de referência econômica, política e social em sua área de influência.

---

<sup>8</sup> A rede dendrítica é a forma espacial mais simples da rede urbana, especialmente nos países de passado colonial. Caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz localizada excentricamente à hinterlândia, geralmente junto à embocadura de um rio navegável. Esta cidade antecede geneticamente a ocupação da área à retaguarda e a criação de outros centros da rede, tornando-se a porta de entrada e saída de sua hinterlândia (CORRÊA, 2006, pp. 38-39).

As cidades médias tocaninenses foram definidas, neste estudo, a partir da variável demográfica relativizada e geograficamente contextualizada, o grau de urbanização e a capacidade de fixar migrantes; classificação hierárquica entre as cidades, a posição e sua importância na rede urbana, centralidade, funções comerciais de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas, e de apoio às atividades agropecuárias e à capacidade de conectar-se ao mercado mundial, sem o aparato de uma metrópole, conforme definição apresentada anteriormente, como parte da metodologia de seleção de cidades médias em Tocantins.

Acompanha-se o raciocínio de Trindade Junior (2011) e de Trindade Júnior e Ribeiro (2009), em seus estudos sobre Marabá e Santarém, cidades médias paraenses e da Amazônia Oriental, que não passaram por processo de modernização de seus fixos, isto é, de sua infraestrutura econômica e social, e desse modo, a centralidade por elas exercida é pela convergência de fluxos, em relação aos fixos, que é utilizado e reutilizado para responder à demanda.

### 3.1 ESTRATÉGIAS ESTATAIS PARA OCUPAÇÃO ECONÔMICA E URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

As políticas de reordenamento territorial promovidas pelo Estado, para inserção da Amazônia no processo de expansão capitalista, a partir da segunda metade do século XX, ocasionaram transformações econômicas, sociais e na rede urbana. Neste contexto, atribuíram às cidades funções econômicas de acumulação, comandando uma rede de municípios em seu entorno, por meio da distribuição de bens e serviços e controle da produção primária para exportação, papel que também passou a ser desempenhado por um tipo de cidade até então inexistente da rede urbana: as cidades médias.

Quando se fala sobre Amazônia, há uma maior associação referente ao aspecto natural da grande floresta, em que o bioma Amazônia é confundido com a Amazônia Legal, o recorte utilizado nesta pesquisa.

No Brasil, o bioma Amazônia cobre 49,29% do território nacional, sendo formado principalmente pela floresta ombrófila, um tipo de vegetação relacionada ao

clima tropical (quente e úmido), que ocupa a totalidade de cinco unidades da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia, mais da metade de Mato Grosso, além de parte de Maranhão e Tocantins (IBGE, 2004).

Já a Amazônia legal é uma região de planejamento criada em lei de 1953, alterada em 1966 e que, além do bioma Amazônia, inclui Cerrados e o Pantanal. Os estados que compõe a Amazônia Legal são Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do estado do Maranhão que se situa a oeste do meridiano 44° de longitude oeste. Assim, essa Amazônia é formada pelos sete estados da região Norte, mais um do Centro-Oeste e outro do Nordeste.

Esta região é fragmentada em subregiões, com divisão oficial distinguida em Amazônia Oriental (leste-sul do Pará, Tocantins e sudoeste do Maranhão); Amazônia Meridional (Acre, Rondônia e Mato Grosso), e a Amazônia Ocidental (Amazonas e Roraima).

Nesta divisão, o Tocantins pertence a Amazônia Oriental, que é ainda mais fragmentada em outras sub-regiões. Para Becker (1990) na Amazônia Oriental o alcance e resultados da apropriação induzida pelo governo federal foram mais intensos e diferenciados, promovendo maior fracionamento do espaço.

A Amazônia Oriental é estudada por Trindade Júnior e Pereira (2007), Trindade Júnior e Ribeiro (2009), e Trindade Júnior (2011) como a área de influência de Belém, notadamente, sobre as cidades paraenses de Marabá, Santarém e Castanhal. São Luiz também é vista por Sousa (2013) como metrópole que propaga área de influência para Amazônia Oriental, abrangendo a cidade de Imperatriz, no Sul do Maranhão.

O Tocantins está sob influência de Goiânia. A subordinação de cidades da Amazônia a capitais ou metrópoles externas à região é uma das características urbanas descritas por Becker (2009), com efeito na rede urbana tocantinense.

Brito (2009), ao estudar o papel de Palmas na rede de integração regional, adotando como principal critério formação socioespacial a partir da ocupação induzida pelo Estado, propõe uma sub-região denominada de Sudeste da Amazônia Oriental, que compreende o estado do Tocantins, Sudeste/Sul do Pará e o Sul do Maranhão, proposta de subdivisão também utilizada nesta pesquisa.

As políticas de reordenamento territorial direcionadas para Amazônia, a partir da segunda metade de século XX, foram motivadas por fatores econômicos relacionados ao processo de acumulação e expansão do capitalismo nacional e mundial, promovendo intensas transformações sociais e espaciais na região, que repercutiam sobretudo na economia e rede urbana (BECKER, 1990, 2003, 2009; CARDOSO e MÜLLER, 1997; OLIVEIRA, 2003).

Para Cardoso e Müller (1997, p. 7) a colonização e o crescimento econômico da Amazônia devem ser vistos em “relação com o processo de expansão do capitalismo em função da forma, ritmo e volume da acumulação ocorrida nas demais regiões brasileiras”.

No mesmo sentido, para Oliveira (2003) a expansão capitalista em direção à Amazônia nesse último meio século obedece à lógica orientada pela sua incorporação como fronteira econômica do espaço brasileiro, condição estratégica fundamental para a implantação e consolidação da industrialização no país.

A colonização e o povoamento da Amazônia se fizeram em surtos devassadores relacionados à expansão capitalista mundial, iniciados com a busca pelas “drogas do sertão” no século XVI, seguidos pelo ciclo da borracha entre o final do século XIX e o início do XX, as frentes pioneiras após 1930, e o intervencionismo brasileiro a partir de 1960 (BECKER, 1990, p. 11).

A ocupação e expansão econômica na Amazônia é assim entendida como opção para as crises cíclicas do sistema capitalista, tanto em âmbito nacional como mundial, em que seus recursos naturais tornam-se uma alternativa para ampliação de lucros, em processo desenvolvimentista comandado pelo Estado.

Conforme Becker (1990, p.16-18) as ações estatais iniciadas no final da década de 1950 fortalecidas nas duas décadas seguintes, até os anos de 1980, estabeleciam o controle político do território, seguido pela integração regional por meio de rede rodoviária, energética e de telecomunicações, e combinados por programas e projetos de incentivos financeiros e a indução dos fluxos migratórios.

Segundo Becker, duas rodovias foram criadas visando a integração da Amazônia ao resto do país: Rodovia Belém-Brasília (BR/010), em 1958, e a Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364), em 1960.

Do ponto de vista institucional, inúmeras instituições de planejamento e comissões de trabalho foram implantadas pelo Estado visando o desenvolvimento econômico regional, tais como: Spvea – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (1966), Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus (1967), Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1970), Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia (1968), Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (1980) (BECKER, 1990).

Essas ações estiveram subordinadas a instrumentos de planejamento regional, como o PIN – Programa de Integração Nacional (1970), o Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (1970), o Poloamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1974), o PGC – Programa Grande Carajás (1980), o Polonoroeste (1981), o PCN – Projeto Calha Norte (1985), o Projeto 2010 – Ministério de Minas e Energia (1987), e o Programa Nossa Natureza (1988).

Os programas, projetos e incentivos financeiros foram estratégias empreendidas com uso de mecanismos fiscais e creditícios que subsidiaram o fluxo de capital nacional e do exterior para a Amazônia, através de programas e projetos promovidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), tais como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), gerenciados pelos bancos oficiais, principalmente o Banco da Amazônia (BASA).

Os incentivos financeiros priorizavam a exploração dos recursos naturais (minérios, madeira, potencial hídrico, solos para agropecuária), com exceção da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), um centro de produção industrial exonerado de impostos, estabelecido na capital estadual do Amazonas.

A estrutura criada pelas obras e intervenções do governo federal no espaço amazônico orientou a ação dos capitais privados e o processo de povoamento do espaço regional, induzindo a migração, sobretudo para as cidades, visando a formação de mão-de-obra e de mercado consumidor, impulsionando a urbanização (BECKER, 1990; MACHADO, 1990).

No entendimento de Ribeiro (1998, p.66), o principal foco das políticas territoriais implantadas na Amazônia foi a cidade, impactando a rede urbana preexistente, passando de um padrão dentrítico para rodoviário, e promovendo transformações na forma, nas funções, e nas interações espaciais que se tornaram complexas. Neste sentido, os núcleos urbanos na Amazônia apresentam características funcionais com múltiplos papéis, relacionados à produção, distribuição e à gestão (RIBEIRO, 1998).

Para Trindade Júnior (2011, p.1-3), esse quadro culminou em uma “dinâmica de urbanização que toma forma difusa e diversa na região”, uma “urbanodiversidade regional”, termo utilizado para identificar as diferentes e plurais realidades urbanas da região, com “maior complexidade relacionada não só às formas das cidades, como também aos seus conteúdos”.

Assim, a rede urbana da Amazônia foi afetada pela ação do Estado subordinado ao capital, processo que tornou a cidade e a difusão da urbanização estratégicas para a rápida ocupação da região, e para reprodução do capital.

Entre as peculiaridades no processo de urbanização da Amazônia listadas por Becker (2003, 2009), algumas são relevantes neste estudo: o ritmo acelerado de crescimento da população urbana, as mudanças na estrutura urbana e no povoamento com a relevante contribuição das cidades médias; a migração e a criação de novos municípios, como fatores fundamentais do crescimento urbano, as relações de interdependência entre o campo e a cidade, com núcleos urbanos incorporando valores rurais; a carência generalizada de equipamentos e serviços.

As informações apresentadas na Tabela 1 sobre população e taxa de urbanização na Região Norte<sup>9</sup> – representativa da Amazônia - expressam o ritmo acelerado do crescimento da população urbana a partir da década de 1960.

No período entre 1950 e 2010 a região experimentou forte crescimento demográfico em que a população passou de 2 para mais de 10 milhões de habitantes, aumentando quase em 5 cinco vezes, avanço acompanhado de acelerado incremento da taxa de urbanização.

---

<sup>9</sup> Como não é possível obter estes dados para Amazônia Legal, utiliza-se como referência a Região Norte, a mais representativa.

O afluxo dessa população sendo direcionado para as cidades fica evidente quando observadas as modificações da taxa de urbanização da região, nos últimos 60 anos. Em 1950, os residentes em áreas rurais correspondiam a 70,4% do total, invertendo-se este percentual em 2010, quando 73,5% da população habitam a cidade (Tabela 1). Nas últimas décadas, a taxa de urbanização na Região Norte tem sido ampliada. Em 1950, o percentual era 29,6% e, em 1980, década que finda o ciclo de políticas estatais para Amazônia, a população urbana supera a rural.

Tabela 1 – População residente e grau de urbanização na Região Norte entre os anos de 1950 e 2010

| Ano  | Total      | Urbana     |            | Rural     |            |
|------|------------|------------|------------|-----------|------------|
|      |            | Absolutos  | Percentual | Absolutos | Percentual |
| 1950 | 2.048.696  | 607.164    | 29,6       | 1.441.532 | 70,4       |
| 1960 | 2.930.005  | 1.041.213  | 35,5       | 1.888.792 | 64,5       |
| 1970 | 4.188.313  | 1.784.223  | 42,6       | 2.404.090 | 57,4       |
| 1980 | 6.767.249  | 3.398.897  | 50,2       | 3.368.352 | 49,8       |
| 1991 | 10.257.266 | 5.931.567  | 57,8       | 4.325.699 | 42,2       |
| 2000 | 12.893.561 | 9.002.962  | 69,8       | 3.890.599 | 30,2       |
| 2010 | 15.864.454 | 11.664.509 | 73,5       | 4.199.945 | 26,5       |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaborada pelo autor.

A rede urbana da Amazônia até a década de 1960 caracterizava-se pelo padrão dentríptico de cidades e “pela macrocefalia de Belém, com 377.777 habitantes seguida pela capital Manaus com 152.432”. Nestes dois principais centros urbanos estavam concentrados “54,52% da população urbana regional, 52,71% do pessoal ocupado na indústria e 37,95% no comércio” (CORREIA, 1987, p.56).

As três cidades da Amazônia com maior densidade demográfica são as metrópoles Manaus, com 1,8 milhões de habitantes, seguida por Belém, com 1,4 milhões, e por São Luiz, com 1 milhão (IBGE, 2010). Manaus e Belém foram consolidadas como as principais metrópoles regionais, com a capital amazonense, que recebeu incentivos estatais para a industrialização, superando a paraense em quantitativo econômico e de população.

Houve um espraiamento da população pela região, reduzindo-se a primazia histórica de Belém e Manaus, com maior participação das cidades de porte médio e pequenas. Dos 24,3 milhões de pessoas residentes na Amazônia, 17,3% estão concentrados nas três metrópoles, 40,5% nas cidades de porte médio com população entre 50 a 500 mil habitantes, enquanto o percentual mais significativo é referente aos 42,3% que habitam cidades com patamar abaixo de 50 mil pessoas (IBGE, 2010).

São tendências recentes da urbanização da Amazônia: a dispersão da metrópole, como parte do processo de metropolização, a proliferação de pequenas cidades; e o crescimento mais dinâmico das cidades médias, que na Amazônia cumprem o papel de centros sub-regionais (TRINDADE JR; PEREIRA, 2007).

Quando se observa o indicador demográfico de cidade média ou de porte médio, é mais usual classificar como tal a cidade com população entre 100 e 500 mil habitantes. Considerando este critério, a rede urbana da Amazônia é formada por 27 sedes municipais de porte médio, no entanto, muitas delas, não ascendem à categoria de cidades médias, pois estão incorporadas a regiões metropolitanas (IBGE, 2010).

Estas cidades de porte médio concentram 5,3 milhões de habitantes ou 22% da população amazônica, sendo um grupo formado pelas capitais estaduais, Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Palmas (TO); e mais outras 22 cidades: Parintins (AM), Santana (AP), Ji-Paraná (RO), Araguaína (TO), Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal, Parauapebas, Abaetetuba, Cametá, Bragança e Marituba, no Pará; Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop, em Mato Grosso; Imperatriz, São José de Ribamar, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia e Bacabal, no Maranhão (IBGE, 2010).

Para Becker (2003, p.654), uma das características mais importantes na rede urbana da Amazônia, a partir de 1970, é a desconcentração da urbanização, pois “apesar do crescimento das cidades ter sido muito forte nas grandes aglomerações, a sua participação relativa se reduziu, devido ao aumento da participação relativa das cidades médias e pequenas”.

Trindade Júnior (2006) ratifica esse posicionamento, ao considerar que a cidade média é fenômeno muito recente na Amazônia, que só adquire importância na rede urbana após as mudanças ocorridas a partir da década de 1960, visto que anteriormente este tipo de cidade era quase inexistente.

Assim, houve a ascensão das cidades médias na rede urbana, que passaram a desempenhar papéis econômicos e destino do fluxo de migrantes, mas foram as metrópoles que mantiveram papel central e de comando da rede urbana, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana nacional.

Na atualidade, reconhece-se uma participação cada vez mais crescente das cidades médias, como expressão da tendência de urbanização amazônica. Neste cenário, desempenham no contexto econômico, político e social importantes funções, exercendo centralidades urbano-regionais na região de influência (TRINDADE JÚNIOR, 2011; TRINDADE JÚNIOR e RIBEIRO, 2009);

### 3.2 ESTRATÉGIAS PARA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA EFETIVADAS EM TOCANTINS

O Tocantins foi criado pela Constituição Federal de 1988, a partir da fragmentação da porção norte do estado de Goiás. Antes disso, era mais conhecido, exatamente, pela localização geográfica de “norte goiano”.

Anteriormente, o Tocantins constituía-se em uma área espacialmente isolada na Amazônia Legal, em que as únicas vias de conexão ao restante do país eram a navegação pelo rio Tocantins, até Belém (PA), e historicamente pelas picadas abertas por bandeirantes, minerados e vaqueiros.

A formação territorial de Goiás-Tocantins e a origem dos primeiros núcleos de povoamento tiveram início no final do século XVII, ligados às atividades agropastoris e de mineração. Os primeiros núcleos de povoamento que se tornaram cidades surgiram durante o ciclo do ouro no século XVIII que, efêmero, rapidamente também rarefez a ocupação do espaço, mantendo-se longo período de estagnação econômica e sem surgimento de novos núcleos urbanos.

Conforme Silva (2012, p. 43), as estratégias governamentais que favoreceram Araguaína e o Tocantins foram: inserção na Amazônia Legal; construção da rodovia Belém-Brasília, projetos agropecuários com incentivos fiscais/financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); e programas em enclaves territoriais selecionados (Polamazônia e Polocentro).

A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) e da Amazônia Legal, em 1953, impactaram diretamente o norte goiano, que foi inserido nesta região de planejamento, sendo, até quase o final da década de 1980, alvo das políticas estatais de finalidade econômica.

Em diversas fontes históricas, a exemplo de Barbosa *et. alii*, (2005), Parente (2007) e Tocantins (2005), a criação do estado de Tocantins é vista como resultante de uma luta secular iniciada, ainda, no século XVIII, com a cisão entre mineradores do sul e do norte de Goiás, e finalizada, em 1988, com a definição territorial do estado e a autonomia política administrativa garantida pela Constituição Federal.

A fragmentação territorial de Goiás com o desmembramento do norte do estado em 1953, definitivamente, não foi mera casualidade. O antigo norte de Goiás estava em abandono econômico, social e administrativo, e esse rearranjo territorial permitiu ao Estado uma nova produção do espaço, de acordo com as necessidades de reprodução econômica, legitimada em nova Unidade da Federação.

As estratégias e programas estatais ocasionaram significativas transformações econômicas, demográficas no norte do Goiás, o que fortaleceu antiga reivindicação separatista e de criação do estado de Tocantins.

Em 1966, os planos de ocupação da Amazônia foram intensificados com a ditadura militar, através da Sudam, com objetivo de promover investimentos na região por meio de incentivos financeiros e deduções tributárias, com apoio do Banco da Amazônia (BASA) disponibilizando empréstimos (BECKER, 1990).

Para Oliveira (2003), entre os projetos aprovados pela Sudam, a maioria (62%) direcionava-se ao setor agropecuário, o que permite afirmar que no planejamento estatal para a Amazônia a prioridade era o setor primário para exportação e a produção de alimentos.

O resultado é que, neste novo século, a Amazônia está consolidada como espaço do agronegócio nacional, atuando como fornecedora de produtos primários ao mercado mundial. Dados do IBGE (2013) confirmam que nesta região estão concentrados 37,7% do rebanho bovino e 38,7% da produção de soja do país.

Os projetos agropecuários que receberam incentivos da Sudam estão distribuídos em toda a Amazônia, mas houve maior incidência nos estados do Pará

(37%) e Mato Grosso (35%). Ao Tocantins apenas (9%), conforme levantamento de Oliveira (2003, p. 83). A maior concentração destes recursos, no Tocantins, foi no norte estadual, no vale dos rios Araguaia e Tocantins, beneficiando principalmente o município de Araguaína (SILVA, 2012).

No Tocantins, ao longo da década de 1970, também, houve atuação do programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Polamazônia) e Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) que direcionavam recursos e priorizavam infraestrutura econômica em recortes territoriais especialmente selecionados.

De acordo com Becker (1990, p. 17), 15 áreas da Amazônia foram selecionadas para atuação do Polamazônia, priorizando ações para “concentrar recursos, visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana”. O Polamazônia teve atuação no norte tocaninense, focalizando Araguaína e região, promovendo capitalização de fazendeiros e maximizando o sistema viário recém instalado, já o Polocentro interviu mais ao sul, em Gurupi e adjacências, promovendo a expansão agropecuária, através da mecanização agrícola (BECKER, 2009).

Araguaína e Gurupi, as duas sedes municipais abrangidas, na década de 1970, por estes dois programas que priorizavam investimentos em enclaves territoriais específicos, estão atualmente consolidadas como importantes cidades tocaninenses, com destaque econômico e demográfico.

A inserção do Tocantins na Amazônia, a construção da rodovia Belém-Brasília e os incentivos financeiros impuseram modificações espaciais em Tocantins, transformando profundamente o padrão de povoamento, a urbanização e a função econômica, que passou de produção de subsistência ao agronegócio para exportação.

Após 1985, os investimentos federais para Amazônia retraem-se, mas não para o Tocantins. Grandes obras para estruturação econômica resultaram de investimentos federais designados, constitucionalmente, para implantação do novo estado, tais como, abertura e asfaltamento de rodovias estaduais; construção de usinas hidrelétricas; término das obras da ferrovia Norte-Sul e a construção de Palmas, a capital estadual (SILVA, 2012).

Em contexto econômico neoliberal, o governo estadual se encarrega da continuação de ações, como de abertura de mercados, garantindo, na divisão territorial do trabalho mundial, o estado como fornecedor de alimentos e de matéria prima, sobretudo na agroindústria da soja e carne bovina (SILVA, 2012).

### 3.3 FORMAÇÃO DA REDE URBANA DO TOCANTINS

A rede urbana tocantinense passou por significativas transformações com o alcance das estratégias estatais de reordenamento territorial da Amazônia, continuadas pelo governo estadual, após a criação do estado de Tocantins.

Corrêa (1997, p. 93) define rede urbana como “um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Ela é uma condição para a divisão territorial do trabalho, “cujo papel é articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução. No mesmo sentido, Souza (2008) compreende a rede urbana como um conjunto de cidades ligadas entre si, por fluxos de pessoas, bens e informações.

Essa dinâmica urbana experimentada por Tocantins é concomitante ao acelerado ritmo de crescimento da economia, enquanto que a das condições de vida da população mantém ritmo lento. Entre 2000 a 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) mais que dobrou saltando de 3,6 para 17,2 bilhões; a produção agropecuária toma forma nas exportações com espetacular salto de 8 milhões para 344 milhões de dólares nesse período, com domínio da soja (74,6%), da carne bovina (23%), do abacaxi, pedras preciosas e bijuterias de capim dourado (2,4%) (IBGE, 2012; SILVA, 2012).

Infraestrutura urbana e serviços públicos disponíveis para a população não tiveram a mesma tendência, pois entre as décadas de 2000/2010 o número de domicílios servidos por rede de água aumentou de 66,2% para 78,6% e o serviço de coleta de lixo de 58,6% para 76,9%; enquanto que a rede de esgoto, praticamente inexistente (2,7%) passou a beneficiar 13,5% das residências (IBGE, 2000, 2010).

Entretanto, o percentual de aumento da renda média mensal auferida pela população, segundo dados do IBGE (2000, 2010), passou de R\$ 480,90 para R\$

519,72, reduzido incremento comparado ao espetacular aumento da riqueza (PIB) no Tocantins, como é típico do modelo econômico vigente concentrador de renda.

O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico vêm em ritmo constante, acompanhando efeitos das estratégias estatais. Em 1970, a população estadual era de 520 mil habitantes, mais que duplicando até o ano 2000 (1.157.098), mantendo tendência de crescimento, chegando a 2010 com 1.383.495 residentes; quantitativo relativamente significativo na Amazônia Legal, pois Tocantins é maior que Acre, Amapá e Roraima (IBGE, 2010; TOCANTINS, 2005).

A migração teve, e ainda mantém, papel fundamental no crescimento demográfico de Tocantins. Conforme Becker (1990), a expectativa de abertura da rodovia Belém-Brasília iniciou o processo migratório para o norte de Goiás, notadamente, por agricultores nordestinos sem terras, que na condição de posseiros, beneficiaram as matas, para posteriormente serem expropriados por fazendeiros de pecuária, migrando para povoados e periferias de cidades, formando reserva de mão-de-obra.

Na década de 1990<sup>10</sup>, a população tocaninense estava composta por 32% de pessoas naturais de outros estados, com destaque para o Maranhão (10,3%), Goiás (7,1%), Piauí (3,2%), Minas Gerais (2,6%) e Ceará (1,4%) (IBGE, 1991). Atualmente, o percentual de não naturais é de 31,5%, mantendo-se a corrente migratória de origem do Maranhão (10%), Goiás (6,3%), Piauí (2,4%), Minas Gerais (1,9%) e Ceará (2%) (IBGE, 2010).

Essa mobilidade geográfica de população para o Tocantins expressa simultaneamente o processo de migração e de urbanização, reiterando a histórica ligação com Goiás e a condição do Nordeste brasileiro como fornecedor de mão-de-obra para diversas porções do país, incluindo a Amazônia.

Antes da rodovia Belém-Brasília cortar de Norte a Sul, praticamente todo o território tocaninense, o principal meio de transporte era por via fluvial, pelo rio Tocantins, recurso natural influenciador da localização das principais cidades estaduais, que tinham funções de portos e entrepostos comerciais. A abertura da Belém-Brasília decretou a falência do transporte fluvial e a retração dos núcleos

---

<sup>10</sup> Os dados do IBGE sobre migração para o Tocantins só estão disponíveis a partir do Censo Demográfico de 1991, limitando a série histórica sobre migrantes.

urbanos tradicionais; revigorando ou favorecendo o surgimento de novas cidades, agora, ao longo da rodovia (AQUINO, 2004; BARBOSA et al., 2005).

Porto Nacional, Pedro Afonso e Miracema do Norte, localizados nas margens do rio Tocantins, foram os principais centros urbanos no norte de Goiás até 1950, antes do declínio de suas economias e população, devido ao dinamismo das cidades nas margens da rodovia (AQUINO, 2004).

Araguaína, apesar de colonizada, no final do século XIX, por agricultores migrantes nordestinos, permaneceu até o início de 1950 como um isolado povoado, que abrigava cerca de dois mil habitantes e que, favorecido pelas estratégias estatais, entre as quais a rodovia, tornou-se emancipado em 1958, com rápida explosão urbana entre 1960 e 2010, em que a população aumentou de 10.826 habitantes para 150.520 (IBGE, 1964; SILVA, 2012).

Gurupi, também localizada no eixo rodoviário do Tocantins, experimentou considerável aumento demográfico, passando de 10 mil habitantes em 1960 para 76.755 em 2010 (IBGE, 2015). Esta cidade teve impulso com a notícia da abertura da rodovia federal, motivando colonizadores a elaborar uma planta rústica de cidade para edificar Gurupi, que foi a sede do município criado em 1958, em área que, desde meado de 1930, vinha sendo utilizada para pastoreio (VALVERDE e DIAS, 1967).

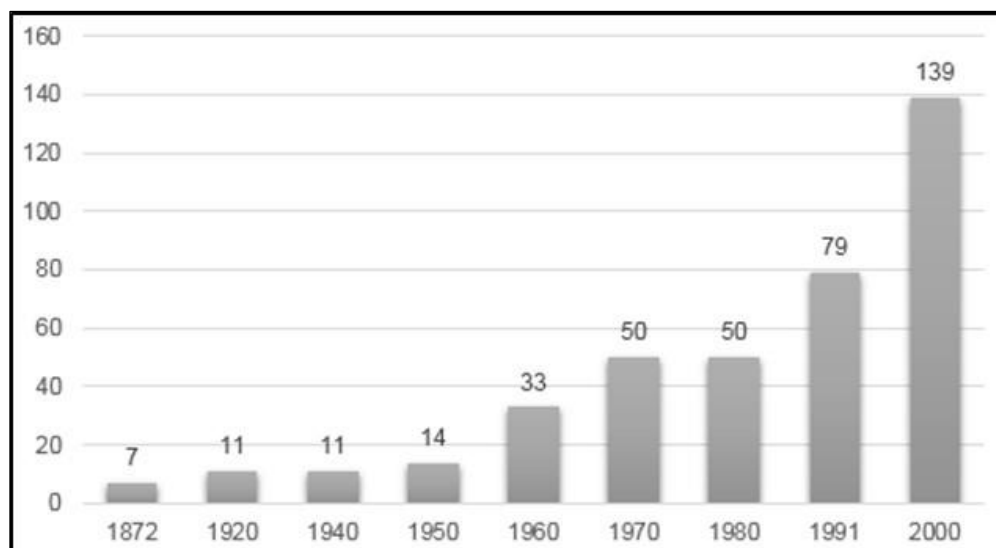
No norte de Goiás, os municípios emancipados entre 1960 e 1980, praticamente todos, tinham localização nas margens da rodovia, o que no entendimento de Aquino (2004, p. 333) foi um transplante de cidades das margens do rio para as margens da estrada.

No primeiro recenseamento brasileiro realizado em 1872, o amplo território do norte goiano contava com reduzido número de municípios, com vagaroso surgimento de novos núcleos urbanos capazes de ostentar essa condição, sendo necessário quase oito décadas para duplicar de sete para 14 municípios (Gráfico 1).

Este processo tornou-se mais acelerado com atuação das políticas do governo federal, a partir de 1950, pois, o número de municípios mais que dobrou na década seguinte, mantendo-se ritmo crescente no período subsequente, com 50 municípios na década de criação do estado.

A partir de então, outra tendência de urbanização da Amazônia descrita por Becker (2003, p.654), também, se verifica em Tocantins, é a de que “após 1988 a criação de novos municípios torna-se razão central do crescimento urbano”.

Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de municípios em Tocantins (1872 a 2000)



Fonte: IBGE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1964); TOCANTINS, (2005); BARBOSA et. al.,(2005). Elaborado pelo autor.

O principal destaque no surgimento destes entes estaduais foi a criação do município para sediar a capital, em 1989. Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2015) sintetizam a evolução demográfica de Palmas, que em 1991 dispunha de população de 24.334 habitantes, aumentada em 2000 para 137.355 e, em 2010, para os atuais 228.297 residentes.

Palmas, cidade planejada, foi construída deslocada do eixo da rodovia Belém-Brasília, com localização centralizada no território estadual, como forma de enaltecer as funções política, econômica e demográfica, por ela desempenhadas; pois também fora criada para exercer o papel de capital tocantinense.

Uma década após sua implantação, a capital já superava em quantitativo demográfico e indicadores econômicos Araguaína, que desde a década de 1960 era ostentada como principal centro urbano do Tocantins (SILVA, 2012).

Na rede urbana do Tocantins, mais da metade (53,2%) dos 139 municípios possuem população inferior a 5 mil habitantes; quase a mesma proporção (44,7%) dos que possuem entre 5 mil a 49 mil residentes; em contrapartida Araguaína, Palmas e Gurupi correspondem aos 2,1% com população acima de 50 mil pessoas (IBGE, 2010).

Apesar da atuação de processos econômicos que impuseram transformações espaciais na rede urbana tocantinense, o perfil urbano estadual é majoritariamente de municípios com pequeno patamar demográfico, com destaque para Palmas, Araguaína e Gurupi, onde residem 33% da população estadual.

A mobilidade do trabalho, como condicionante do processo migratório, e a capacidade para fixar esses migrantes foram fundamentais para o crescimento urbano, exercido pelas cidades de Araguaína, Palmas e Gurupi, caracterizando-as como cidades médias.

### 3.4 ARAGUAÍNA NA REDE URBANA DO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Araguaína, Palmas e Gurupi são cidades médias da rede urbana do Tocantins, em uma rede urbana incipiente, e ainda desarticulada, com poucas cidades que exercem alguma centralidade, comandadas por Goiânia, metrópole de outro estado e região.

A centralidade exercida por Araguaína extrapola os limites políticos administrativos estaduais, estendendo e compartilhando área de influência para o sul-sudeste do Pará e sul do Maranhão, com outras cidades médias inclusas no Sudeste da Amazônia Oriental; e sem o aparato da metrópole, tem capacidade de se conectar diretamente com o mercado mundial, como fornecedora de produção primária.

A afirmação sobre a classificação destas cidades como médias, inicialmente, é sustentada em pesquisas de Ribeiro (1998), Trindade Júnior e Pereira (2007), Castelo Branco (2006), que reconhecem os papéis destas cidades como centro sub-regionais da Amazônia, depois, com base no documento Região de

Influência das Cidades (REGIC) publicado pelo IBGE (2008)<sup>11</sup> e, ainda, pela aplicação dos critérios adotados por esta pesquisa.

Ribeiro (1998, p. 310, 313), ao estudar a rede urbana da Amazônia, reconheceu Araguaína e Gurupi como centros sub-regionais, com centralidade intermediária de segundo nível, em sua rede, com funções voltadas, principalmente, para a organização do espaço agropecuário.

Araguaína e Gurupi também são vistas como centros sub-regionais da Amazônia na pesquisa de Trindade Júnior e Pereira (2007), ao lado de outras cidades, dentre as quais as paraenses Marabá e Santarém, que assumem a condição de cidades médias.

Castelo Branco (2006) apresenta uma seleção de cidades médias brasileiras, na qual Araguaína e Marabá são incluídas como cidades médias de centralidade incipiente. Já Imperatriz, a outra cidade do Sudeste da Amazônia Oriental, possuiria centralidade média.

Palmas não é categorizada como média, ou mesmo centro sub-regional, em nenhuma das pesquisas mencionadas. Isto pode ser explicado a partir das informações que são utilizadas pelos autores em geral, e dados do Censo Demográfico e do documento Regiões de Influência das Cidades (REGIC), ambos do IBGE. Em relação ao REGIC, as últimas duas publicações são do ano 2000, com dados de 1993, e de 2008, com informações de 2007.

Os estudos sobre redes de influência das cidades, elaborados pelo IBGE, permitem entender os papéis que estas desempenham na rede urbana, por meio de uma classificação funcional das cidades e a rede urbana do Tocantins é alicerçada por estas informações.

A posição hierárquica entre as cidades, sua importância e a centralidade na rede urbana são elementos adicionais que a literatura especializada colocou na identificação e classificação de uma cidade como média.

As informações do REGIC, de 1993, mostram a rede urbana do Tocantins bastante incipiente e sem articulação, mas sendo reestruturada a partir de processos

---

<sup>11</sup> O IBGE refere-se ao documento como “Região de Influência das Cidades 2007”. Já a publicação é no ano de 2008, data utilizada como informação para citação e elaboração da referência.

econômicos que estavam sendo implementados, desde os anos de 1960 ou em vias de implantação, como a criação do novo estado e de sua capital.

Araguaína, ao norte do Tocantins, exercia hierarquia<sup>12</sup> superior na rede urbana, como centro sub-regional, e apresentava nível forte de centralidade, seguida por Gurupi, ao sul, desempenhando papel como centro de zona, com nível de centralidade forte para médio (IBGE, 2000).

Exerciam ainda papéis de centros de zona, com níveis de centralidade médio, as cidades de Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Guaraí e Palmas que estava sendo construída. Os centros urbanos Colinas do Tocantins, Miracema do Tocantins, Tocantinópolis, Pedro Afonso, Dianópolis e Araguatins apresentavam níveis de centralidade fraco, e nas demais cidades, muito fraco (IBGE, 2000).

A capital estadual, logo no início deste século, torna-se principal centro da rede urbana<sup>13</sup>, ao lado de Araguaína e Gurupi. Palmas é classificada como capital regional B; seguida por Araguaína, capital regional C; e Gurupi centro sub-regional B. (IBGE, 2008)

As cidades de Dianópolis, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Colinas do Tocantins, Guaraí e Tocantinópolis exercem papéis de centros de zona A. Já Fátima, Taguatinga, Miracema do Tocantins, Araguaçu, Natividade, Palmeirópolis e Pedro Afonso são classificadas como centros de zona B (IBGE, 2008).

Palmas, Araguaína e Gurupi são as únicas cidades tocantinenses a exercerem significativos papéis de centro urbanos sub-regionais, mas com centralidade de média a baixa, no padrão de hierarquia urbana nacional, inseridas no quinto, sexto e oitavo nível, respectivamente. Outras treze cidades exercem papéis de centros de zonas com funções limitadas. E a maioria, 123 das 139 sedes municipais, é centro local.

---

<sup>12</sup> O REGIC de 1993 dividiu os centros urbanos do país em categorias hierárquicas: metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local. Já os níveis de centralidade variavam entre máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco, muito fraco (REGIC/IBGE, 2000).

<sup>13</sup> No REGIC 2007 as cidades foram reclassificadas em cinco grandes níveis, subdivididos em subníveis de centralidade: Metrópole (grande metrópole, metrópole nacional e metrópole); capital regional (A, B e C); centro subregional (A, B e C); centro de zona (A e B) e centro local. Essa tipologia estabelece 12 subníveis de centralidade, em que São Paulo, por exemplo, a grande metrópole nacional, é nível 1, e os centros locais nível 12 (IBGE, 2008).

Nenhuma destas cidades, entretanto, é capaz de exercer o papel de comando hierárquico na rede urbana, que é assumido por Goiânia. Conforme o REGIC (2008), a capital goiana irradia sua área de influência para todo o Tocantins, chegando até às cidades de Balsas, no sul maranhense, e Redenção, no sudeste paraense.

Centralidade média a fraca, limitada a apenas três centros urbanos, e subordinação à metrópole externa ao espaço estadual e regional são particularidades da urbanização do Tocantins, acompanhando tendências da Amazônia, observadas por Becker:

O conjunto das cidades da Amazônia Legal é caracterizado pela presença de poucos centros com centralidade expressiva e um grande número de cidades com fraca e muito fraca centralidade. Três capitais, situadas na categoria de metrópoles, destacam-se enquanto de muito forte centralidade: Manaus, Belém e São Luís. As demais capitais da região têm centralidade mais reduzida e subordinada a essas capitais ou a outras capitais externas à região (BECKER, 2004, p. 95).

Enfim, a hierarquia e centralidade econômica de Palmas, Araguaína e Gurupi fortalecem o entendimento destas cidades como médias e como os três principais centros de uma rede urbana sem uma metrópole interna e formada por pequenos municípios, quando observado o tamanho demográfico.

Assim, na fraca e seletiva rede urbana estadual do Tocantins, Araguaína, Palmas e Gurupi são importantes cidades médias, pois em comparação com as demais possuem maior quantitativo demográfico, maior hierarquia e centralidade econômica, o que também as qualifica nas funções de distribuição de bens e serviços para cidades menores em seu entorno.

Convém rememorar que a variável demográfica é relativizada, geograficamente contextualizada, e utilizada como indicador de classificação das cidades médias do Tocantins. Obviamente, a relatividade deste critério deve ter razoabilidade.

O patamar entre 100 mil a 500 mil habitantes é o mais aceito, quando o tamanho demográfico é utilizado como um dos indicadores, para classificar cidades em médias. Nesta pesquisa, admite-se reduzir este patamar até 76 mil habitantes, para o caso de Gurupi.

A diversidade urbana e econômica do território brasileiro é assim considerada, bem como as particularidades da rede urbana em que a cidade está inserida devem ser avaliadas. Conforme já demonstrado, Araguaína e Palmas superam o quantitativo de 100 mil habitantes, mas Gurupi, contabilizou 76.755 pessoas no censo de 2010, atualizados para 83 mil nas estimativas do IBGE de 2015.

Apesar das significativas transformações espaciais em Tocantins, nos últimos 50 anos, é preciso ponderar que este estado tem reduzido peso na região e está localizado em uma região com menor dinamismo urbano e econômico em relação ao País.

Essa constatação é evidenciada ao utilizar o Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de riqueza econômica. Segundo dados do IBGE (2012b), no *ranking* nacional do PIB em 2012, o Tocantins ocupava a 24<sup>a</sup> posição, à frente apenas do Amapá, Acre e Roraima. A mesma fonte de informação demonstra a Região Norte com menor indicador de riqueza entre as grandes regiões e, internamente, o Tocantins é superado pelos estados do Pará, Amazonas e Rondônia.

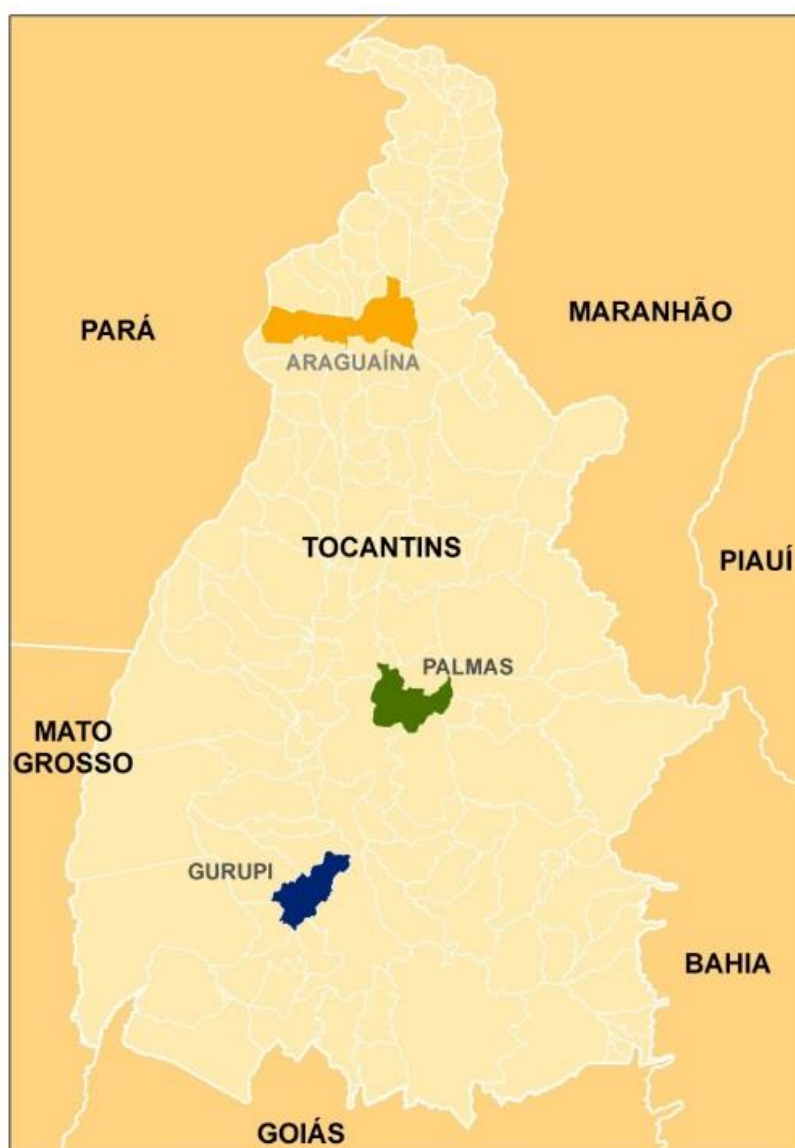
A Figura 1 mostra o espriamento entre Araguaína, localizada ao norte estadual; Gurupi ao sul; e Palmas, estrategicamente localizada ao centro. A capital estadual é o principal centro da rede urbana, e tem um distanciamento consideravelmente grande em relação às outras duas principais aglomerações, e à metrópole, da qual é subsidiária. Palmas é distante 415 km de Araguaína, 260 km de Gurupi, e 823 km de Goiânia.

Esse distanciamento não é impeditivo para a troca de fluxos de pessoas e mercadorias entre Goiânia e as cidades tocantinenses. A relação do Tocantins com esta metrópole é histórica, e foi fortalecida pelas políticas estatais, que priorizavam integração econômica entre a Amazônia e o Sudeste brasileiro. Entre Araguaína e Belém (PA), por exemplo, a distância é cerca de 300 km, menor do que com Goiânia, que mantém a primazia.

É uma tendência na Amazônia. O papel relacional das metrópoles regionais amazônicas é enfraquecido pela atuação de centros metropolitanos de outras regiões, que atuam na coleta, manipulação e utilização de informações. E é técnica, a serviço da reprodução da economia e dos lucros (TRINDADE JR, 2006).

A raridade destes centros médios urbanos tocantinenses, territorialmente distanciados entre si, é uma situação geográfica específica e favorável ao estabelecimento de territorialidades, numa rede de dominação das cidades maiores sobre as menores, dependentes daquelas, pelas funções que exercem de distribuição de bens e serviços para os moradores locais e a população das cidades menores, em seu entorno.

Figura 1 – Espraçamento dos municípios com sede de porte médio em Tocantins



Fonte: SILVA (2012, p. 72)

Araguaína, Palmas e Gurupi são os mais importantes nós, os pontos centrais, desta rede urbana estadual e possuem requisitos para exercerem papéis de cidades médias, em uma interação funcional, política, administrativa e econômica.

Araguaína, na condição de uma das cidades médias da Amazônia, exerce centralidade nesta região, comunicando-se com cidades médias fora de seus limites estaduais, expandindo e compartilhando a área de influência. A proximidade territorial entre Araguaína e Imperatriz (247km), e Marabá (287 km) favorece a troca de fluxos, assim como entre Imperatriz e Marabá (260km).

A troca de fluxos, em área de influência partilhada<sup>14</sup>, é entre Araguaína e Marabá, com a cidade tocantinense propagando sua hierarquia para o estado do Pará, e do mesmo modo, Marabá para o Tocantins. Já entre Araguaína e Imperatriz, a área de domínio hierárquico compartilhada é no norte do Tocantins.

A Tabela 2 condensa informações sobre a hierarquia urbana e centralidade<sup>15</sup> das cidades médias do sudeste da Amazônia Oriental, com ênfase na hierarquia, funções econômicas, na capacidade de gestão e riqueza, com base em dados por municípios extraídos dos documentos Regiões de Influência das Cidades (IBGE,2008), Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012) e Gestão do Território (IBGE, 2014).

Não há grandes diferenciações nos padrões de hierarquia, centralidade e capacidade de gestão do território entre estes centros urbanos do Sudeste da Amazônia Oriental; mas conferem destaque regional para Palmas, na maioria dos parâmetros utilizados; e para Marabá, que detém maior prosperidade econômica, com PIB de 4,42 bilhões, valor corresponde ao dobro do de Araguaína e três vezes maior que o de Gurupi (Tabela 2).

A interdependência entre estas cidades e a superposição de domínios nas áreas de influência indicam interações espaciais em múltiplas escalas, entre essas cidades médias. Para Corrêa (2007, p. 30) as cidades médias apresentam interações

---

<sup>14</sup> Segundo o REGIC (IBGE, 2008), as cidades de Piçarra, Redenção, São Geraldo do Araguaia e Conceição do Araguaia, no Pará; e Couto Magalhaes, em Tocantins, tem influência partilhada por Araguaína e Marabá. Já Imperatriz adentra área de influência de Araguaína no extremo norte do Tocantins, entre Araguatins, Augustinópolis e outros; ou melhor, esta área é muito mais subordinada à Imperatriz do que a Araguaína.

<sup>15</sup> As variáveis que denominam a hierarquia urbana e centralidade expressas na Tabela 2 possuem datas e resultados de períodos distintos, o que não inviabiliza a análise, pois as variáveis se complementam.

espaciais intensas, complexas, multidirecionadas e com sobreposição de múltiplas influências em um mesmo espaço e tempo.

Tabela 2 – Indicadores de hierarquia urbana em cidades de porte médio no Sudeste da Amazônia Oriental (2007, 2012, 2014)

| Indicadores                                                       | Sedes municipais de porte médio |                |                  |                |                 |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------|----------------|-----------------|
|                                                                   | Araguaína (TO)                  | Palmas (TO)    | Gurupi (TO)      | Marabá (PA)    | Imperatriz (MA) |
| Denominação de centralidade (2007)                                | Capital Reg. C                  | Capital Reg. B | Centro Subreg. B | Capital Reg. C | Capital Reg. C  |
| PIB a preços correntes (Mil reais) (2012)                         | 2.201.523                       | 4.130.976      | 1.323.450        | 4.423.290      | 2.853.989       |
| Participação no PIB da Unidade da Federação (%) (2012)            | 11,27                           | 21,15          | 6,78             | 4,86           | 4,85            |
| Nível de centralidade de comércio e serviços (2007) (1)           | 4                               | 3              | 4                | 4              | 4               |
| Nível de centralidade de graduação – Educação superior (2007) (1) | 5                               | 4              | 5                | 5              | 5               |
| Nível de centralidade de saúde (2007) (1)                         | 4                               | 4              | 5                | 5              | 4               |
| Oferta de serviços avançados (%) (2014) (2)                       | 46,7                            | 55,6           | 35,6             | 51,1           | 48,9            |
| Centralidade da gestão pública (2014) (1)                         | 8                               | 7              | 8                | 8              | 8               |
| Centralidade da gestão do território (2014) (1)                   | 6                               | 5              | 6                | 6              | 5               |

Fonte: IBGE (2008), IBGE (2012b), IBGE (2014).

Notas: (1) A centralidade expressa é distribuída em intervalo que considera 1 como o maior nível e 9 como o nível mais elementar. (2) Serviços avançados são aqueles relacionados às áreas de contabilidade, propaganda e publicidade, finanças, seguros e direito.

Nesta sub-região da Amazônia Oriental, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, com as cidades menores em sua área de influência, e entre as próprias cidades médias, que sobrepõem e compartilham territórios.

Marabá destaca-se como centro urbano da Amazônia Oriental e do Sudeste do estado do Pará, desempenhando função econômica regional, sendo “uma cidade que vem sendo *locus* de grandes investimentos, pela importância produtiva,

comercial, distribuição de serviços e liderança política” no contexto regional (TRINDADE JR., 2011, p. 6).

A concentração da produção das riquezas estaduais reforça o argumento de que a rede urbana tocantinense é incipiente, pois os seus três principais municípios são responsáveis por gerar 39,2% do PIB: Palmas (21,15%), de Araguaína (11,27%) e depois Gurupi (6,78%). Marabá, localizado em uma rede urbana de maior complexidade econômica e de urbanização, possui indicador de riqueza superior ao de Palmas, mas, com a participação estadual de 4,86%, quatro vezes menor que o percentual da capital tocantinense (Tabela 2).

A Tabela 2 demonstra a similaridade no nível de centralidade entre Araguaína, Marabá e Imperatriz, que recebem a mesma categorização hierárquica de capital regional C; superadas por Palmas, capital regional B, enquanto que Gurupi tem nível mais elementar, de centro subregional B.

O quantitativo e a diversidade das atividades econômicas em comércio e serviços dimensionam o nível de centralidade de comércio e serviços, que são oferecidos com semelhante padrão nas cidades de Araguaína, Gurupi, Marabá e Imperatriz e, em nível superior a estes, por Palmas. Essa padronização permanece, quando pormenorizada a oferta de serviços de educação superior; e na centralidade da gestão pública, avaliada pelo quantitativo e alcance de instituições públicas federais<sup>16</sup> (Tabela 2).

Nos serviços de saúde, medidos pela complexidade de atendimento e volume de internação, Araguaína, Palmas e Imperatriz apresentam mesmo nível de centralidade, enquanto que em Marabá e Gurupi, esses níveis de centralidade são mais baixos, conforme listado na referida tabela.

As firmas que prestam serviços categorizados como avançados possuem maior concentração em Palmas e Marabá, que condensam mais da metade desses serviços ofertados, e contribuem para a manutenção da hierarquia destas cidades, seguidas por Araguaína, Imperatriz e Gurupi com menor percentual deles (Tabela 2).

---

<sup>16</sup> São consideradas instituições públicas federais as agências, unidades de atendimento, gerências regionais, superintendências e sedes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, e do próprio IBGE. (IBGE, 2014)

A análise da gestão do território enfoca as instituições públicas, representantes do Estado, e as privadas, constituídas pelo mercado e gestão empresarial, e nas quais Palmas e Imperatriz dividem o topo da centralidade da gestão do território regional, e em um nível inferior, Araguaína, Marabá e Gurupi (Tabela 2).

### 3.5 FUNÇÕES URBANAS DE ARAGUAÍNA

O nível de centralidade de comércio e serviços indica as funções regionais desenvolvidas. No caso de Araguaína esse enfoque foi dado nas funções comerciais de distribuição de bens e serviços, com destaque para os serviços de saúde e educação superior, para os moradores locais e população das cidades circunvizinhas, e de apoio às atividades agropecuárias (SILVA, 2012).

Esse papel econômico regional e as características das centralidades funcionais de Araguaína são exacerbadas nos discursos e práticas do poder público municipal e estadual, dos comerciantes e entidades representativas patronais. A página inicial do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal exemplifica essa sobrevalorização, ao divulgar imagem, junto ao logo oficial, alusiva ao potencial econômico. A Figura 2 mostra a rodovia Belém-Brasília e a Ferrovia Norte-Sul, os eixos de integração e articulação econômica no município, e exalta a pecuária, associando ao gado a riqueza local, apelando para a fantasia de ser uma “capital” diferente, a “capital econômica”, subestimando Palmas, a capital oficial do estado.

Esse discurso falacioso de “capital econômica”, para Araguaína, foi elaborado na época da criação do estado de Tocantins, após tentativa fracassada da classe política e empresarial local, de tornar Araguaína a efetiva capital estadual. Inicialmente fazia sentido, pois era a principal cidade em economia e população, mas as intervenções estatais, ao longo da década de 1990, desenvolveram economicamente a nova capital, de modo que hoje o PIB de Palmas é quase o dobro do que o de Araguaína.

Araguaína, como “capital tocantinense do boi gordo”, foi oficializada em lei estadual de 2009<sup>17</sup>, mas já era denominação conhecida desde 1970, quando

---

<sup>17</sup> A lei nº 2.060 foi criada exclusivamente para esta finalidade e dispõe no Art. 1º “É declarada Capital Tocantinense do Boi Gordo o Município de Araguaína”.

concentrava o maior rebanho bovino do Tocantins, posição destituída, atualmente, mas o título fictício se mantém, pois a pecuária assume importante papel na produção do espaço urbano local; se expande em serviços, comércio e indústria de exportação de carne bovina com expressividade no cenário estadual, com 73% da produção, que chega ao mercado internacional, proporcionando um perfil urbano e cultural, relacionado a esta atividade econômica (SILVA, 2012).

Figura 2 – Imagem da propaganda oficial da Prefeitura Municipal de Araguaína, alusiva ao potencial econômico municipal - 2015



Fonte: Disponível em <<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/index.php>>.

Outra característica da cidade média de Araguaína é sua capacidade de estender relações comerciais, conectando-se diretamente ao mercado mundial, fornecendo matéria prima para o Oriente Médio, outros países da América do Sul e Rússia, sem a necessidade do aparato de uma metrópole (SILVA, 2012).

As relações de interdependência entre Araguaína e o campo, formado por região produtora de pecuária, em que a cidade comanda a região pecuarista, mas também incorpora os valores rurais, é outra particularidade urbana sua. Por exemplo, a festa mais tradicional de Araguaína é a Exposição Agropecuária, que tem uma cavalgada – um desfile de cavaleiros e amazonas pelas principais ruas da cidade, em trajes típicos de caubóis estadunidenses – na abertura.

Os serviços de saúde são um reforço na polarização regional de Araguaína, estendendo a influência para estados vizinhos, contribuindo com mais de um terço dos serviços para a população do sudeste paraense e sul do Maranhão (GASPAR, 2002). Quatro hospitais, sendo dois públicos e dois particulares; uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA); e diversas clínicas e consultórios privados formam a infraestrutura de oferta, com maior concentração da rede de serviços nas proximidades do Hospital Regional de Araguaína (HRA), com laboratórios, clínicas médicas, consultórios odontológicos, etc., notadamente, ao longo da Avenida Tocantins, transformada em corredor especializado em atendimentos de saúde.

A instalação do curso de medicina por faculdade privada em 2004, promoveu diversas alterações urbanas na cidade, dentre as quais a multiplicação do número de clínicas particulares. No início do ano de 2016, está previsto o funcionamento de um novo curso de medicina oferecido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), o que certamente contribuirá para o reforço desta função exercida por Araguaína.

Quanto aos serviços em educação superior, destacam-se as ofertas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Itpac), da Faculdade Católica Dom Orione e da Faculdade de Ciências do Tocantins (Facit), além dos cursos oferecidos pela Universidade do Norte do Paraná (Unopar) e Faculdade Anhanguera, na modalidade Educação a Distância (EAD) (Quadro 1).

A educação superior é um dos serviços que tem motivado modificações no uso do solo urbano, valorizando bairros periféricos antes ocupados por habitações populares, atualmente substituídas por condomínios e repúblicas para estudantes. Possibilita ainda novas relações de consumo, demandando a criação de serviços específicos para atender um perfil de moradores temporários.

Pelo que está exposto no Quadro 1, observa-se que a educação superior em Araguaína é basicamente de graduação. Não há um desenvolvimento de cursos de pós-graduação, isto é, secundarizando a excelência superior e mantendo o básico. Esta é uma condição que funciona como trava para o desenvolvimento local, pois é reconhecido que a formação e pesquisa científica em nível de pós-graduação é fator determinante para o desenvolvimento social e econômico.

Quadro 1 - Principais instituições públicas e privadas de ensino superior existentes em Araguaína–2015

| Nome                                                     | Cursos de graduação oferecidos                                                                                                                                                                                                                                                                | Cursos de pós-graduação stricto sensu                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Universidade Federal do Tocantins (UFT)                  | Licenciatura em Geografia, História, Matemática, Letras (Português/Inglês), Física, Química e Biologia, tecnólogo em Logística, Cooperativismo e Turismo; Medicina Veterinária e Zootecnia,                                                                                                   | Mestrado e Doutorado em Ciência Animal Tropical; Mestrado em Estudos de Cultura e Território; Mestrado e Doutorado em Ensino de Língua e Literatura; Mestrado em Ensino de História. |
| Instituto Federal do Tocantins (IFTO)                    | Análise e Desenvolvimento de Sistemas                                                                                                                                                                                                                                                         | Não possui                                                                                                                                                                           |
| Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Itpac) | Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Farmácia, Medicina, Odontologia, Pedagogia, Sistema de Informação e Engenharia Elétrica.                                                                                   | Não possui                                                                                                                                                                           |
| Faculdade Católica Dom Orione (Facdo)                    | Administração, Direito, Gestão Financeira.                                                                                                                                                                                                                                                    | Não possui                                                                                                                                                                           |
| Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)               | Administração, Odontologia, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.                                                                                                                                                                                                              | Não possui                                                                                                                                                                           |
| Universidade do Norte do Paraná (Unopar) - EAD           | Administração, Artes visuais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Produção, Licenciatura em Educação Física, Biologia, Geografia, História, Matemática, Letras, Pedagogia, Sistema de Informação, Serviço Social, Sociologia.                                              | Não possui                                                                                                                                                                           |
| Faculdade Anhanguera - EAD                               | Administração, Ciências Contábeis, Licenciatura em História, Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia, Serviço Social Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar Superior de Tecnologia em Logística, Marketing, Processos Gerenciais | Não possui                                                                                                                                                                           |

Fonte: UFT, IFTO, ITPAC, FACDO, FACIT, UNOPAR, Anhanguera (2015). Organizado pelo autor.  
Nota: EAD: Educação a Distância.

A relevância direcionada a pecuária é facilmente percebida quando observados os cursos oferecidos pela única universidade pública da cidade, especialmente quanto aos cursos de graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia e a pós-graduação em Ciência Animal Tropical.

Em Araguaína, na área central e imediações, concentra-se a maior parte da infraestrutura econômica responsável pelas funções comerciais de distribuição de bens e outros serviços aos moradores locais e das cidades do entorno regional, ampliando os movimentos de população e mercadorias.

O comércio varejista tem predominância de lojas de atuação local e regional, crescendo a presença de grupos nacionais (Lojas Americanas, Casas Bahia, Novo Mundo); entre os supermercados, praticamente todos são de empresários locais, com exceção do Atacadão da rede Carrefour. A rede de franquias vem sendo ampliada e diversificada com Boticário, Colchões Ortobom, Cacau, Subway, Wizard Idiomas, Fisk, CVC viagens, Óticas Diniz, Centro Cultural Anglo-Americana (CCAA), Chilli Beans, Hering, Girafas, dentre outras.

É variada a oferta dos serviços categorizados como avançados, de contabilidade, propaganda e publicidade, finanças, seguros, advogados, engenheiros. Particularmente, na questão financeira parte significativa dos municípios do entorno regional não possui agência bancária, sendo comum o deslocamento diário das pessoas que necessitam deste tipo de serviço em direção à cidade de Araguaína. Esse deslocamento cria a demanda de outros serviços e atividades comerciais complementares, como o de alimentação e transportes (SILVA, 2012).

Essas condições credenciam Araguaína a ocupar um papel funcional privilegiado na Amazônia Oriental, mesmo competindo com Marabá e Imperatriz, tradicionalmente centros urbanos mais fortes. Araguaína, Marabá e Imperatriz se completam, formando um triângulo de oferta de bens e serviços exigidos por elas e pelas cidades menores de suas áreas de influência, por vezes, mistas.

No entanto, a infraestrutura econômica é prejudicada por aspectos, como um sistema viário complexo, formado por maioria de ruas estreitas, promovendo um trânsito caótico. A cidade também não possui *shopping center*, que teria capacidade de oferecer produtos mais sofisticados para a classe média.

O limitado movimento no aeroporto é outro exemplo das limitações locais, em que apenas duas empresas aéreas (Sete e Passaredo Linhas Aéreas) operam voos diários e com destino a Brasília (DF), Palmas (TO), Goiânia (GO), Parauapebas e Redenção (PA). Os aeroportos de Palmas e Imperatriz, com maior diversificação de oferta, tem significativo uso por moradores de Araguaína.

Essa condição é semelhante nas cidades médias paraenses e da Amazônia Oriental, que não passaram por processo de modernização de seus fixos, isto é, de sua infraestrutura econômica e social, e desse modo, a centralidade por elas exercida é pela convergência de fluxos, em relação aos fixos, que é utilizado e reutilizado para responder à demanda (TRINDADE JUNIOR, 2011; TRINDADE JÚNIOR e RIBEIRO, 2009).

### 3.6 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS ENTRE CIDADES MÉDIAS

Nesta seção é discutido o tema das desigualdades entre cidades médias por meio de indicadores sociais, com o intuito de afirmar que as cidades médias da Amazônia estão incluídas, particularmente, de modo acentuado, na lei geral da reprodução capitalista de problemas urbanos e desigualdades socioespaciais.

Para efeito de comparação sobre as desigualdades no acesso à habitação, renda e educação entre cidades médias da Amazônia oriental, com as de outras regiões, foram selecionados dados em escala municipal com sede classificada de cidade média, relacionados à distribuição de água tratada, coleta de lixo, instalações sanitárias, rede de esgoto, complementadas por informações sobre renda e escolaridade.

No entendimento de Milton Santos (2009, p.105) “todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas”, com deficiências relacionadas ao emprego, habitação, transporte, saneamento básico, educação e saúde, apresentando uma organização interna caótica. Neste sentido, os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais são características eminentes, enfrentadas pelos cidadãos.

Nas cidades da Amazônia este problema tem elevados percentuais, figurando como umas das características da urbanização regional:

Carências generalizadas de equipamentos e serviços [...]. Populações migrantes se acotovelam em áreas impróprias, onde não há equipamentos, nem serviços para atender à população. Essa situação é geral no Brasil, mas na Amazônia é bastante generalizada e elevada o grau de carência (BECKER, 2003, p. 655).

Reforçam este entendimento os argumentos propostos em Trindade Júnior e Pereira (2007), e Trindade Júnior (2011) contestando a tese de melhor qualidade de vida nas cidades médias, da Amazônia Oriental, pois a população está sujeita a elevados índices de empobrecimento e de precária infraestrutura urbana.

À propósito, essa tese de melhor qualidade de vida da população relativa às cidades médias ganhou repercussão com Santos (2009), ao abordar sobre características destas cidades na rede urbana do estado de São Paulo, em diferenciado contexto espaço-temporal.

Entre os geógrafos, por exemplo, é crescente o número de pesquisas recentes que discutem essa tese e a reapresenta sob outra perspectiva, identificando problemas urbanos como empobrecimento, desigualdades socioespaciais ou exclusão social em cidades médias, e questionando essa ideia de melhor qualidade de vida nessas urbes.

Do ponto de vista de Mellazo (2010, p. 109-111), as cidades médias, ou de porte médio paulistas são símbolos de riqueza e prosperidade econômica, como também registram indicadores sociais melhores que a média brasileira, entretanto, contraditoriamente, nessas mesmas cidades é crescente a pobreza, e deste modo, “não há como deixar escapar a análise das profundas desigualdades que se manifestam em tais cidades”.

Esta argumentação é reforçada por Vieira; Nunes; Guimarães, (2010, p. 59) em pesquisa sobre as cidades de Ribeirão Preto, São Jose do Rio Preto e Marília “localizadas nos eixos de desenvolvimento econômico paulista”, onde também é observada a “produção de um espaço urbano profundamente desigual e excludente”.

Por conseguinte, a proposição a ser discutida é de que em cidades médias da Amazônia as desigualdades socioespaciais são indicadas por elevados percentuais, conforme propõe Becker (2003) Trindade Júnior e Pereira (2007), Trindade Júnior (2011).

Utilizando indicadores para observação de desigualdades no acesso à habitação, renda e educação entre cidades médias da Amazônia Oriental, e de outras regiões com economia mais dinâmica, procura-se evidenciar que nas cidades médias

da Amazônia as desigualdades socioespaciais são comprovadas com dados estatísticos expressivos.

Convém precisar que a definição do IBGE sobre cidade considera critérios administrativos, previamente definidos por legislação municipal, que define a cidade como uma área urbana do município. Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, e são subdivididos em distritos. A cidade, área urbana, corresponde à sede do município, ou ao distrito sede. A vila, sede de outro (s) distrito (s), também pode ser definida como área urbana<sup>18</sup>. As demais áreas do município são classificadas como rurais.

Por conseguinte, as informações censitárias sobre domicílios e população em situação urbana não são exclusivas do distrito sede, a cidade, mas também abrangem a vila (s) de outro (s) distrito (s) do município. Esses indicadores foram aqui utilizados, mesmo com essa debilidade, porque eram os disponíveis, sem os quais a análise seria inviabilizada.

Pesquisa realizada por Trindade Junior e Pereira (2007) compara indicadores de pobreza, renda e saneamento básico entre cidades de porte médio do Pará (Castanhal, Marabá e Santarém), com outras de São Paulo (Marília, Franca, Presidente Prudente e Sorocaba), para corroborar a tese de que as cidades de porte médio da Amazônia Oriental têm suas especificidades em relação aos centros urbanos de porte médio da região Sudeste do país.

A pesquisa aqui desenvolvida tomou como referência Trindade Junior e Pereira (2007), selecionando cidades da Amazônia, São Paulo e Goiás. Para a Amazônia, o recorte utilizado considerou as cidades de Araguaína, Palmas e Gurupi, completadas por Marabá (PA) e Imperatriz (MA). Entre as cidades paulistas, ficaram Marília, Franca e Presidente Prudente. A influência metropolitana de Goiânia, na rede urbana tocantinense, contribuiu para inserir as cidades Anápolis e Rio Verde de Goiás, entre as cidades médias analisadas.

Deste modo, são comparados dados censitários municipais de Araguaína, Palmas e Gurupi no Tocantins; Marabá (PA); Imperatriz (MA); Anápolis e Rio Verde,

---

<sup>18</sup>Em municípios que possuem apenas o distrito sede, as informações disponibilizadas pelo IBGE para a situação urbana são referentes à cidade. Este é o caso de Araguaína, com um único distrito.

em Goiás; e Franca, Marília e Presidente Prudente, em São Paulo. Em alguns casos, também, foram consideradas informações sobre Tocantins, Região Norte e Brasil.

Na classificação realizada por Castelo Branco (2006), à exceção das tocaninenses Palmas e Gurupi<sup>19</sup>, as demais cidades são classificadas como médias. Na tipologia de classificação realizada pela autora relacionada as funções urbanas, Franca, Marília, Presidente Prudente e Anápolis são cidades médias completas; Imperatriz possui tipologia funcional média, já Araguaína, Marabá e Rio Verde são consideradas incipientes.

A Tabela 3 condensa informações sobre população total, taxa de urbanização e de crescimento populacional dos municípios selecionados, no período de 1991 a 2010. Esses dados dizem, por exemplo, que a taxa de urbanização entre esses municípios oscilou, em 2010, de 79,7% (Marabá (PA)) a 98,3% (Anápolis (GO)), sendo os municípios com maior população, Franca (SP) e Anápolis (GO), os de taxa de urbanização mais elevada, dentre os demais.

O crescimento populacional, entretanto, não seguiu um padrão, tendo municípios que elevaram a taxa anual de crescimento populacional (Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Rio Verde (GO)) e outros declinaram (Gurupi (TO), Marabá (PA), Franca (SP), Marília (SP), Presidente Prudente (SP) e Anápolis (GO)), o que expressa que esse indicador não tem relação direta com a urbanização da cidade. Palmas (TO) chama a atenção pela diminuição de seu crescimento populacional de 21,49 % para 5,21%, no intervalo em questão. Franca (SP) e Anápolis (GO) seguem juntos, também, na diminuição do crescimento populacional (Tabela 3).

O grau de urbanização é um dos critérios utilizados para classificar a cidade média, e observando as taxas de urbanização da Tabela 3 é possível notar altos percentuais em relação aos municípios em tela, e quando comparados com seus respectivos estados<sup>20</sup>, todos possuem médias superiores.

A taxa anual de crescimento populacional, no intervalo de 2000 a 2010, captada pelos censos demográficos, exposta na Tabela 3 demonstra que os municípios

---

<sup>19</sup> O primeiro critério utilizado por Castelo Branco (2007) foi patamar demográfico mínimo de 100 mil habitantes para a cidade, o que excluiu Gurupi. Palmas não teve classificação, pois as capitais estaduais também foram excluídas do universo da pesquisa.

<sup>20</sup> As taxas de urbanização nos estados foram: Tocantins (78,8%), Pará (68,5%), Maranhão (63,1%), São Paulo (95,9%), e Goiás (90,3%) (IBGE, 2010).

apresentam ritmos de crescimentos expressivos e diferenciados, que transcendem à média nacional e de seus estados.<sup>21</sup> Destaque para Palmas com uma taxa de 5,21% ao ano, seguida por Rio Verde (4,23%) e Marabá (3,35%).

Tabela 3 – População residente, grau de urbanização e taxa de crescimento populacional nos municípios selecionados com sede de porte médio – Tocantins, Pará, São Paulo, Goiás e Maranhão/ 1991 - 2010

| Municípios/ Estado       | População total (2010) | Taxa de urbanização em 2010 (%) | Taxa anual de crescimento populacional (%) |           |
|--------------------------|------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------|-----------|
|                          |                        |                                 | 1991-2000                                  | 2000-2010 |
| Araguaína (TO)           | 150.484                | 95                              | 2,62                                       | 2,89      |
| Palmas (TO)              | 228.332                | 97,1                            | 21,49                                      | 5,21      |
| Gurupi (TO)              | 76.755                 | 97,7                            | 2,16                                       | 1,67      |
| Marabá (PA)              | 233.669                | 79,7                            | 3,46                                       | 3,35      |
| Imperatriz (MA)          | 247.505                | 94,8                            | 0,27                                       | 0,71      |
| Franca (SP)              | 318.640                | 98,2                            | 2,37                                       | 1,03      |
| Marília (SP)             | 216.745                | 95,5                            | 2,27                                       | 0,94      |
| Presidente Prudente (SP) | 207.610                | 98                              | 1,5                                        | 0,93      |
| Anápolis (GO)            | 334.613                | 98,3                            | 2,06                                       | 1,68      |
| Rio Verde (GO)           | 176.424                | 92,7                            | 2,95                                       | 4,23      |

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Organizado pelo autor.

As menores taxas de crescimento demográfico foram registradas em Imperatriz (0,71%), Presidente Prudente (0,93%) e Marília (0,94%). O reduzido aumento demográfico dos municípios paulistas segue uma tendência brasileira de diminuição no número de filhos das famílias. Em particular, Marabá, ao longo das últimas duas décadas manteve um ritmo demográfico alto. Rio Verde e Araguaína aumentaram suas taxas de crescimento no último interstício. Palmas teve forte ritmo de crescimento econômico e demográfico ao longo da década de 1990.

Enfim, os municípios selecionados apresentam ritmo mais acelerado de crescimento populacional e maior taxa de urbanização, quando comparados com as

<sup>21</sup> A taxa anual de crescimento populacional (2000-2010) foi: Brasil (1,17%), Tocantins (1,80%) Pará (2,04%), Maranhão (1,52%) São Paulo (1,09%) e Goiás (1,84%), conforme IBGE (2010).

médias nacionais e de seus respectivos estados, o que vem reforçar a noção sobre a dinâmica urbana que caracteriza cidades médias. Ainda sobre crescimento demográfico, na última década, não se observa uma nítida linha que delimita ritmos de crescimento fortemente diferenciados entre cidades da Amazônia e outras regiões.

De modo diferente, quando cotejadas informações sobre alfabetização, renda média da população e proporção de pobres (Tabela 4), os municípios selecionados localizados na Amazônia apresentam indicadores claramente diferenciados e mais críticos que os demais.

O maior quantitativo de pessoas alfabetizadas é paulista, residente em Franca, Presidente Prudente e Marília. Já a maioria dos não alfabetizados é de Marabá (14,8%), Imperatriz (12,5%) e Araguaína (10,5%). Palmas ocupa posição intermediária, à frente dos demais municípios do Centro-Oeste e Amazônia. Observando o quantitativo de pessoas não alfabetizadas, os municípios paulistas e da Amazônia ocupam posições extremas. Marabá possui 14,8% de população não alfabetizada, o maior percentual, enquanto que o menor índice é em Franca com 4,2% (Tabela 4).

Daí, pode-se pensar que existiria uma relação direta entre nível de desenvolvimento urbano e grau de escolaridade nos municípios selecionados, possivelmente, porque o crescimento econômico necessitaria de mão de obra qualificada para o trabalho, nos diversos setores da economia.

Os valores sobre rendimento, apresentados na Tabela 4, referem-se à média do rendimento mensal das pessoas. Uma primeira e importante observação diz respeito a Palmas<sup>22</sup>, capital tocantinense, com a maior renda mensal registrada, entre as cidades selecionadas, pouco abaixo está Presidente Prudente e, em seguida, Rio Verde. Já as menores rendas estão em Marabá, Imperatriz e Araguaína, onde o ganho mensal por pessoa é inferior à média nacional, que segundo o IBGE (2010) é de R\$ 755,00.

Nos dados sobre renda, a diferença entre a maior (R\$ 1.060,69) e menor (R\$ 539,66) renda mensal da população nos municípios selecionados foi de R\$ 539,03. A concentração de pessoas mais pobres está na Amazônia e das pessoas

---

<sup>22</sup> Conforme dados do PNUD (2013) Palmas também se destaca em outros indicadores sociais. No Tocantins e Região Norte é a cidade com melhor IDH, e em nível nacional é classificada na septuagésima sexta (76ª) posição, enquanto Araguaína está no quingentésimo oitava lugar (508ª).

com renda mais elevada em São Paulo. As exceções são Palmas (R\$1.060,69) e Gurupi (R\$799,04), em Tocantins.

Tabela 4 – Alfabetização, renda média das pessoas e pobreza nos municípios selecionados com sede de porte médio – Tocantins, Pará, São Paulo, Goiás e Maranhão/ 2010

| Municípios/Estado        | Pessoas alfabetizadas (%) | Renda média das pessoas (julho/2010) <sup>23</sup> (R\$) | Proporção de pobres (%) |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------------------------------------|-------------------------|
| Araguaína (TO)           | 89,5                      | 715,61                                                   | 11,2                    |
| Palmas (TO)              | 93,8                      | 1.060,69                                                 | 6,9                     |
| Gurupi (TO)              | 92,6                      | 799,04                                                   | 7,1                     |
| Marabá (PA)              | 85,2                      | 539,66                                                   | 23,5                    |
| Imperatriz (MA)          | 87,5                      | 618,16                                                   | 14,4                    |
| Franca (SP)              | 95,8                      | 831,36                                                   | 3,3                     |
| Marília (SP)             | 95,3                      | 903,07                                                   | 4,0                     |
| Presidente Prudente (SP) | 95,4                      | 1.007,09                                                 | 3,3                     |
| Anápolis (GO)            | 93,4                      | 781,64                                                   | 5,7                     |
| Rio Verde (GO)           | 92,7                      | 874,96                                                   | 4,4                     |

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010; PNUD (2010). Organizado pelo autor.

A maior proporção de pessoas pobres é em Marabá, Imperatriz e Araguaína. No outro extremo, os residentes de renda mais elevada estão nos municípios paulistas de Marília, Franca e Presidente Prudente. Os municípios da Amazônia são os que apresentam maior proporção de pobres, conforme os dados expressos na Tabela 4, enquanto quase um quarto da população de Marabá (PA) é considerada pobre, em Presidente Prudente (SP) este percentual é de 3,3%.

As informações sobre saneamento básico, apresentadas na Tabela 5, contribuem para ratificar a disparidade entre cidades de porte médio da Amazônia e do Sudeste. Em todos os indicadores apresentados, aparecem em destaque, com melhores condições de saneamento básico, os municípios de Franca, Presidente

<sup>23</sup> O valor do salário mínimo de referência no período era de R\$ 510,00.

Prudente e Marília, inclusive, com melhor situação do que as médias do Brasil<sup>24</sup>, sobrepondo-se aos demais municípios selecionados. No outro extremo, com as piores condições de saneamento, oscilam no *ranking*, Marabá, Araguaína e Imperatriz.

Tabela 5 - Indicadores de saneamento básico nos municípios selecionados com sede de porte médio – Tocantins, Pará, São Paulo, Goiás e Maranhão/ 2010

| Municípios/Estados       | Domicílios servidos com água da rede geral (%) | Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial (%) | Domicílios sem sanitário (%) | Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza (%) |
|--------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Araguaína (TO)           | 93,1                                           | 10,0                                                          | 2,2                          | 92                                                      |
| Palmas (TO)              | 95,5                                           | 43,0                                                          | 0,7                          | 97                                                      |
| Gurupi (TO)              | 84,5                                           | 17,4                                                          | 1,2                          | 95,7                                                    |
| Marabá (PA)              | 38,7                                           | 6,0                                                           | 4,3                          | 78,5                                                    |
| Imperatriz (MA)          | 90,7                                           | 35,5                                                          | 1,6                          | 91,9                                                    |
| Franca (SP)              | 98,2                                           | 97,6                                                          | 0                            | 99,5                                                    |
| Marília (SP)             | 97,3                                           | 95,8                                                          | 0,1                          | 98,3                                                    |
| Presidente Prudente (SP) | 97,8                                           | 96,7                                                          | 0                            | 98,7                                                    |
| Anápolis (GO)            | 83,7                                           | 46,5                                                          | 0,1                          | 98,2                                                    |
| Rio Verde (GO)           | 82,6                                           | 43,8                                                          | 0,2                          | 92,9                                                    |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado pelo autor.

Houve avanço da oferta de água da rede geral, bem essencial para sobrevivência, pois apenas um município, entre os selecionados, tem número de domicílios servidos menor que a média nacional (82,8%), que é o caso de Marabá (38,7%). Nos demais, a água encanada está melhor disseminada, disponível em 83,7% dos domicílios de Anápolis (GO), chegando até 98,2% das residências de Franca (SP).

Sobre a coleta de lixo feita diretamente pelo serviço de limpeza, os menores percentuais de domicílios servidos estão em Marabá, Imperatriz e Araguaína, sendo Marabá inferior à média do país (Tabela 5). As cidades de Franca (99,5%), Presidente

<sup>24</sup> Conforme dados do IBGE (2010) as médias do Brasil são: Domicílios servidos com água da rede geral (82,8%), esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial (55,5%), domicílios sem sanitário (2,6%), domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza (87,4 %).

Prudente (98,7%) e Marília (98,3%) apresentam os melhores percentuais de domicílios atendidos pelo serviço de limpeza pública.

O esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial é ofertado a pouco mais que metade dos domicílios brasileiros (55,5%), mas a situação é ainda mais grave na região Norte, que chega apenas a 14,0% (IBGE, 2010). Desconformidade maior ocorre quando observados os municípios paulistas e os da Amazônia, pois enquanto nos primeiros quase todas as residências são servidas por esgoto da rede geral, na Amazônia tem-se a impressão de ausência deste serviço público que chega apenas a 6,0% das residências de Marabá, 10,0% para as de Araguaína e 17,4% em Gurupi.

Outra situação crítica, em relação a saneamento básico, refere-se ao quantitativo de domicílios que não tinham sanitário. Os dados, da Tabela 5, mostram maior ausência de aparelho sanitário em Marabá, atingindo 4,3% das residências, em seguida, Araguaína com 2,2%, e Imperatriz com 1,6%. Novamente, situação mais grave na Amazônia, pois em Franca e Presidente Prudente todos os domicílios possuem sanitário e em Rio Verde, Anápolis e Marília, este é um problema amenizado que atinge somente 0,1% das casas. No Tocantins, a deficiência de instalações sanitárias mostra gravidade, pois 8% dos domicílios estão nessas condições de precariedade, percentuais superiores aos 2,6% do total no país e os 4,6% da Região Norte (IBGE, 2010).

Outro indicador do censo demográfico (IBGE, 2010) que merece destaque é a classificação de 8,4% das moradias brasileiras classificadas como improvisadas<sup>25</sup>, condição de insalubridade em que vive parcela da população. Rio Verde (11%) e Araguaína (8,7%) detém patamar superior à média brasileira, seguidos por Marabá (8,3%) e Anápolis (8,1%) com quantitativo abaixo, mas próxima à média nacional. O menor quantitativo de moradia em condição improvisada é de Presidente Prudente com 6,7%, seguido de Imperatriz (6,7%), depois Marília (6,9%) e Franca (6,8%). Os outros tocantinenses, Gurupi (7,7%) e Palmas (7,7%) encontram-se em posição intermediária em relação a improviso de moradia.

---

<sup>25</sup> Domicílio improvisado é aquele que embora esteja sendo utilizado como residência, não foi construído para tal finalidade. Incluem-se aqueles localizados em unidades (lojas, fábricas, bar, etc.) que não possuem dependências destinadas exclusivamente à moradia, prédios em construção servindo de moradia, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta, etc.; como também os locais inadequados para habitação, ou domicílios em áreas de invasão (IBGE, 2010).

Os indicadores de pobreza, alfabetização, condições de saneamento básico e de moradia improvisada observados, demonstram que os municípios paulistas e goianos mesmo apresentando índices e percentuais que revelam melhor infraestrutura urbana e serviços públicos, também possuem precariedades que evidenciam desigualdades socioespaciais. Entretanto, os indicadores sociais mais críticos são da Amazônia, em maioria com médias bem inferiores à nacional.

No Tocantins, Araguaína possui os piores indicadores sociais, e assim a infraestrutura urbana mais deficiente, distanciando-se das demais cidades médias da rede urbana estadual, que possuem melhores condições urbanas em relação ao conjunto estadual, conforme demonstraram os indicadores utilizados.

Portanto, a tese de Becker (2003) sobre carência generalizada de equipamentos e serviços, como uma das características da urbanização na Amazônia é reforçada pelos dados aqui apresentados. Problemas urbanos e desigualdades socioespaciais são marcantes e severos, notadamente quando observadas a realidade de Araguaína, Marabá e Imperatriz.

O conjunto de indicadores utilizados, também, ratifica o entendimento de que nas cidades médias dos municípios selecionados da Amazônia as desigualdades socioespaciais são relativamente mais acentuadas, conforme argumentam Trindade Junior (2011), Trindade Júnior e Pereira (2007).

Em Araguaína, a infraestrutura urbana e econômica não passou por processo de modernização. Internamente a cidade apresenta sérios problemas urbanos, ausência e/ou carências de serviços públicos. Nesta cidade, de modo simultâneo, estão sendo produzidas a riqueza, a miséria e os problemas urbanos, e a capacidade de produzir riqueza econômica, que contrasta com situação de agravantes desigualdades socioespaciais.

## 4 USO DO SOLO EM ARAGUAÍNA-TO: SUBDIVISÕES INTERNAS, EXPANSÃO E VALOR DE TROCA

Este capítulo tenciona aferir e contextualizar as subdivisões e fragmentações do espaço intraurbano de Araguaína, em bairros e *aglomerados subnormais* com diferenciado valor do solo urbano.

Os dados utilizados como indicadores de desigualdades socioespaciais de Araguaína referem-se aos setores censitários delimitados pelo IBGE em 2010, que nesta pesquisa são comparados com as propostas de subdivisão da cidade realizadas pela Prefeitura Municipal.

Argumenta-se, brevemente, sobre a recente expansão urbana da cidade, no período intercenso e após o censo 2010, a partir de informações sobre crescimento demográfico, ampliação da malha urbana delimitada para coleta censitária, e pela proliferação de bairros e setores, dentre os quais seis áreas classificadas como *aglomerados subnormais*.

É realizada, ainda, uma apreciação de valores do metro quadrado do solo urbano, identificando áreas com maior e menor valor de troca, a partir do zoneamento tributário estabelecido pela Prefeitura Municipal de Araguaína. Os extremos mais e menos valorizados são observados, empenhando-se em captar como a riqueza e pobreza estão distribuídas na cidade.

### 4.1 SUBDIVISÕES URBANAS DE ARAGUAÍNA-TO: AGREGANDO A DEMARCAÇÃO DO IBGE E A DA PREFEITURA

Em geral, o IBGE disponibiliza os resultados do censo em microdados por setor censitário e também por bairros, quando são oficialmente criados por lei municipal, acompanhados do georreferenciamento das áreas, o que não é o caso Araguaína. Entretanto, a Prefeitura realiza a divisão da cidade em bairros, portanto, há uma institucionalização, porém, não reconhecida pelo IBGE.

No Censo Demográfico 2010, o município de Araguaína foi subdividido em 147 setores censitários pelo IBGE, dos quais 130 classificados na situação urbana que formam a sede do município, a cidade, e são de interesse desta pesquisa (Mapa 2).

O setor censitário não possui denominação, apenas um código numérico<sup>26</sup>, dificultando a identificação e sua localização nos compartimentos internos da cidade, por isso, a necessidade de realizar uma correspondência espacial entre áreas reconhecidas pela sociedade local.

A nomenclatura mais utilizada para designar a divisão das áreas urbanas de Araguaína é setor, seguida de bairro, vila e loteamento, e com exceção dos loteamentos mais recentes e dos conjuntos habitacionais oficiais, em geral, foi a própria população que nomeou essas áreas<sup>27</sup>, posteriormente, reconhecidas pela prefeitura e correios (VASCONCELOS FILHO, 2013).

O poder público municipal de Araguaína utiliza três propostas de compartimentação urbana da cidade, apresentadas em documentos com diferentes finalidades.

A proposta mais utilizada pela Prefeitura<sup>28</sup>, segue a divisão e nomenclatura conhecida pela sociedade local, em que a cidade foi compartimentada em 133 áreas, correspondentes a setor, bairro, vila, loteamento, conjunto, residencial (ARAGUAÍNA, 2010).

Outra divisão da cidade realizada pela governança municipal (ARAGUAÍNA, 2015) é em função da divisão do espaço urbano para fins de tributação, e consiste na planta de valores do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), de diferentes áreas da cidade, agrupadas de acordo com o valor venal do terreno e da construção (Figura 3).

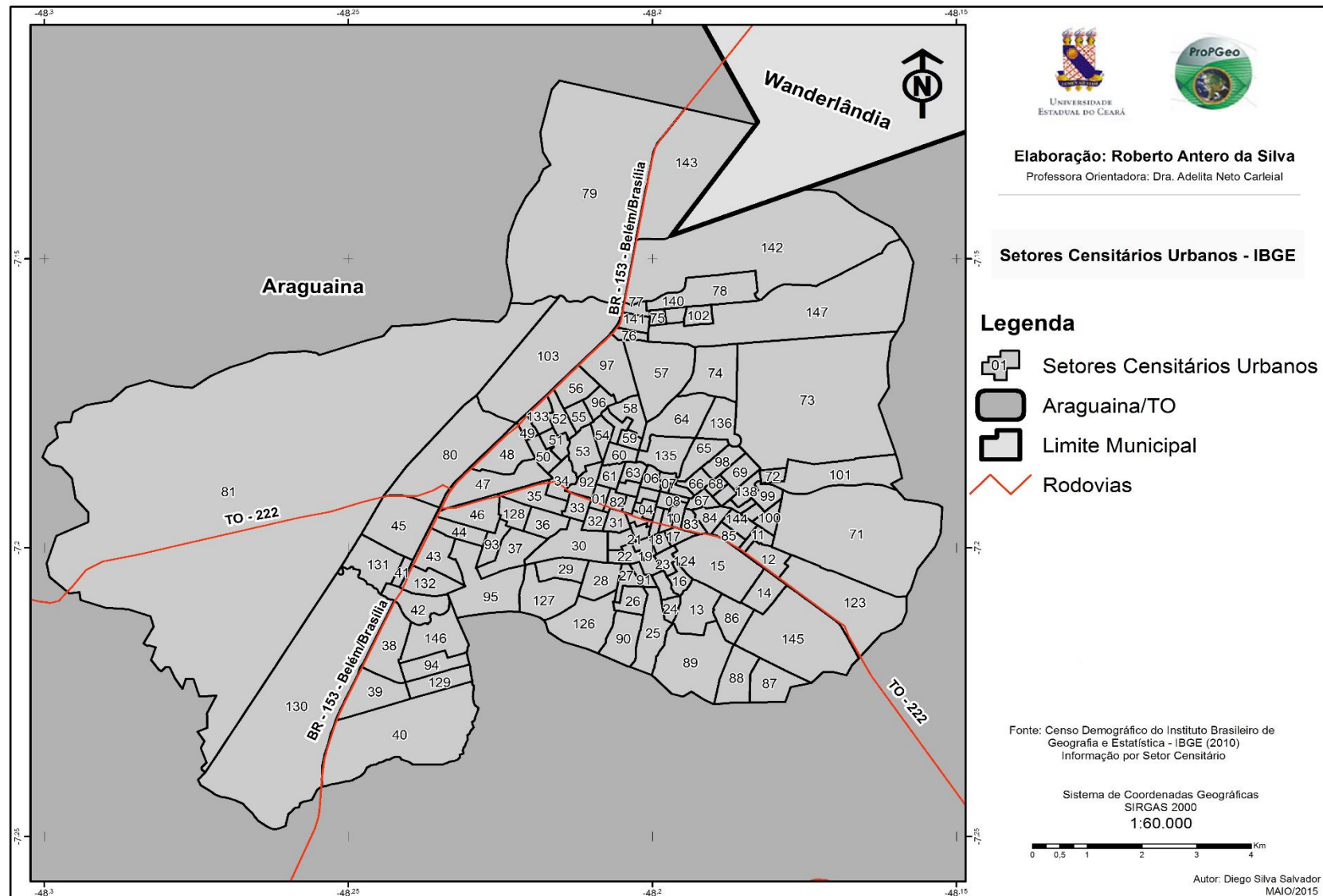
---

<sup>26</sup> Apenas os setores censitários classificados por *aglomerados subnormais* recebem uma nomenclatura.

<sup>27</sup> Vasconcelos Filho (2013) cita como exemplo a área registrada no cartório e prefeitura municipal como setor Esplanada, mas reconhecido pela população como Setor Noroeste.

<sup>28</sup> Essa proposta visualizada em mapa da cidade de Araguaína, produzido em software do programa AutoCAD impresso em tamanho 90cm x 120cm, para ser comparado ao mapa de setores censitários, serviu de subsídios para o autor, mas por dificuldades técnicas esse mapa não consta nesta tese.

Mapa 2– Setores censitários urbanos de Araguaína, segundo IBGE – Araguaína –TO/2010

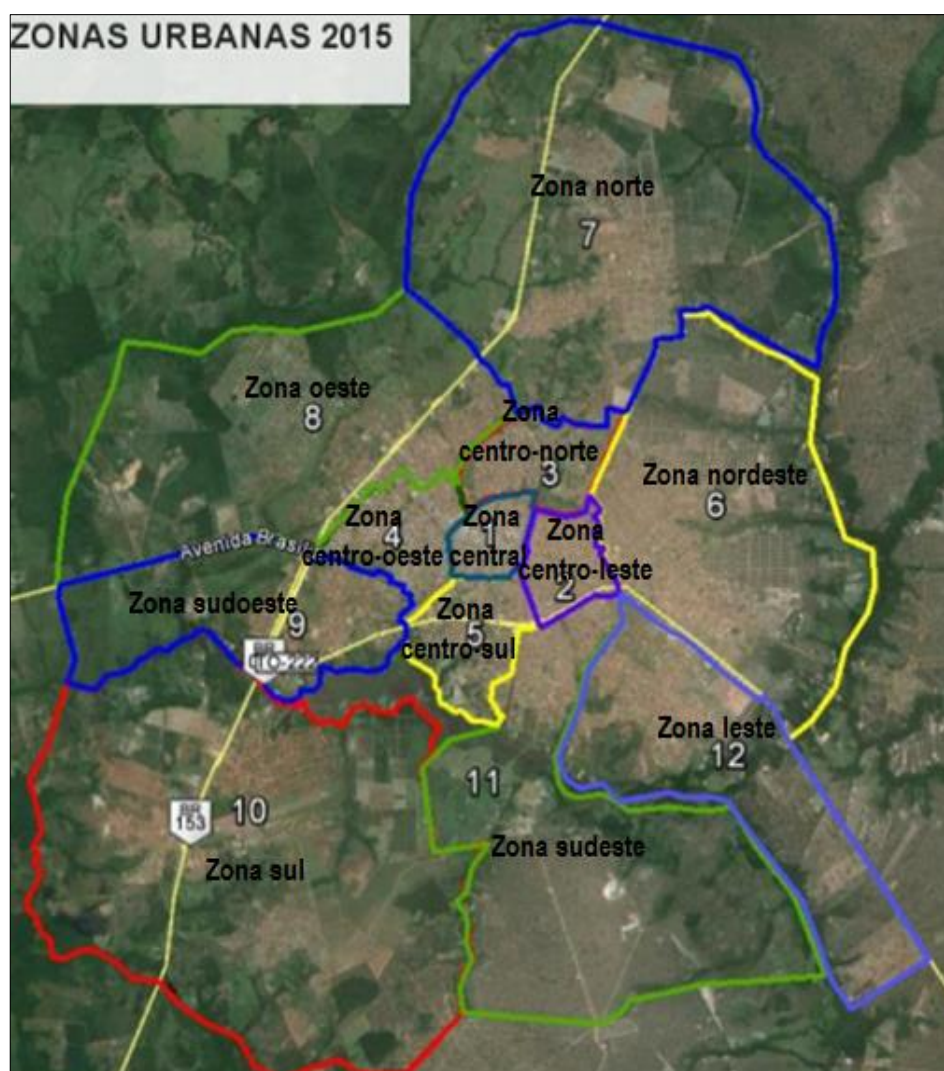


Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do Autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

Nessa proposta, Araguaína é dividida em 13 zonas, fragmentadas em mais 110 subzonas que mantêm as principais denominações históricas e territoriais reconhecidas pela população, em bairros, setores, loteamentos, vilas.

A zona 13, nomeada de periférica, não é visualizada na Figura 3, pois corresponde a áreas dispersas, classificadas como povoados (Daiara, Ponte, Barra da Grota e Novo Horizonte) em situação rural, pelo IBGE (2010) e, também, no Plano Diretor de Araguaína, elaborado no ano de 2004.

Figura 3 - Zoneamento urbano para valores do IPTU - Araguaína –TO/2015



Fonte: Araguaína (2015, p. 2)

Contraditoriamente, no zoneamento com finalidade de tributação, as imediações de Daiara, Ponte, Barra da Grota e Novo Horizonte estão incluídas como

áreas urbanas e recebem classificação de setores (ARAGUAÍNA, 2015, p.250-258). Essa mudança de classificação em textos oficiais, ao transformar essas áreas rurais em urbanas, poderia ser explicada como uma ofensiva do poder público, tencionando aumentar a captação de tributos.

Há, também, a compartimentação intraurbana apresentada na Revisão do Plano Diretor Municipal de Araguaína (2004, p.279), dividindo a cidade em 12 bairros com a seguinte nomenclatura: Setor Central, Setor Centro Sul, Setor Oeste, Setor Noroeste, Setor Norte, Setor Leste, Setor Centro Leste, Setor Orla, Setor Sul, Setor Aeroporto, Setor Sudoeste e Setor Rodoviário (Figura 4).

Figura 4 - Abairramento da cidade, segundo Plano Diretor Municipal de Araguaína –TO/ 2004



Fonte: Plano Diretor de Araguaína (2004, p. 280)

Essa proposta de abairramento, apresentada no Plano Diretor, é pouco conhecida, e não considera as antigas nomenclaturas informais, reconhecidas e utilizadas pelo próprio poder público e pela população, comprometendo a memória coletiva sobre esses lugares.

Apesar dos limites existentes pelo uso de metodologias diferentes, buscou-se obter uma correspondência espacial, combinando a divisão por setor censitário (IBGE, 2010) e duas compartimentações urbanas utilizadas pela Prefeitura Municipal de Araguaína: a divisão territorial em bairro, setor vila e loteamento (ARAGUAÍNA, 2010) e a proposta de zoneamento tributário, recentemente estabelecida pela municipalidade (ARAGUAÍNA, 2015). Essa proposta de correspondência espacial entre setor censitário, bairros e zonas tributárias está expressa no Apêndice A.

O uso do mapa urbano de bairros e setores produzido pela Prefeitura Municipal de Araguaína (2010) contribuiu para contextualizar, com denominações reconhecidas, os resultados desta pesquisa.

A utilização do zoneamento tributário intraurbano (ARAGUAÍNA, 2015) esclareceu sobre o valor do metro quadrado do solo urbano, o que possibilitou observar as áreas mais e menos valorizadas, servindo de comparação para observar a distribuição da pobreza e da riqueza na cidade.

No entanto, ponderações são necessárias. É comum, por exemplo, que um bairro seja formado por diversos setores censitários, como por exemplo o Bairro São João, Araguaína Sul, Centro e Coimbra. Algumas vezes, a divisão do IBGE coincide de modo exato com a da Prefeitura, como é o caso do setor censitário nº 72, o mesmo espaço físico do bairro Tereza Hilário (Apêndice A).

Neste caso, os indicadores sociais do recenseamento oficial são remetidos ao bairro, ou bairros que tenham maior representatividade naquele setor censitário, exigindo uma consulta visual comparativa entre o mapa de setor censitário e o de compartimentação urbana em bairros feito pela Prefeitura.

No caso de Araguaína, cada *aglomerado subnormal* compreendeu a um setor censitário: Santa Rita, Jardim das Mangueiras, Ana Maria, Monte Sinai, Parque Bom Viver I, Setor Vitória, que nesta ordem, correspondem aos setores censitários 73,102,123,130,142 e 145 (Apêndice A).

## 4.2 EXPANSÃO URBANA RECENTE DE ARAGUAÍNA

Uma das peculiaridades de Araguaína foi a rápida transmutação de povoado de fronteira agrícola para cidade média, com veloz expansão urbana. A expansão da cidade pode ser dimensionada pelo aumento quantitativo de população, e a consequente ampliação, fragmentação, valorização do tecido urbano da cidade através da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, para desenvolvimento de atividades econômicas, moradia e especulação.

Os problemas urbanos de Araguaína, desde o processo inicial de expansão, até recentemente, são mencionados em pesquisas de Valverde e Dias (1967), Kotscho (1981), Ajara (1991), Araguaína (2004), Silva (2012), Silva (2013), Pereira (2013), Vasconcellos Filho (2013).

O processo inicial de explosão urbana de Araguaína, na década de 1960, foi captado por Valverde e Dias (1967, p. 204, 205) como sendo uma cidade “muito espalhada, conservando aspecto pioneiro” [...]; com “um comércio desordenado, rústico, embora com certas lojas especializadas”; [...] “nenhuma rua asfaltada e a paisagem urbana por organizar”.

Na década de 1980, Ricardo Kotscho (1981, p. 59) observou uma Araguaína que lembrava o velho oeste americano, em que “homens com imensos chapéus de vaqueiro, tomando uísque estrangeiro”, em “carrões último tipo” cruzavam as ruas, com “calçadas sujas, e o cheiro forte das gaiolas” para transporte de gado.

Conforme Ajara (1991, p. 40) no início da década de 1990, “Araguaína exerce um forte processo de polarização sobre sua área de influência”. Mas, o que realmente impressionou ao pesquisador foi “a crescente periferização da cidade, expressão espacial por excelência”.

Para Silva (2012) a cidade de Araguaína exerce centralidade urbano-regional sobre região produtora de pecuária, também chamando atenção para as contradições deste processo, referente à crescente valorização urbana e especulação imobiliária associadas à proliferação de loteamentos, em meio ao surgimento de seis núcleos de favelas, os *aglomerados subnormais*.

De acordo com Silva (2013), a expansão urbana desordenada de Araguaína é um dos principais fatores responsáveis pela ampliação de Leishmaniose

Visceral (calazar) nesta cidade. O avanço de áreas urbanas para o habitat natural do mosquito transmissor da doença, combinadas ao modo de vida e hábitos de parte da população, são contributos de uma epidemia.

Com o propósito de compreender o direito à moradia em Araguaína, Vasconcellos Filho (2013) constata que “a paisagem urbana da cidade é marcada por uma decadente infraestrutura urbana”, referenciada por aspectos como “precária malha urbana”, a construção de fossas nas calçadas, “a falta ou carência de rede coletora de esgotos domésticos”, citando também os *aglomerados subnormais*, particularmente, o Monte Sinai.

Na tese de Pereira (2013) o conceito de paisagem ganha destaque para compreender a formação do espaço araguainense, tais como: muros altos, fossas nas calçadas, apropriação do espaço público pelo uso privado, a falta de arborização, as queimadas, e a ausência de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Pereira (2013, p. 130) chama atenção para a ausência do poder público para fazer vigorar as “normas técnicas e urbanísticas” no acelerado crescimento de Araguaína: “A cidade está crescendo de forma acelerada sem que o poder público interfira de forma sistemática e decisiva na organização desse crescimento”.

O Plano Diretor de Araguaína (2004) reconhece os problemas urbanos da cidade. Este documento aponta que o rápido crescimento econômico e demográfico não foi acompanhado de políticas públicas urbanas incorrendo em atual quadro da cidade caracterizado por: devastação ambiental, demanda de serviços públicos maior que a oferta, falta de definição espacial dos bairros, deficiências de saneamento básico, dificuldades de ordenamento do solo urbano, mantendo-se situação de adversidade para implementação de política urbana.

Atualmente a política urbana municipal apresenta como característica marcante a exigência cumprimento de normas técnicas e urbanísticas, contemplando imposições da ideologia urbanística, que tendem a suprimir o valor de uso do urbano pelo valor de troca, criticado por Lefebvre (2001). O Estado e capital, detentores da ideologia urbana invalidam a habitação popular, sobrevalorizando os padrões urbanísticos.

O fortalecimento da economia, o apoio de programas estaduais e federais para melhorar a gestão urbana, a disseminação da cultura de planejamento urbano participativo, e a ampliação dos serviços de saneamento básico são apontados como oportunidades expressa no Plano Diretor como políticas de desenvolvimento e expansão urbana (ARAGUAÍNA, 2004)

Na urbanização de Araguaína, é notória a explosão demográfica com os rápidos e volumosos movimentos migratórios que determinaram crescimento populacional de 10.826 para 150.52 habitantes entre 1960 a 2010, e intensas transformações na cidade, com a proliferação de bairros, setores urbanos e vilas residenciais (SILVA, 2012).

Após a coleta censitária de 2010, os volumes migratórios e expansão urbana continuaram em ascensão. Conforme dados estimados pelo IBGE, a população aumentou para 170.183 (IBGE, 2015), crescimento de 13% no período.

Conforme Vasconcelos Filho (2013) este processo acelerado de expansão urbana de Araguaína pode ser demonstrado pelo número de loteamentos e bairros produzidos nos últimos 40 anos. Somente nas décadas de 1970 e 1980, 54% do atual perímetro urbano já estava delimitado, complementando com 11% ao longo dos anos de 1990, e mais 15,5% até 2012.

Na última década foi intensa a comercialização de áreas, já registradas em períodos anteriores, movidas pelos profissionais da especulação imobiliária na cidade. Como exemplo, entre 2010 e 2012, foram lançados dois grandes conjuntos de loteamentos formados pelo Jardim dos Ipês I e II, e outro pelo Condomínio do Lago e Mansões do Lago (VASCONCELOS FILHO, 2013).

Dados referentes aos dois últimos recenseamentos, também, corroboram sobre essa expansão urbana de Araguaína. No ano 2000, este município foi fragmentado pelo IBGE em 92 setores censitários, dos quais 81 foram classificados como urbanos e 11 rurais. No ano de 2010, novas áreas foram incorporadas ao tecido urbano e a fragmentação foi ampliada para 147 setores censitários, sendo 130 pertencentes ao perímetro urbano e 17 em situação rural (IBGE, 2000, 2010).

O aumento quantitativo de domicílios é outro indicador deste processo, que também fornece pistas sobre uma expansão horizontal da cidade. Segundo o IBGE (1991, 2000 e 2010), no ano de 1991, o município de Araguaína possuía 21.941

domicílios, aumentando para 27.813 no censo demográfico seguinte, e com expressivo acréscimo em 2010, totalizando 43.916.

Os dados censitários (IBGE, 2010) informam que entre os domicílios particulares permanentes, o predomínio é no quantitativo de casas (95,3%), enquanto que os apartamentos<sup>29</sup> representam apenas 1,93%, percentual que é bastante inferior à média nacional, 10,7%.

Em um terço dos setores censitários urbanos foram registrados domicílios do tipo apartamentos, mas em praticamente metade destas áreas, este percentual é baixo, próximo ou inferior a 1%, destacando-se pela maior quantidade aqueles referentes ao Centro (36,1%), Setor Alaska (32,1%), Bairro Senador (28,6%), Setor Urbano (25,4%) e outras áreas do Centro (IBGE, 2010).

Os apartamentos são indicadores de verticalização, que em Araguaína têm maior concentração na parte central, divididos entre uso comercial e moradia, mas nota-se crescimento deste tipo de empreendimento, exclusivos para moradia, nos bairros no entorno do Centro, e nas zonas Centro-Oeste e Centro-Sul.

A pesquisa de campo permitiu ainda observar novas áreas de Araguaína, não contabilizadas pelo IBGE no ano de 2010. No setor nº 73, referente ao *aglomerado subnormal* Santa Rita, houve ocupação que foram nomeadas de Setor Presidente Lula e Vila Maranhão. No Monte Sinai, outro *aglomerado subnormal*, houve expansão para o Monte Sinai II, e foi construído o conjunto residencial popular Vila Azul do programa de habitação “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, que entregou 436 residências no ano de 2011.

O Setor Censitário Nº 81 – ou Brejão – foi classificado pelo IBGE (2010) baseado na precária infraestrutura urbana e predominância de costumes tidos como rurais como “área da cidade não urbanizada”. Corresponde ao extremo da zona Oeste, área que passou por vigoroso processo de valorização, com a falsa promessa de construção de um *shopping center*, e de comercialização dos loteamentos Jardim dos Ipês I, Jardim dos Ipês II e Jardim Boa Sorte, que abrigam famílias de classe média.

---

<sup>29</sup> Para o IBGE (2011b), apartamento é domicílio situado em prédio de um ou mais pavimentos, com mais de um domicílio, servidos por espaços comuns (vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências).

O maior empreendimento residencial oficial de Araguaína foi no Setor Censitário Nº 143, que agora além do Setor Barros, também é formado por parte do Residencial Costa Esmeralda que possui 1.788 unidades habitacionais entregues pelo Governo Federal, em 2014, como ação do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O Residencial Costa Esmeralda, mesmo sendo recém construído, evidencia ausência de serviços básicos como saúde, educação e segurança, agravada pela descontinuidade da malha urbana, pois, como em geral ocorre na construção de conjuntos de habitação popular a área está afastada dos demais bairros e dos equipamentos urbanos.

Outra situação que chama atenção é a ausência de áreas verdes, ou de um projeto de arborização, pois entre o amontoado de casas apenas algumas árvores nativas foram mantidas. Além disso, o Costa Esmeralda tem sua área dividida entre os municípios de Araguaína e Wanderlândia, implicando em dificuldades para conciliar ações de governos municipais diferentes (Figura 5).

Figura 5 – Área intermunicipal do Residencial Costa Esmeralda nos municípios de Araguaína e Wanderlândia - 2015



Fonte: IBGE (2010b). Adaptações do autor.

Por enquanto, Araguaína tem sido responsável por implementar os serviços públicos ausentes, para todos os moradores, mas a informação de técnicos do IBGE é de que no próximo censo demográfico, cada parte do Residencial será contabilizada de acordo com o município a qual pertence. Obviamente, a situação acarreta problemas sobre a responsabilidade pelos melhoramentos da infraestrutura urbana e dos serviços públicos, já que a sede do município de Wanderlândia dista mais de 50 quilômetros do Costa Esmeralda. As informações apresentadas indicam a acelerada expansão urbana de Araguaína, e, sobretudo seu crescimento horizontal, com ampliação do perímetro urbano municipal, fragmentando áreas já ocupadas, incorporando áreas rurais, mas mantendo diversos vazios urbanos.

#### 4.3 AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA: EXPRESSÕES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL

Neste subitem, argumenta-se sobre a ocorrência dos *aglomerados subnormais* em Araguaína, como expressões do crescimento econômico desigual na produção de espaços urbanos, contextualizando-se brevemente o fenômeno no panorama nacional e regional.

O Censo Demográfico de 2010 foi o primeiro dos recenseamentos a identificar *aglomerados subnormais* em Araguaína, classificando seis setores censitários nesta condição.

Um dos motivos que auxiliam na compreensão desta classificação, de áreas *subnormais* para Araguaína, é a expansão urbana da cidade, com formação de novas áreas de moradia, tanto ricas como empobrecidas. Outra explicação é sinalizada em texto do IBGE (2011) com aperfeiçoamento da metodologia de identificação destes setores, implementando uso de dados geoespaciais, técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto.

*Agglomerados subnormais* é um termo utilizado pelo IBGE, não obstante a palavra *subnormal* ter conotação cultural depreciativa e discriminatória, provocando constrangimento aos intelectuais. Por questões metodológicas, esse conceito e as informações sobre esse fenômeno são aceitos e utilizados nesta pesquisa, mesmo

reconhecendo as controvérsias e limitações operacionais dessa classificação censitária.

Foram identificados *aglomerados subnormais* em todas as grandes regiões brasileiras, nos 26 estados e no Distrito Federal. O maior quantitativo de setores *subnormais* e população residente está nas metrópoles e regiões metropolitanas, mas há presença em cidades de porte médio e pequenas.

As características do sítio urbano da cidade interferem no padrão de distribuição dos setores *subnormais*. A maior parte está localizada em áreas inadequadas para a urbanização e moradia, “como encostas íngremes no Rio de Janeiro (RJ), áreas de praia em Fortaleza (CE), vales profundos em Maceió (AL), manguezais em Cubatão (SP), e igarapés e encostas em Manaus (AM)” (IBGE, 2011, p. 34).

No País foram identificados 6.329 setores *subnormais* localizados em 323 municípios. Eles concentravam 6% da população brasileira, distribuída por 3,2 milhões de domicílios dentre os quais, 88,6% agrupados em 20 regiões metropolitanas. No comparativo entre as grandes regiões brasileiras, o maior agrupamento de domicílios é na região Sudeste com 49,8% do total nacional, seguido pelo Nordeste que detinha 28,7%, e a região Norte, concentrando 14,4%. Registra-se menores ocorrências nas regiões Sul, com 5,3%, e Centro-Oeste com 1,8% (IBGE, 2011).

A distribuição quantitativa de *aglomerados subnormais* por regiões é de 145 localizados na região Sudeste, 70 na região Nordeste, 51 na região Sul, 48 na região Norte e 9 na região Centro-Oeste (IBGE, 2011).

Na região Norte, a maioria dos *aglomerados subnormais* é formada em áreas ribeirinhas sujeitas a inundações periódicas, localizados em municípios do interior dos estados do Pará e Amazonas. Na região Nordeste, 74,3% estão localizados em municípios pertencentes à região metropolitana. As regiões Sudeste e Sul apresentam padrões semelhantes com metades das ocorrências em regiões metropolitanas. Já no Centro-Oeste, dos nove municípios identificados com setores *subnormais*, apenas um não compõe recorte metropolitano (IBGE, 2011).

A dimensão do problema torna-se mais complexa com a identificação de setores *subnormais* em municípios de pequeno quantitativo populacional, e que não

formam regiões metropolitanas. É o caso de Bandeira (MG), com população de 4.984 habitantes, Ibirarema (SP) com 6.709, e Japaratinga (AL), com 7.727 residentes.

Em termos relativos, a maior taxa de residentes em aglomerados é do estado do Pará, com 16,7%, seguido pelo Amapá, com 16,2% da população estadual. O Rio de Janeiro, que se tornou conhecido nacionalmente pelas belezas naturais e pelas favelas concentradas na sua capital, possui 12,7% de sua população residindo nestes setores (IBGE, 2011).

Em praticamente todas as capitais estaduais são contabilizados setores *subnormais*. A única exceção foi Palmas, capital do Tocantins, pois neste estado, a ocorrência, registrada pelo IBGE em 2010, é apenas na cidade interiorana de Araguaína.

Ciente de críticas apontadas relativas à definição e identificação censitária pelo IBGE, optou-se em verificar a ocorrência do fenômeno *aglomerado subnormal* em outras cidades da rede urbana estadual (Palmas e Gurupi) e em cidades do Sudeste da Amazônia Oriental (Marabá (PA) e Imperatriz (MA), em condições econômicas e demográficas similares as de Araguaína.

A classificação censitária isenta desse fenômeno as demais cidades de Tocantins. Este agrupamento de assentamentos irregulares nesta única cidade da rede urbana estadual é controverso, pois seguindo este critério, nas demais cidades, incluindo Palmas e Gurupi, não haveria problemas urbanos relacionados à precariedade de habitação, e ao uso e acesso à terra naquelas cidades.

As contradições da definição censitária mostram-se, também, quando se compara Araguaína com Marabá e Imperatriz, duas cidades médias da rede urbana do Sudeste da Amazônia Oriental, classificadas com funções econômicas e nível de hierarquia similares a Araguaína.

Em Marabá, 12,3% dos habitantes são residentes nos 11 *aglomerados subnormais* localizadas na sede municipal. A definição censitária mostra que o Pará é o estado brasileiro com maior percentual de moradores em favelas (16,7%); e que em Marabá esta condição não é diferente, pois o percentual é mais que o dobro da média nacional (IBGE, 2010).

Em Imperatriz, ao contrário, o IBGE não identificou *aglomerados subnormais*; diferente dos resultados comparativos dos indicadores de pobreza,

alfabetização, condições de saneamento básico, moradia improvisada, que mostraram Imperatriz em situação crítica, similar às demais cidades da Amazônia.

A pesquisa realizada por Marques e Outros (2007) contesta os resultados sobre *aglomerados subnormais* do Censo Demográfico de 2000. Eles utilizam o termo “setores precários” e outra metodologia para comparar assentamentos com características socioeconômicas, demográficas e habitacionais similares às dos *setores subnormais*, mas que não foram classificados como tal.

Os resultados obtidos por Marques e Outros (2007) ampliaram significativamente o quantitativo destes setores chamados de precários, bem como identificaram um conjunto expressivo destes assentamentos com características dos *setores subnormais*, na maioria das cidades em que o IBGE registrou como inexistentes.

Para o conjunto dos municípios estudados, em 2000, o IBGE classificava como *subnormais* 7,5% dos setores censitários. Na proposta de Marques e Outros (2007) foram classificados mais 6.907, o que resultou, aproximadamente, em dobrar a estimativa de setores que concentram condições habitacionais precárias, chegando a 14,3%. No Tocantins não havia nenhum município com setor censitário classificado como *subnormal*. Ao incluir Palmas no estudo, Marques e Outros (2007) identificaram que 7,41% da população da capital residiam em setores precários<sup>30</sup>. O problema pode, então, estar relacionado à metodologia de identificação destes aglomerados aplicada pelo IBGE, que não reconhece alguns espaços como tal.

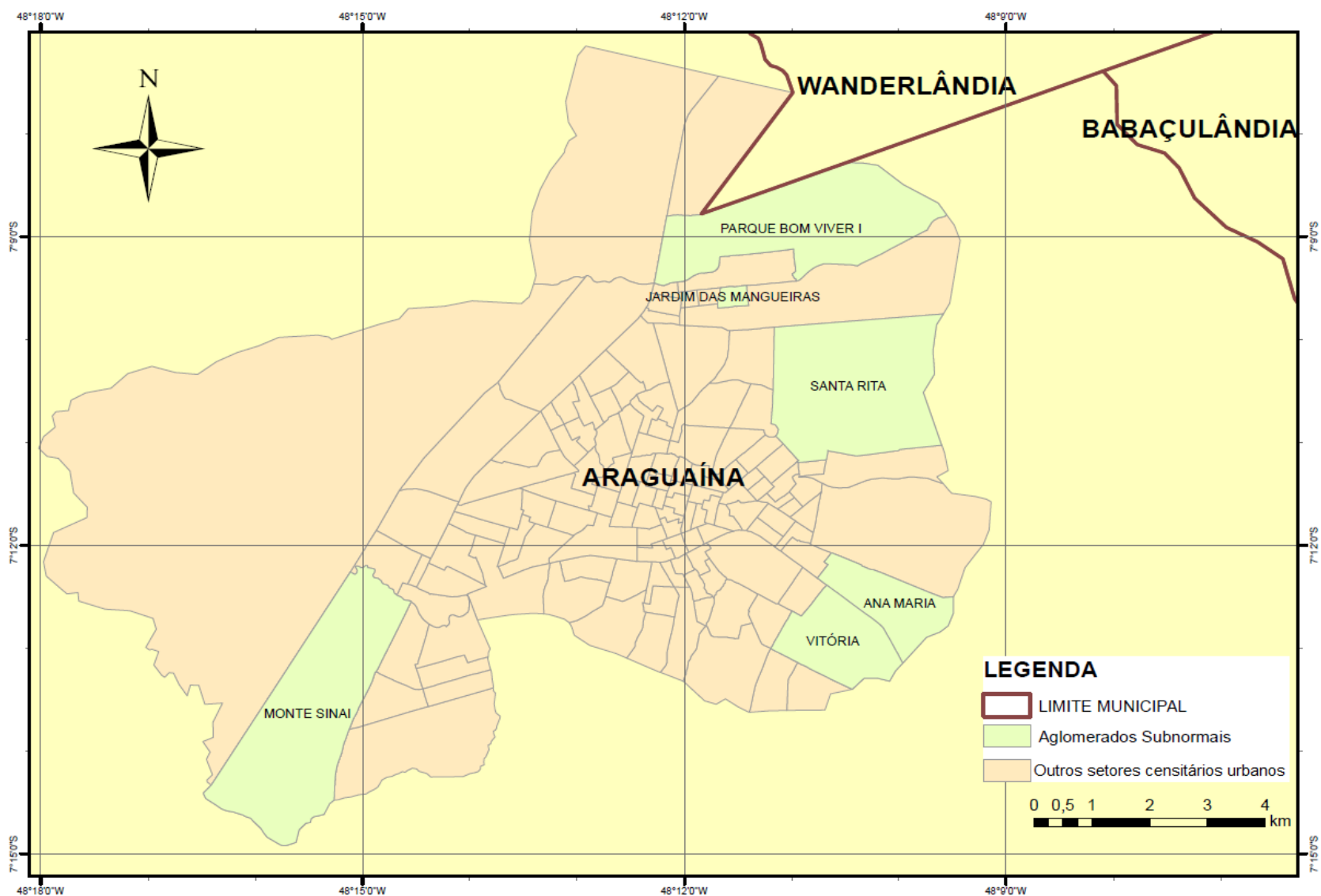
Em Araguaína, são identificados, pelo IBGE, como setores *subnormais*: Ana Maria, Jardim das Mangueiras, Monte Sinai, Parque Bom Viver I, Santa Rita e Vitória. Esses setores são periféricos, nos extremos do tecido urbano, distantes da área central e dos principais equipamentos urbanos de uso coletivo (Mapa 3).

Acompanham a tendência de expansão urbana de Araguaína, para as zonas Nordeste (Santa Rita e Ana Maria), Norte (Parque Bom Viver I e Jardim das Mangueiras), Sul (Monte Sinai), Leste (Vitória). A concentração é ao Leste da rodovia Belém-Brasília, com exceção do aglomerado Monte Sinal disposto a Oeste da rodovia federal e próximo ao aeroporto da cidade (Mapa 3, Figura 3).

---

<sup>30</sup> Imperatriz não foi incluída no estudo de Marques e Outros (2007).

Mapa 3 – Localização dos *aglomerados subnormais* em Araguaína – Araguaína –TO/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do Autor. Diagramação Victor R. Bento.

São assentamentos de moradia ocupados recentemente, a exemplo do Santa Rita, Monte Sinai com processo iniciado em 2009. Vitória, Ana Maria e Parque Bom Viver I tiveram ocupação iniciada no final da década de 1990, intensificada no início deste século XXI. O mais antigo é Jardim das Mangueiras, que recebeu seus moradores entre o final da década de 1980 e início da década de 1990.

Ocupam as bordas extremas da cidade, avançando para Área de Proteção Ambiental (APA) das nascentes de Araguaína. Os setores Ana Maria, Santa Rita e Vitória são exemplos dessa expansão urbana para áreas de preservação ambiental, com consequências sobre o meio ambiente e a população, com a poluição dos recursos hídricos e dos mananciais com risco de epidemias.

Conforme Silva (2013), um dos fatores condicionantes para a proliferação do calazar (*Leishmaniose Visceral*), em Araguaína, é a expansão urbana para áreas de matas e de preservação permanente, *habitat* do mosquito palha, transmissor desta doença com alto percentual de mortandade entre humanos.

A condição jurídica de ocupação é uma característica comum, com irregularidade fundiária em todos, seja por ocupação indevida para moradia ou loteamento clandestino. Essa, aliás, é uma característica que ocorre em outros bairros da cidade, como Vila Norte, Entroncamento, Barros, Maracanã, Raizal, Brejão, Vila Goiás e áreas do São João.

Conforme os dados oficiais oferecidos pelo IBGE (2010), essa situação de precariedade no uso e acesso aos terrenos urbanos em Araguaína atinge 2.097 domicílios e uma população de 7.364 pessoas (Tabela 6).

Os *aglomerados subnormais* em Araguaína possuem de 170 moradias a 623 domicílios, que se apresentam de maneira fragmentada no conjunto urbano, com exceção do Vitória e Ana Maria, separados apenas pela Avenida Filadélfia. A densidade média de moradores é mais alta que nas outras áreas urbanas. A média de Araguaína é de 3,4 moradores por domicílio, enquanto que nos *aglomerados subnormais* é de 3,5

Araguaína tem uma proporção de quase 5% da população residindo nestas áreas, bem próximo do índice nacional. O Monte Sinai é o que possui maior quantitativo de população, mas é o setor censitário Santa Rita que vem experimentando maior fragmentação interna, com duas novas áreas de ocupação.

Tabela 6 – *Aglomerados subnormais* por domicílio e população residente -  
Araguaína –TO / 2010

| <i>Aglomerados subnormais</i> | Domicílios | População residente |
|-------------------------------|------------|---------------------|
| Ana Maria                     | 336        | 1 146               |
| Jardim das Mangueiras         | 229        | 835                 |
| Monte Sinai                   | 623        | 2 242               |
| Parque Bom Viver I            | 259        | 886                 |
| Santa Rita                    | 170        | 602                 |
| Vitória                       | 480        | 1 653               |
| <b>Total</b>                  | 2 097      | 7 364               |

Fonte: IBGE (2010). Elaboração do autor.

Ao considerar os *aglomerados subnormais* como territórios de desigualdades socioespaciais em Araguaína, não significa afirmar que problemas e pobreza urbana sejam exclusivos desses espaços, mas reconhecer que as desigualdades socioespaciais são inerentes ao sistema capitalista de produção de espaços urbanos.

#### 4.4 O VALOR DE TROCA DO SOLO URBANO EXPRESSO NO ZONEAMENTO TRIBUTÁRIO

Na sociedade capitalista a lógica da produção econômica e do consumo de mercadorias inclui a cidade e a moradia. O solo urbano é tido como mercadoria necessária, possuindo então, valor de uso e valor de troca.

O valor de uso de um objeto ou mercadoria está relacionado à necessidade e/ou à satisfação que é capaz de proporcionar ao indivíduo. O valor de troca é quantitativo, imperando exclusivamente o lucro, as demandas e a imposição do mercado, em que a mercadoria tem utilidade para troca.

Lefebvre (2001, p. 14) afirmou que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso”. No entanto “o valor de troca e a generalização da

mercadoria tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana”. Deste modo, há intensa contradição entre valor de uso e de troca no espaço urbano, historicamente constituído pelo valor de uso.

Essa vulgarização disseminada da mercadoria se estende “ao espaço inteiro” que no capitalismo deve “receber um valor de troca”, e as “particularidades ditas naturais desapareceriam na homogeneização”, diz Lefebvre (2008, p. 127). Ainda, questiona se “tal homogeneização dos fragmentos dispersos e comercializados no espaço conduziria à prioridade absoluta da troca e do valor de troca?”, e continua sua reflexão, arguindo se “o valor de uso desapareceria?”. Não, responde o filósofo, pois, “o comprador do espaço continua a comprar valor de uso” (LEFEBVRE, 2008, p. 128).

Mesmo que o solo urbano e moradia sejam mercadorias comercializadas com alto valor de troca, sua função essencial para os moradores se mantém, a satisfação pelo uso e pertencimento à sua própria casa. Em outro texto, Lefebvre (2001, p. 87) reforça esta reflexão: “o urbano se baseia no valor de uso. Não se pode evitar o conflito”.

A moradia é necessidade imperiosa aos seres humanos, e para que se realize, exige a ocupação de determinado espaço, ou fragmento do solo urbano, com acesso determinado pelas condições sociais.

Diversos segmentos da sociedade disputam o uso do solo urbano, sejam para atividades econômicas ou de moradia, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Para Carlos (2007, p.46) “esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida”.

O valor diferenciado do espaço urbano tem relação com a oferta de atributos locacionais, pela inter-relação dos elementos de acessibilidade, a infraestrutura disponível, e pela ação especulativa do mercado imobiliário (RODRIGUES,1991; VILAÇA, 2001).

O valor de troca do solo urbano de Araguaína, nesta pesquisa, considera o zoneamento tributário de IPTU, elaborado pela Prefeitura de Araguaína (2015). Neste documento é proposto o valor venal por metro quadrado do terreno, que é aqui

utilizado como critério para estabelecer o valor de troca do solo urbano, não se considerando os valores praticados no mercado imobiliário (Apêndice B).

A desproporção no valor do metro quadrado de solo urbano em Araguaína é extrema, oscilando entre R\$ 1.500,00 a R\$ 17,00, desnível mantido nas subdivisões internas de todas as zonas, com casos de zonas em que há valor do terreno de R\$ 1.500,00, bruscamente reduzido para até R\$ 150,00 (Apêndice B).

Essa diversidade de preços do solo urbano em áreas confinantes de Araguaína, atesta que em uma mesma zona convivem riqueza e pobreza, numa relação desigual. Demonstra também a heterogeneidade e a desigualdade existente entre áreas supervalorizadas e outras desqualificadas pelo mercado, e, por conseguinte, condicionando seu uso por classes sociais ricas e empobrecidas.

A zona Central é a mais valorizada da cidade, tem média de preço mais alto, o metro quadrado mais caro, e concentra seis das dez áreas de maior valor. Nesta zona, a área mais valorizada é a da avenida Cônego João Lima, entre o córrego Neblina até o cruzamento com a rua Santa Cruz, no *Shopping Popular*, predominante de uso comercial (Figura 6).

Figura 6 – Avenida Cônego João Lima: área mais valorizada da cidade – Araguaína  
–TO /2015



Fonte: Próprio autor, 2015

O valor de troca do solo urbano de Araguaína é maior onde estão concentradas as atividades econômicas relacionadas às funções de cidade média, localizadas ao longo das mais importantes vias de deslocamento urbano. Nesse

sentido, Silva (2012) verificou que comércio e serviços de apoio à pecuária têm maior aglutinação nesta avenida.

Na zona Central é exercida a centralidade econômica, política e social da cidade. Nesta área encontra-se a principal concentração de comércio, de serviços e de agentes financeiros. O poder político também está alojado no Centro, com a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e parte do Poder Judiciário.

Os principais equipamentos públicos e privados de uso social também estão na zona Central: Hospital Regional de Araguaína (HRA), Correios, dois hospitais particulares, mercado Municipal, duas praças históricas (praça Dom Orione e das Bandeiras), Conselho Tutelar, Faculdade Dom Orione, etc.

Nas zonas confinantes a Central (Centro-Oeste, Centro-Leste e Centro-Sul), o valor do metro quadrado também é alto. A zona Centro-Oeste é a segunda mais valorizada da cidade, e é formada pelos setores Anhanguera, Conjunto Urbanístico, Rodoviário, Manoel Gomes, George Yunes, Vila Rosário, Alaska (Apêndice B).

A contiguidade espacial, concentração de atividades comerciais, de infraestrutura urbana, combinadas com a presença de amenidades sociais são determinantes na valorização das zonas imediatas a Central.

Nestas zonas identificadas com maior valor e imóveis mais caros, estão localizados os bairros e setores considerados como os mais nobres, pelo menos é o que impera no imaginário coletivo, respaldado pelos padrões das construções nestas localizações.

As áreas menos valorizadas, onde o preço dos terrenos possui menor custo são as zonas Norte (Barros, Parque Bom, Viver I); Leste (Setor Vitória, Tiúba, Céu Azul); Sul (Bairro de Fátima); e Nordeste (Morada do Sol II), sendo possível adquirir o metro quadrado por valor entre R\$ 17,00 a R\$ 24,00 (Apêndice B).

A Figura 7 demonstra áreas do Parque Bom Viver I, área classificada entre aquelas com os terrenos menos valorizados em Araguaína. É uma área com escasso ou nenhum interesse do mercado formal de terras, e deste modo, os terrenos ali existentes são uma alternativa de acesso à moradia para populações com menos recursos financeiros.

A alvenaria é o material utilizado na construção da maioria das casas, mas com raras exceções, algumas possuem paredes rebocadas com cimento. Possui uma baixa densidade de ocupação, e as vias de circulação – apesar de largas – apenas uma é pavimentada (Figura 7).

Esses terrenos com preços menos valorizados estão espalhados por Araguaína, localizados nas periferias Nordeste, Norte, Sul e Leste, em que os preços são inferiores aos praticados na cidade, mas observadas as subdivisões internas das zonas, nota-se importantes variações de valores, com alto desnível de preço entre R\$120,00 o metro quadrado, decrescendo para até R\$ 17,00 (Apêndice B).

Figura 7 – *Aglomerado subnormal* Parque Bom Viver I: uma das áreas com menor valor por metro quadrado em Araguaína – Araguaína –TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

Essa oscilação de preços nas áreas empobrecidas e desqualificadas pelo mercado imobiliário formal demonstra que no espaço urbano de Araguaína a heterogeneidade, também, ocorre entre classe social mais empobrecida, neste caso específico, quando observado o acesso ao terreno e à habitação.

Quando se observa áreas menos valorizadas, inevitavelmente há um olhar sobre os *aglomerados subnormais*, pois estão classificados entre as zonas que apresentam menor preço médio do metro quadrado de Araguaína, mas também com oscilação entre os preços de terrenos (Tabela 7).

Entre os *aglomerados subnormais*, o Ana Maria é o que possui os terrenos mais caros, com valorização correspondente ao dobro e até quase o triplo dos demais. No outro extremo, com menor valor, o Parque Bom Viver I, mas também há variações de preços entre os outros setores *subnormais* (Tabela 7).

A mesma tabela demonstra que entre os *aglomerados subnormais* há áreas mais empobrecidas, e mesmo nestas, também há preços diferenciados, que podem ser verificados quando comparados aos valores dos terrenos dos setores Parque Bom Viver I e Jardim das Mangueiras, localizados na zona Norte.

O desnível de preços do solo urbano entre e internamente aos *aglomerados subnormais* ratifica, para Araguaína, o reconhecimento de que a pobreza é heterogênea, agrupando diferentes grupos de pobres, com díspares oportunidades de habitação em áreas que são apontadas como homogêneas.

Tabela 7 – Valor do metro quadrado nos *aglomerados subnormais* - Araguaína-TO / 2015

| <i>Aglomerados subnormais</i> | Valor venal m <sup>2</sup> do terreno (R\$) |
|-------------------------------|---------------------------------------------|
| Ana Maria                     | 49,00                                       |
| Jardim das Mangueiras         | 25,00                                       |
| Monte Sinai                   | 21,00                                       |
| Parque Bom Viver I            | 17,00                                       |
| Santa Rita                    | 20,00                                       |
| Vitória                       | 24,00                                       |

Fonte: Araguaína (2015). Organizada pelo autor.

O menor valor venal do metro quadrado, nestes setores, é influenciado pela falta de documento que comprove a posse do terreno, ausência ou precariedade da infraestrutura urbana, e por estarem desconectados do tecido urbano, o que dificulta o acesso aos serviços públicos e ao trabalho.

Araguaína, como forma concreta do processo de urbanização capitalista, mantém uma divisão social da terra urbana em relação aos pobres, a quem cabem as áreas em piores condições.

A valorização diferenciada do Ana Maria contrasta com a condição dos outros setores *subnormais*, que além do preço, também é facilmente notada pela quantidade de residências com adequado padrão construtivo, em contraponto ao ínfimo número de casas que indicam pertencer a moradores mais empobrecidos (Figura 8).

Acrescente-se que a energia elétrica está disponível em todos os setores, os serviços de água encanada e coleta de lixo estão disseminados, as ruas são largas, mas com uso dificultado pela falta de pavimentação e excesso de areia (Figura 8).

Essa maioria de casas adequadas do Ana Maria é uma realidade diferente das demais áreas com a mesma classificação em Araguaína, e expõe as dificuldades conceituais dessa tipologia de *subnormal*, que torna homogênea a área heterogênea.

Figura 8 – Infraestrutura e padrão construtivo no *aglomerado subnormal* Ana Maria – Araguaína - TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

Uma das dificuldades apontadas por pesquisadores sobre diferenciar favelas a partir dos dados censitários refere-se à obrigatoriedade de um quantitativo mínimo de 51 domicílios que podem subestimar e superestimar os dados referentes ao setor (GONDIM, 2010; BUENO, 2009).

Essas informações que permitem uma comparação entre os setores Ana Maria e Parque Bom Viver I demonstram a heterogeneidade da pobreza em Araguaína, assim, como também expõem uma fragilidade do conceito de *aglomerado subnormal*.

O zoneamento tributário de Araguaína permitiu apreender sobre o valor de troca do solo urbano, mesmo que esta proposta oficial tenha necessidade de ser confrontada com os valores praticados pelo mercado imobiliário e informal, no caso das ocupações.

Inteirar-se sobre o valor do metro quadrado em diferentes áreas da cidade, permite observar o quanto é heterogênea a conformação do espaço urbano, entre a riqueza e a pobreza. Nota-se grande diversidade de preços do solo urbano, que é transferida para as subdivisões internas de zonas mais e menos valorizadas.

Nas zonas mais valorizadas, o significativo decréscimo dos preços dos terrenos, mesmo em áreas confinantes, atesta a coexistência contraditória entre riqueza e pobreza.

O desnível de preços dos terrenos também ocorre nas zonas menos valorizadas. Mesmo entre os *aglomerados subnormais*, localizados em áreas empobrecidas de menor valor, é grande a oscilação de preços, evidenciando os diferentes níveis de pobreza.

No caso dos setores classificados como *subnormais* é perturbadora a agilidade do poder público municipal em incorporar essas áreas, formalmente ilegais, em zonas tributárias da cidade, procedendo cobrança de IPTU, velocidade que não parece ser a mesma para disponibilizar infraestrutura e serviços públicos para os moradores.

## 5 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO

Neste capítulo, o objetivo é examinar os problemas de infraestrutura urbana e de oferta de serviços públicos, prosseguindo, para interpretação das desigualdades socioespaciais de Araguaína, evidenciando diferenças e semelhanças internas à essa cidade média, determinadas pelo antagonismo econômico e pelas condições habitacionais.

A metodologia utilizada tem como referência pesquisa de Araújo e Carleial (2003); Carleial e Araújo (2010), consistindo no uso de indicadores sociais, produção de mapas e análise das informações, apoiadas por pesquisa de campo e pela teoria; o que permite interpretar as desigualdades sociais e espaciais da cidade.

Os indicadores foram selecionados e reunidos nos temas habitação, renda e educação, do responsável pelo domicílio, a partir de dados do IBGE, apresentados em recortes urbanos de setores censitários, tendo por base dados do Censo Demográfico de 2010. A mesma fonte de informação permite identificar os *aglomerados subnormais*, que correspondem a setores censitários.

Habitação, renda e educação subsidiam a discussão sobre os problemas da urbanização, e de modo mais específicos sobre as desigualdades socioespaciais em Araguaína, mas certamente, não esgotam a temática.

A oferta desta infraestrutura e serviços urbanos nas habitações (água tratada, serviço de coleta de lixo esgoto sanitário) vem crescendo na escala nacional, regional, estadual e municipal, o que pode significar que vem ocorrendo uma melhoria gradativa nas condições de vida da população.

No município de Araguaína, entre os dois últimos recenseamentos (IBGE, 2000; 2010), o número de domicílios servidos por água encanada cresceu de 82,9% para 93,1%; proporção semelhante à do lixo coletado por serviço de limpeza que passou de 81,8% para 92%. O serviço de esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial teve maior crescimento percentual, passando de 2,46% no ano 2000 para 10,01% em 2010, mesmo que esse atendimento esteja ainda muito aquém das necessidades da população (IBGE, 2000; 2010).

A análise de dados gerais não dimensiona adequadamente o problema, fazendo-o, menor. No entanto, quando observado o espaço intraurbano de Araguaína

são extremas desigualdades socioespaciais entre a população que ocupa a cidade, evidenciadas pelo valor de troca do terreno e consequente acesso, já discutidos anteriormente; pelas disparidades de renda, no nível educacional, e na habitação.

### 5.1 RENDA E ALFABETIZAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA

As informações de renda e alfabetização, obtidas sobre o chefe do domicílio, permitem observar as condições de cidadania em que a família está inserida. O entendimento é de que a condição socioeconômica do responsável reflete diretamente na família. O rendimento obtido pela família é um fator preponderante na localização da habitação e nas condições de infraestrutura:

Conforme as condições de renda, os habitantes selecionam bairros, ruas, avenidas e lugares, avaliando as condições de infraestrutura, a centralidade, a acessibilidade e a circulação em cada espaço da cidade. [...]. Assim, nem sempre a melhor localização da residência é compatível ao poder aquisitivo da maioria dos cidadãos e chefes de família (CARLEIAL, ARAÚJO, 2010, p. 27).

Em Araguaína, os responsáveis com rendimento médio mais alto, entre 21 a 37 salários mínimos mensais, em 2010, eram residentes nos setores/bairros, Anhanguera, Senador, Loteamento D. Nélcia, Conjunto Urbanístico, Tecnorte, Jardim Filadélfia, George Yunes, Centro, Alaska, conforme observado no Mapa 4.

Esses seis setores censitários estão localizados em proximidade com o centro comercial da cidade, destacando-se o setor Anhanguera, pela maior renda do responsável (32,2 salários mínimos), e pela localização na zona Centro-Leste, a segunda mais valorizada da cidade (Mapa 4, Apêndice B). Esse padrão alto de renda é contínuo na mesma zona, em direção da rodovia Belém-Brasília (Conjunto Urbanístico e Setor George Yunes) e para a zona Centro-Sul, ultrapassando os limites da rodovia- 222 (Senador, Loteamento Dona Nelcia, Tecnorte e Jardim Filadélfia).

Outras áreas contínuas de rendimentos elevados, em que o chefe da família possui o segundo maior patamar de renda, entre 12 a 20 salários mínimos por mês, estão localizadas em Vila Bragantina, Bairro Neblina, Setor Dom Orione, Setor

Noroeste, Vila Nova, Jardim Paulista, Jardim Esplanada, Conjunto Patrocínio, Recanto do Lago e Jardim Pedra Alta.

Nestes bairros, o percentual de chefes de domicílios que obtém ganhos salariais acima de 10 salários mínimos é entre 31,2% a 7,6%, conforme informações sintetizadas na Tabela 8, portanto, são redutos das famílias com os rendimentos mais expressivos.

Essas áreas com nível alto de renda, no zoneamento tributário compõem as zonas Centro-Oeste, Centro-Leste, Centro-sul, Oeste e Centro-Norte, classificadas entre aquelas com maior valorização. A exceção seria a zona Nordeste com o quarto menor valor médio do metro quadrado, mas com uma área corresponde ao Conjunto Patrocínio, onde o ganho do responsável ultrapassa 12 salários mínimos mensais.

Os dados disponíveis, sobre os maiores rendimentos dos chefes de família, mostram dois grupos que recebem acima de 12 salários mínimos, que estão concentrados em 13,5% dos setores cidade, localizados nas imediações do Centro, em áreas que também possuem terrenos com preços incrementados.

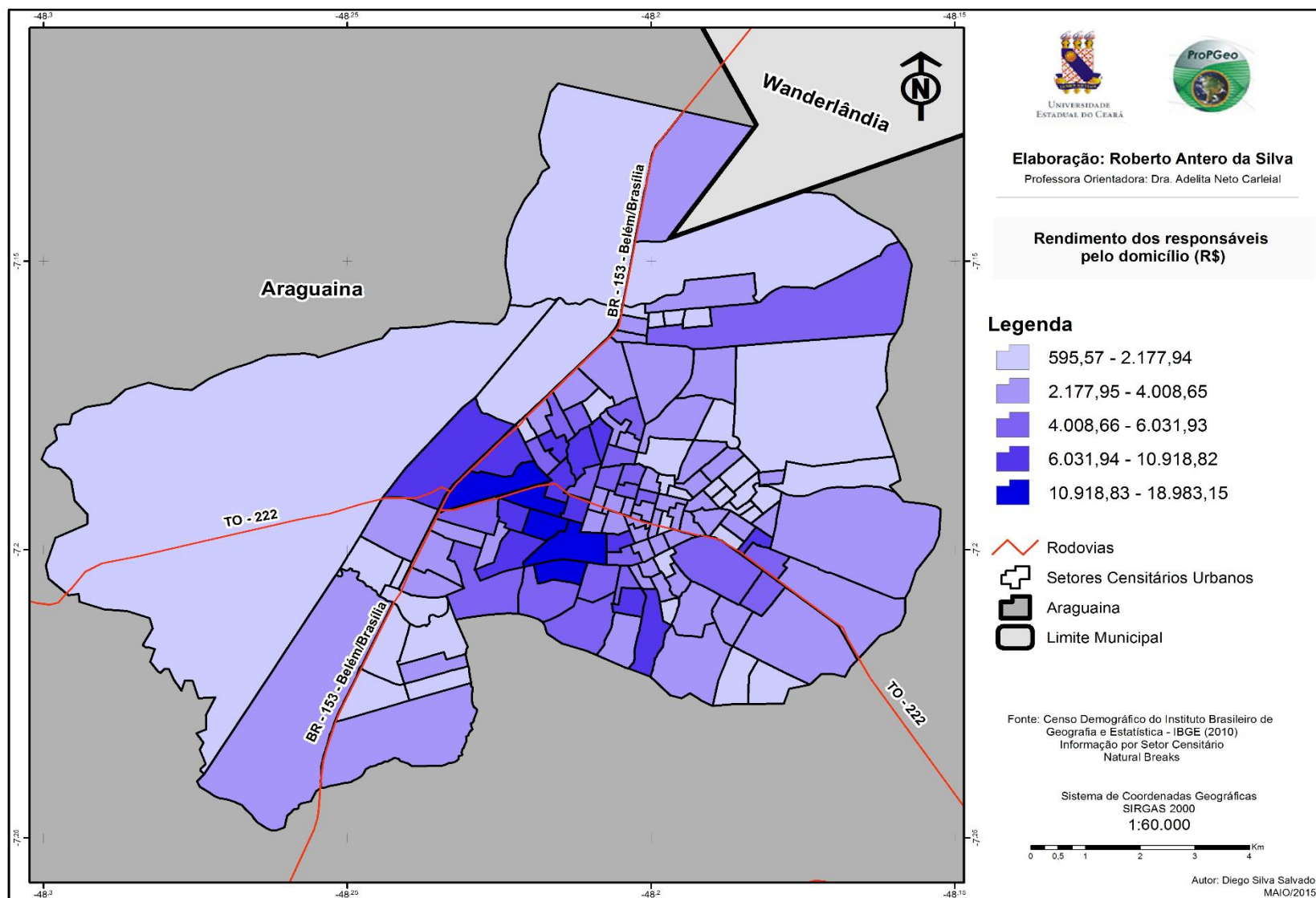
Esses bairros são áreas de expansão e valorização recente na direção Centro-Sul, nas proximidades do Lago Azul (Vila Bragantina e Jardim Filadélfia). Muitos são bairros antigos, alguns da década de 1970 (Senador, Neblina, Anhanguera, Alaska e Rodoviário).

A localização das áreas em que o responsável pelo domicílio possui maior renda coincide com centro comercial, financeiro e político da cidade e suas adjacências, o que significa agências bancárias, Prefeitura e Câmara Municipal, além de moradias<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Os setores censitários que formam o Centro ou setor Central de Araguaína (1,2,3,61,62,63 e 92) juntos possuem 1.702 domicílios, mais de 4% do total da cidade.

Mapa 4 – Total do rendimento mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios por setor censitário – Araguaína – TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

O Setor Anhanguera (Figura 9) é uma das áreas residenciais de moradores de alta renda, próximo ao Centro da cidade, e com paisagem que ressalta infraestrutura urbana adequada, reconhecido como local de residência de pecuaristas e empresários. O Conjunto Urbanístico, por sua vez, possui condição similar de renda e padrão habitacional, além de outros bairros como Senador, Loteamento D. Nélcia, Setor Noroeste e Alaska (Figura 9).

Figura 9 – Residências de famílias de alta renda, no Setor Anhanguera e Conjunto Urbanístico – Araguaína –TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

Os chefes de famílias com rendimentos menos expressivos, entre 1 a 4 salários mínimos, estão disseminados pelo tecido urbano da cidade, com maior concentração nos extremos da malha urbana. Estão distribuídos em 36 dos 130 setores censitários, dentre os quais; os *aglomerados subnormais*, Santa Rita, Parque Bom Viver I e Jardim das Mangueiras; e outros setores, como Araguaína Sul, Brejão, Raizal, Bela Vista, Céu Azul, Barros, Bairro de Fátima, Xixabal e Morada do Sol II (Mapa 4).

O setor censitário em que o responsável pelo domicílio possui o nível mais baixo de renda corresponde a uma fração do Setor Araguaína Sul, que possui grande extensão e diversidade no padrão de construção das casas, indicando que também possui moradores com renda média a alta, sobretudo nas áreas de valorização mais recente, pela proximidade com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

É um setor que passa por acelerada expansão urbana, e conforme observou-se, formado por áreas em condições insalubres de moradia e degradação do ambiente natural, que aliadas às práticas de criação de cães e galinhas nos quintais, tem favorecido grande número de casos da *leishmaniose visceral* (SILVA, 2013).

A Tabela 8 complementa estas informações sobre rendimentos, sintetizando os dez bairros com as maiores e menores concentrações de renda. Nos bairros periféricos ao Centro está o maior agrupamento de famílias em que o responsável obtém ganhos mensais de um salário mínimo ou menos. Novamente, o Setor Céu Azul aparece em destaque, com 61% dos chefes de domicílios nesta faixa de renda.

Tabela 8 – Chefes de domicílio com níveis de renda alto ou baixo por bairros – Araguaína -TO/2010

| Bairros onde os chefes de domicílios possuem nível maior de renda |                                        | Bairros onde os chefes de domicílios possuem nível baixo de renda |                                 |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Bairros/setores                                                   | Ganham mais de 10 salários mínimos (%) | Bairros/setores                                                   | Ganham até 1 salário mínimo (%) |
| Anhanguera                                                        | 31,2                                   | Céu azul                                                          | 61                              |
| Recanto do Lago                                                   | 26,6                                   | Nova Araguaína                                                    | 60,4                            |
| Alaska                                                            | 20,5                                   | Jardim das Mangueiras                                             | 60                              |
| Jardim Filadélfia                                                 | 18,4                                   | Raizal                                                            | 55,6                            |
| Tecnorte                                                          | 18,4                                   | Santa Rita                                                        | 54,7                            |
| George Yunes                                                      | 15                                     | Vila Norte                                                        | 54,5                            |
| Conjunto Urbanístico                                              | 13,9                                   | Parque Bom Viver I                                                | 54,4                            |
| Centro                                                            | 13,6                                   | Maracanã                                                          | 53,2                            |
| Loteamento D. Nelcia                                              | 9,6                                    | Tiúba                                                             | 52,6                            |
| Senador                                                           | 7,6                                    | Vitória                                                           | 52,3                            |

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor.

Nota: Os *aglomerados subnormais* estão realçados em cinza.

Nota-se pelos dados da Tabela 8 que nestes bairros mais da metade de chefes de família possuem nível baixo de renda, de até um salário mínimo, o que

impõe um reduzido poder aquisitivo das famílias, que certamente ficam suscetíveis a carências básicas, como alimentação e saúde.

Os bairros com maiores concentrações de famílias empobrecidas estão agrupados na periferia urbana, mesclando-se entre áreas de ocupação antigas e recentes, em um traçado quase contínuo, que vai acompanhando os extremos da cidade, localizados ao Norte, a Oeste, mas sobretudo a Leste, onde há maior adensamento de pessoas.

São características marcantes na paisagem urbana, destes setores: a falta ou precariedade de pavimentação das vias de circulação e outras infraestruturas; o padrão de construção das casas, em geral inacabadas; conforme observados nos setores Jardim das Mangueiras e Céu Azul, áreas que abrigam famílias empobrecidas (Figura 10).

Figura 10 – Moradias de famílias com nível de renda baixo no *aglomerado subnormal* Jardim das Mangueiras e Setor Céu Azul – Araguaína -TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

Entre as áreas destacadas com menor renda estão localizados os *aglomerados subnormais* Jardim das Mangueiras, Santa Rita, Parque Bom Viver I e Vitória, em que mais da metade dos chefes ganham apenas um salário mínimo ou menos. Nos outros dois setores que receberam essa classificação de *subnormal* no recenseamento oficial, a renda média percebida pelo chefe da família foi bem maior, entre seis a sete salários mínimos.

No setor Ana Maria, o rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio é de seis salários mínimos. Essa renda de patamar médio, e outras características já mencionadas, como a valorização diferenciada dos terrenos e casas com adequado padrão construtivo, contribuem para exposição das dificuldades na classificação de *aglomerados subnormais*.

Emblemático é o caso do Monte Sinai, que apesar da deficiente infraestrutura e carência de serviços públicos, que podem ser observadas nos dados oficiais e no padrão construtivo das casas, as pessoas responsáveis pelo domicílio apresentaram rendimento médio no patamar de sete salários mínimos.

É notório que a dificuldade de acesso à casa própria, provocada, notadamente, pelos altos valores da terra urbana praticados pelo mercado formal, compele grupos politicamente mobilizados, empobrecidos ou também aqueles de renda média, a constituírem moradia em áreas com condições adversas.

O Monte Sinai foi formado pela ocupação de uma área particular em 2009, promovida por lideranças comunitárias e moradores que acamparam por mais de 30 dias em frente à prefeitura, conquistando o direito de permanência e o início do processo de regularização da área, transformada em Zona Especial de Interesse Social (Zeis) em 2011.

Há uma correlação entre o valor da terra e renda do responsável. Considerando a definição de áreas tributárias para efeito de cálculo do IPTU, a maioria destes bairros está disseminada por extenso território da cidade, localizado nas zonas Norte, Leste, Nordeste e Sul, onde os preços dos terrenos são classificados entre os mais baixos.

A espacialização das informações censitárias, sobre a renda do responsável pela residência, mostra Araguaína com expressivas desigualdades salariais e concentração no nível de renda alto em poucos setores censitários e bairros. Essa desigualdade de renda reflete as condições históricas do sistema econômico vigente. Enquanto um chefe de família do setor Anhanguera tem rendimento mensal de mais de 37 salários mínimos, em parte do Setor Araguaína Sul, Brejão, Céu Azul esta renda é praticamente igual a um salário mínimo.

Este distanciamento entre pobres e ricos na área urbana mostra uma relação direta entre renda e acesso ao terreno. Há notório agrupamento de pessoas

mais abastadas em determinadas áreas da cidade, e numa forma quase concêntrica a renda vai diminuindo até áreas mais empobrecidas, que se encontram disseminadas nas periferias do tecido urbano.

Mas, mesmo assim, coexistem pessoas de rendas diferentes em áreas ricas e ou empobrecidas, o que configura uma cidade de contradições e desigualdades que se enfrentam no cotidiano urbano.

Quanto ao grau de escolaridade, Araguaína possui significativo número de pessoas sem instrução e fundamental incompleto (42,7%), e baixo percentual daqueles que concluíram o nível superior (7,7%) (IBGE, 2010). Convém esclarecer que, nos microdados do Censo Demográfico de 2010, as informações disponibilizadas sobre setor censitário possibilitam identificar apenas as pessoas e responsáveis alfabetizadas ou não.

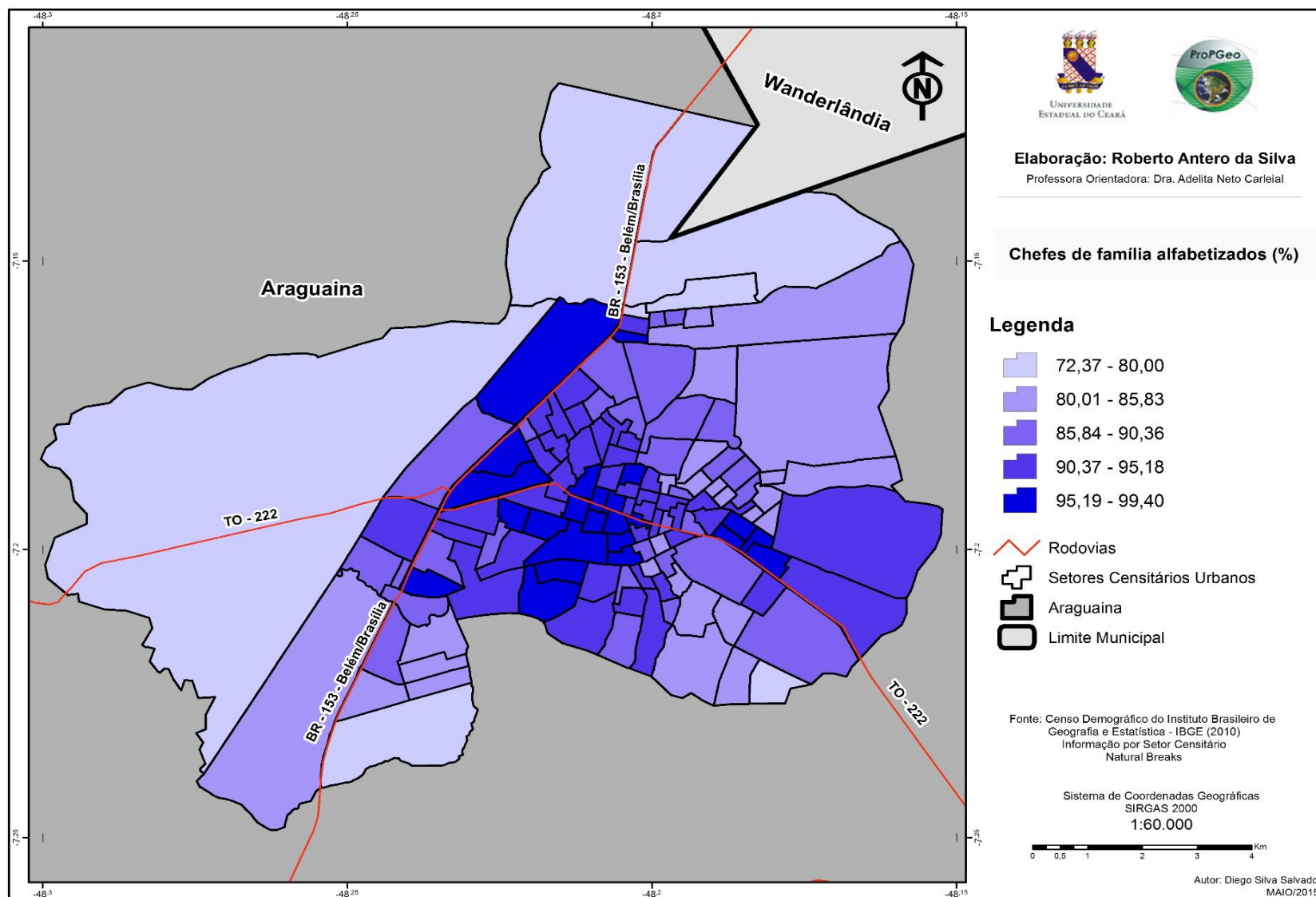
Examinado o Mapa 5, nota-se maior percentual de responsáveis alfabetizados residentes nos setores Centro (99,4%), Senador e Loteamento Dona Nelcia (98,8%), Alaska (98,6%), Recanto do Lago (98,6%), Conjunto Patrocínio (98,4%), José Ferreira (98,1%), Anhanguera (98,0%), Vila Nova e Entroncamento (97,8%).

O mesmo mapa revela que o maior quantitativo de chefes de famílias não alfabetizados está identificado nos setores Barros (27,6%), Parque Bom Viver I (26%), Maracanã (24,4%), Bela Vista (21,8%), Céu Azul (21,6%), Brejão (21,1%), Fátima e Xixebal, (20%), Santa Terezinha (19,3%), Araguaína Sul (19,1%) e Palmas (18%).

Este alto percentual de analfabetos chama atenção e agrava a questão da cidadania. Essas áreas destacadas somadas a outras, formam um grupo de quase metade dos setores censitários que possui elevada proporção de responsáveis pelo domicílio não alfabetizados, com índices que superam as médias nacional (10,9%), estadual (14,5%) e do próprio município (10,5%) (IBGE, 2010).

O exercício da cidadania com a conquista de oportunidades, seja no mercado de trabalho, ou nas relações interpessoais, depende de modo essencial da educação. O cidadão instruído possui maior capacidade de exigir seus direitos e exercer suas obrigações sociais, do que aquele cidadão carente de instrução (CARLEIAL e ARAÚJO, 2010).

Mapa 5 – Percentual de chefes de famílias alfabetizados por setor censitário – Araguaína – TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

Os bairros com piores indicadores de alfabetização não são os *aglomerados subnormais*, mas eles estão entre aqueles que apresentam alto quantitativo de chefe de domicílio que não tiveram acesso à escola. No Parque Bom Viver I, Jardim da Mangueiras, Santa Rita, Monte Sinai e Vitória, entre 26% a 13% dos responsáveis não foram alfabetizados (Mapa 5).

À exceção do setor Ana Maria em que o percentual é reduzido para 6%. Como já frisado, apesar de figurar entre os *aglomerados subnormais*, este setor possui residências com elevado padrão de construção, e conforme dados censitários, a renda média do responsável é de 6,3 salários mínimos.

Os bairros com melhores percentuais de alfabetizados concentram-se no centro comercial e seu entorno, seguindo na direção Centro-Sul, mas esta condição também se repete em áreas mais distantes à Oeste (José Ferreira) e ao Leste (Conjunto Patrocínio, Coimbra). Os responsáveis não alfabetizados são residentes nas periferias urbanas, numa faixa contínua na direção do Norte para Oeste, com pontos isolados ao Sul e Leste (Mapa 5).

Constata-se que há associação entre nível de renda e instrução escolar formal. Entre os bairros com número elevado de responsáveis alfabetizados, a renda também é maior, a exemplo do Setor Anhanguera, Bairro Senador, Loteamento Dona Nelcia, Centro, Setor Alaska, Vila Nova.

Já onde os chefes de família têm renda inferior, é maior o quantitativo daqueles sem acesso a instrução formal e que não são alfabetizados, como é nos bairros Céu Azul, Setor Brejão, Setor Raizal, Santa Rita, Parque Bom Viver I, Setor Bela Vista, Setor Barros, Bairro de Fátima, Setor Xixebal, Setor Maracanã e Setor Araguaína Sul.

A escolaridade reflete diretamente sobre a situação de trabalho e a renda, pois as pessoas com menor nível de escolaridade, em geral, estão inseridas de maneira precária ou informalmente no mercado de trabalho e com menor remuneração. Com o baixo nível de escolaridade, os moradores recebem menores salários e suas expectativas seriam de permanecer na mesma condição de vida e de moradia.

## 5.2 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO, TIPOLOGIA E ADENSAMENTO DA MORADIA

Em Araguaína prevalece os domicílios compartilhados entre um a quatro indivíduos (78%), sendo expressivo casos de moradia com até dois habitantes por residência (32%), conforme dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

A condição de quase um terço dos domicílios serem ocupados por até duas pessoas, quando combinada com o alto número de imóveis com finalidade de locação (26,4%), pode indicar que atende uma necessidade de moradia bastante específica e provisória, relacionada à oferta de serviços de educação superior, uma das funções exercidas por Araguaína, característica de cidade média.

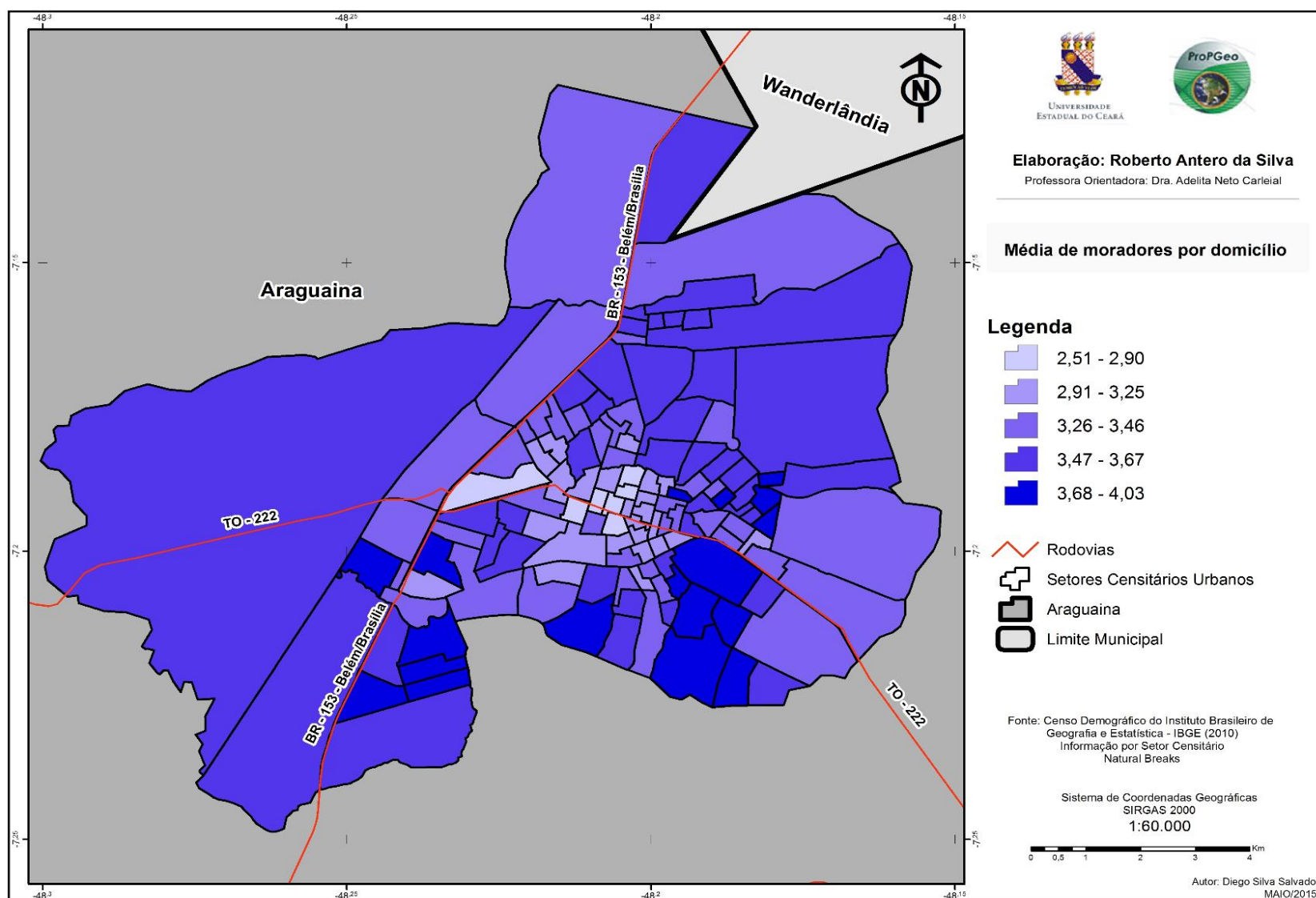
Sobre a média de moradores por domicílio, em Araguaína é de 3,4, praticamente idêntica à média nacional de 3,3 (Mapa 6). Os bairros que possuem maior adensamento estão localizados principalmente nas periferias ao Sudeste (Raizal, Tereza Hilário Ribeiro, Palmas, Vila Ribeiro, Residencial Itaipu, Céu Azul, Tiúba) e Sul (Nova Araguaína, São Miguel e Bairro JK) com médias entre 4,0 a 3,7 moradores.

As áreas menos adensadas possuem média de 2,5 a 2,9 moradores por residência, e estão concentradas na região central da cidade nos bairros: Centro, Conjunto Urbanístico, Belo Horizonte, Alaska, Jardim América, Senador, Neblina, Dom Orione, George Yunes e em parte do Bairro São João, na direção Centro-Sudoeste (Mapa 6).

Apesar de não ser possível estabelecer uma correlação direta entre renda e densidade, é sugestivo que os mapas mostrem algumas conexões entre áreas que abrigam moradores abastados, e com menor adensamento por domicílio. No mesmo sentido, em áreas empobrecidas, encontra-se também maior quantitativo de moradores por residência. Disto, pode-se dizer que o número de pessoas por moradia é maior em lares pobres do que nos ricos, o que implica em menos conforto e mais dificuldades de acomodação dos moradores.

Dentre os *aglomerados subnormais* a maior média de moradores por domicílio está no Jardim das Mangueiras (3,7) e a menor no Parque Bom Viver (3,4), sendo pouca a diferença existente entre esses dados, indicando que os domicílios destas áreas possuem médio adensamento.

Mapa 6 – Média de moradores por domicílios, segundo setor censitário – Araguaína –TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

Quanto aos domicílios improvisados, eles estão distribuídos em todos os 130 setores censitários de Araguaína. Dois bairros periféricos de famílias com menor renda apresentam, respectivamente, o maior e menor número de residências na condição de improviso: o *aglomerado subnormal* Santa Rita (38,8%) e a Vila Norte (0,9%).

A situação amplia e diversifica a problemática do habitar em Araguaína. A Vila Norte possui quantitativo inferior de moradia improvisada, apesar do chefe de família possuir renda deprimida, e ser deficiente a infraestrutura das casas e da circunvizinhança. Em princípio, isto é explicado por ser uma área consolidada com a finalidade de moradia, desde o início da ocupação na década de 1980.

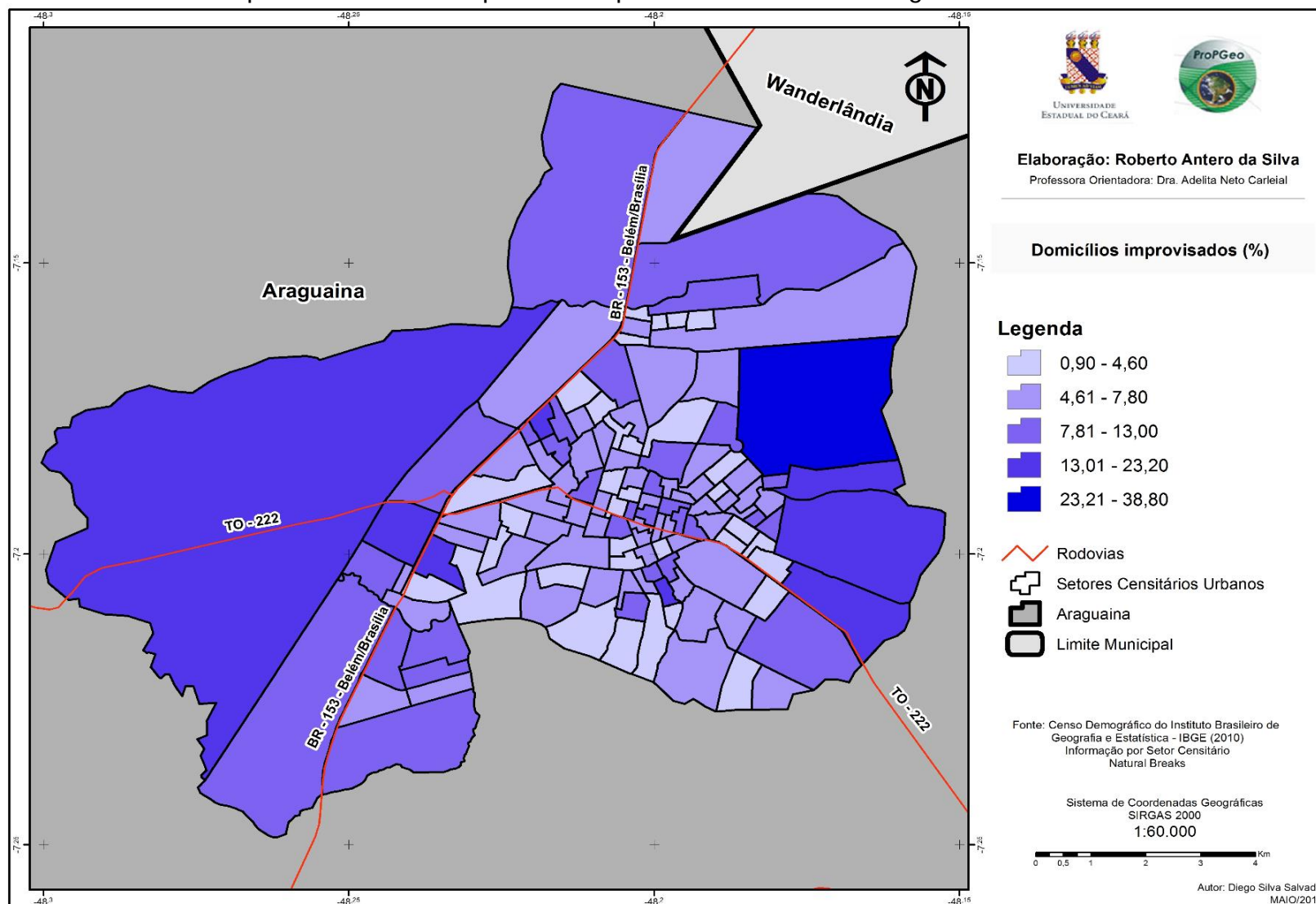
Os outros compartimentos urbanos de Araguaína com menor número de residências em situação de improviso estão pulverizados na malha urbana, caso dos setores Anhanguera (1,5%), Coimbra (1,9%), Conjunto Patrocínio (2%), Eldorado (2,1%), Cimba (2,5%), Centro (2,6%), Vila Aliança (2,7%), Jardim Itatiaia (2,7%), Oeste (2,9%) (Mapa 7).

Nas zonas Nordeste e Leste da cidade, nos *aglomerados subnormais* Santa Rita (38,8%) e Ana Maria (23,2%) ocorre a maior concentração de residências improvisadas. Essa condição, também, é expressiva nos setores Brejão (19,7%), Jardim Mônaco (17,8%), Morada do Sol II (16,2%), São Miguel (16,1%), São Pedro (15,8%), JK (15,5%), Eldorado (14,3%) e Araguaína Sul (13%), dentre outras áreas observadas (Mapa 7).

Há de se destacar significativas concentrações de moradia improvisada nos outros *aglomerados subnormais*: 12,1% no Monte Sinai, 10,6% no Setor Vitória, 10% no Parque Bom Viver I, e com menor percentual no Jardim das Mangueiras (4%). Como era de se esperar, são situações típicas de locais inadequados para habitação ou domicílios em áreas de ocupação irregular.

Em bairros da cidade, que tradicionalmente são ocupados por famílias de renda média a alta, há expressivo percentual do tipo de habitação improvisada, exemplificados nos setores Mansões do Lago, Jardim do Lago, Centro, Cimba (Mapa 7). Por ser uma área valorizada, presume-se que alguns são domicílios utilizados como residência por pessoas pobres, que coexistem com os ricos, e outros domicílios com outras finalidades como lojas, comércio, bar, etc.

Mapa 7 – Domicílios improvisados por setor censitário – Araguaína –TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

A ocorrência de casas improvisadas, em diferentes áreas de Araguaína, condiz com as constatações de Carleial e Araújo (2010, p.8) de que na cidade “a problemática habitacional está pulverizada em todo tecido urbano”. Essa coexistência entre opulência e a miséria, em um mesmo recorte espacial de Araguaína, demonstra a heterogeneidade na conformação destes espaços pela relação desigual entre riqueza e a pobreza.

Outras informações do Censo 2010, sobre a condição dos domicílios em Araguaína, demonstram que 26,4% deles são alugados, concentrados sobretudo nos setores Oeste e Raio de Sol, onde mais de 63% das casas são alugadas, percentual que se mantém alto no Centro e Conjunto Urbanístico.

O expressivo número de imóveis com finalidade de locação está relacionado às funções econômicas desenvolvidas em Araguaína. Os setores Oeste e Raio de Sol são funcionais aos serviços de educação superior, estando estrategicamente localizados em frente ao Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), principal faculdade particular da cidade, sendo assim um reduto de universitários, muitos dos quais oriundos de outras partes do estado.

A paisagem no Setor Oeste é marcada pelo elevado quantitativo de imóveis destinados a aluguel, existentes em praticamente todas as ruas, e com variedade de opções, para atender moradores em todos os níveis de renda (Figura 11). Mesmo sendo residência locada por acadêmicos de medicina, por exemplo, o Setor Oeste apresenta péssimas condições de infraestrutura urbana, em especial da malha viária.

Até década de 1990 aquele bairro era periférico e ocupado por habitações populares, depois passou por ligeiras transformações urbanas com especulação imobiliária de terrenos e aluguéis, após instalação da faculdade ITPAC nas imediações (SILVA, 2012). Mesmo com a valorização econômica dos terrenos e dos imóveis, a precariedade urbana se manteve, assim como as habitações populares, algumas à espera de maior valorização do terreno.

O Setor Oeste ilustra uma condição típica de Araguaína, em que o crescimento econômico não é acompanhado de benefícios urbanos e é visível o contraste entre a riqueza e a pobreza em uma mesma área.

Figura 11 – Imóveis de alto e baixo padrão com finalidade de locação no Setor Oeste – Araguaína – TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

A aquisição da casa própria, um dos valores socialmente estabelecidos, é realidade para 62% dos moradores da cidade de Araguaína, com maior notoriedade nas periferias, em bairros em que de 86% a 80% das casas são próprias, como nos setores Nova Araguaína, Barros, Céu Azul, Monte Sinai, Araguaína Sul, Tiúba, Parque Bom Viver I, Bela Vista, Vila Goiás, Vila Santiago (IBGE, 2010).

Os *aglomerados subnormais* Monte Sinai (81,4%), Parque Bom Viver I (80,3%), Vitória (78,6%), Jardim das Mangueiras (74,4%), Ana Maria (60%) e Santa Rita (53,3%) aparecem em destaque, nos percentuais de domicílios próprios, o que é destoante de um dos critérios de classificação pelo IBGE, de serem áreas com irregularidade fundiária do terreno.

Conforme Marques et al. (2007), na coleta das informações sobre a condição de posse ou não do terreno, ocorrem falhas pois apenas a existência de questões relacionadas com a condição da propriedade não auxilia, visto que, os moradores de setores *subnormais* se declaram proprietários.

Em Araguaína, os *aglomerados subnormais* são áreas com situação fundiária irregular. Portanto, esta condição está associada à dificuldade do morador em diferenciar entre a posse legal do terreno e a posse pelo direito ao uso, supostamente estabelecido com a autoconstrução da casa. É provável que as informações fornecidas pelos moradores, sobre os domicílios próprios, possam ser influenciadas por esse tipo de entendimento da questão.

### 5.3 O ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ENTRE ESPRAIAMENTO E CARÊNCIA DO SERVIÇO

O abastecimento de água pela rede geral chega a 91,6% dos domicílios da cidade, dispersos em todos os bairros, com poucos usos de poço ou nascente (2,2%) e outras formas (1,1%) (IBGE, 2010). Para Bento (2011), este é um tipo de serviço público que tende à rápida universalização do acesso nas cidades, pois se configura como recurso indispensável para a manutenção da vida. Além disso, o nível de tecnologia disponível permite a oferta desse serviço pelas empresas estatais.

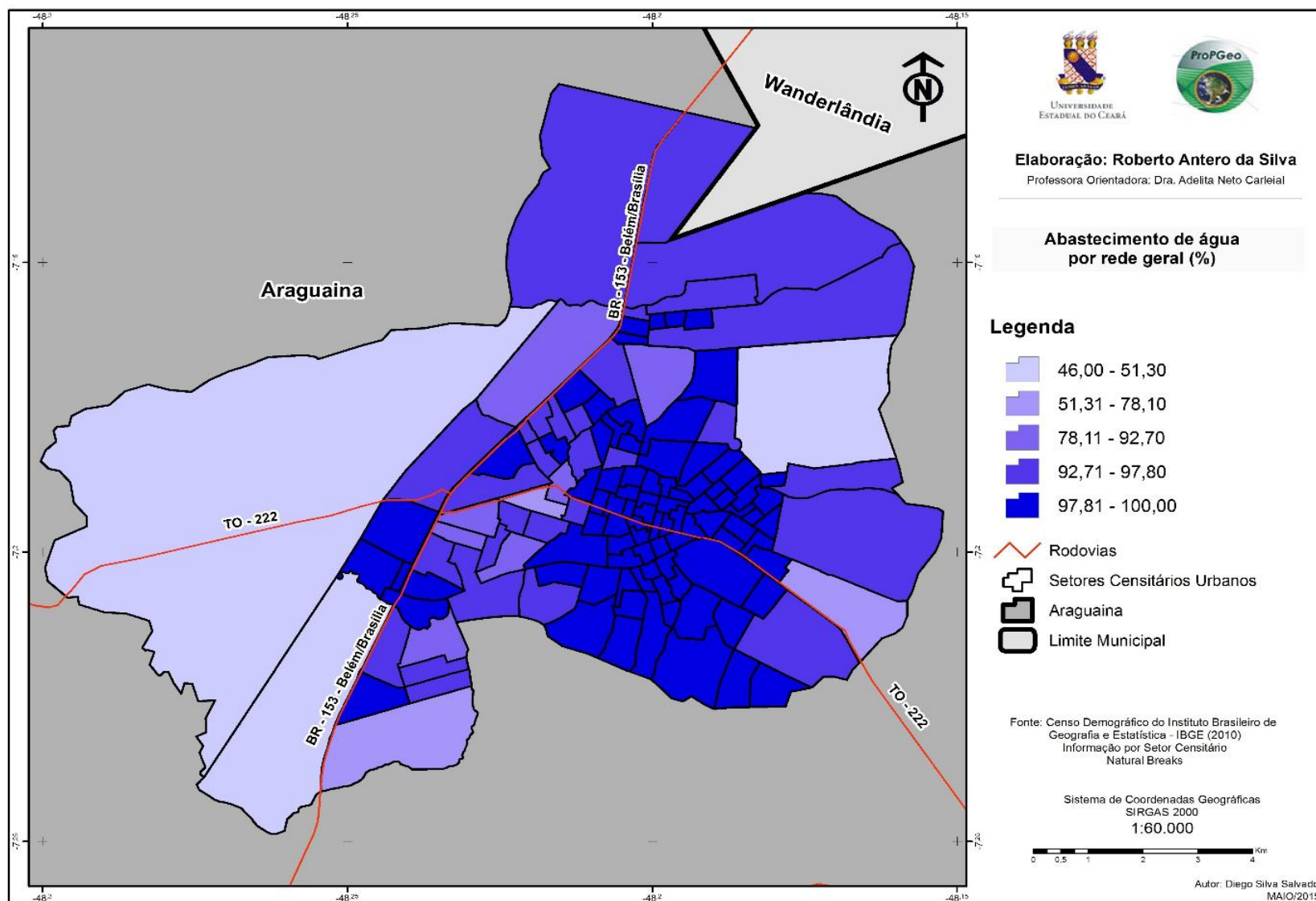
Conforme Bovolato e Godoy (2006, p. 160), apesar do cenário ou do discurso de escassez de água potável em nível nacional e mundial, Araguaína dispõe de recursos hídricos viáveis e adequados para o abastecimento da cidade, com “alto potencial de reservas, qualidade das águas captadas, e custo relativamente baixo de seu tratamento”.

Essa água que abastece Araguaína é captada do subsolo em poços profundos. A abundância e a qualidade deste recurso natural proporcionam baixo custo de tratamento, mas que não converte em universalização da água tratada, pois o uso de poço e outros meios de acesso a água, típicos de áreas rurais, ainda são comuns em alguns bairros de Araguaína.

A distribuição da água via rede geral é espalhada pela cidade, mas também de maneira desigual, pois em um terço dos setores censitários o acesso ao serviço é universal, coexistindo com a permanência de áreas onde a água tratada é uma raridade que atende apenas metade dos domicílios (Mapa 8).

A grande concentração de setores com população totalmente servida por água tratada tem localização entre o centro comercial e adjacências até a periferia Sudoeste, em bairros de residentes com poder aquisitivo alto (Centro, Jardim Paulista, Tecnorte, Santa Mônica) e de populações mais empobrecidas (Tiúba, Setor Palmas, Céu Azul) (Mapa 8). Estas díspares áreas da cidade são totalmente servidas pela distribuição de água, desde as décadas de 1970 e 1980.

Mapa 8 – Domicílios com abastecimento de água por rede geral, segundo setor censitário – Araguaína – TO/ 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

Está bastante realçado no Mapa 8 três grandes setores censitários que apresentam o menor quantitativo de residências servidas por água tratada, sendo correspondentes ao Setor Brejão (51,3%) com localização na zona Oeste, os *aglomerados subnormais* Santa Rita (50,9%) a Nordeste e Monte Sinai (46%) ao Sul.

O uso de poço na propriedade ou fora dela e os córregos ainda são meios utilizados pela população de Araguaína para suprir as deficiências no abastecimento de água, mesmo existindo oferta de serviços modernos de abastecimento de água tratada.

O uso de poço na propriedade é situação comum de acesso a água em quase metade das residências do Setor Brejão (47,4%), em situação semelhante, com percentuais entre 21% a 15% também estão áreas do Setor Rodoviário, Setor Manoel Cardoso, Bairro de Fátima, Setor Xixebal e Santa Rita (IBGE, 2010). Em bairros de renda média a alta como o Setor Mansões do Lago, Jardim do Lago, Conjunto Urbanístico e Bairro Neblina, Jardim Europa entre 7,8% a 5% dos domicílios fazem uso deste tipo de água.

No Setor Brejão, atualmente, o uso de poço está restrito a poucas residências, pois quando a água por rede foi instalada, aquele tipo de uso foi substituído. Segundo relato de um morador, até o ano de 2009 seis poços abasteciam toda a localidade, depois perderam importância quando a distribuição oficial foi disponibilizada. Mas, ainda há famílias que mantêm e utilizam, exclusivamente, o poço, e outras que fazem uso combinado com a distribuição da rede geral.

A Figura 12 mostra uma cisterna no Setor Brejão, preservada como única fonte de acesso a água da casa. O morador explica que mais de 30 casas dependiam deste poço, hoje é apenas sua família, e justifica sua opção por manter a antiga forma de provimento: “minha água é natural, pura... a água com cloro me adocece”.

Outras formas de abastecimento são descritas pelo IBGE (2010) quando o acesso à água é em poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada, rio, açude, lago ou igarapé. Essa situação é recorrente nos *aglomerados subnormais* Monte Sinai (46,3%), Santa Rita (33,3%) Ana Maria (20%), o que também se repete entre 7% a 2% das residências dos setores Xixebal, Araguaína Sul, Jardim Europa e Morada do Sol II (IBGE, 2010).

Em Araguaína, outras formas de suprimento se concretizam pelos usos de poço ou nascente fora da propriedade, em córregos e por abastecimento clandestino de água, situação habitual nos *aglomerados subnormais*. A ausência do provimento adequado de água atinge com maior intensidade em localizações afastadas do centro da cidade, habitadas pelas classes sociais mais pobres, e em ocupações mais recentes (*aglomerados subnormais* Santa Rita, Monte Sinai e Ana Maria), mas também em áreas de ocupações antigas (setores Brejão, Barros, e Bairro Fátima).

Figura 12 - Poço utilizado para provimento de água no Setor Brejão - Araguaína – TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

Esta condição impele os moradores a resgatarem antigas formas de acesso à água através de poço e córrego. O poço ou nascente e outras formas de abastecimento, apesar dos usos pontuais na cidade, tornam-se críticos para alguns bairros. Mesmo que o acesso inadequado à água seja mais reincidente para os pobres, também há ocorrência em bairros com moradores abastados.

Mesmo com disponibilidade e qualidade hídrica relatada para Araguaína, o Censo 2010 revelou que ainda existem disparidades quanto à distribuição de água por rede geral nos bairros. Quando examinada a cidade como um todo, os números demonstram pouco uso de poço ou nascente como forma de suprimento, mas quando esmiuçadas as áreas específicas, ocorreu maior frequência desta tipologia de abastecimento em bairros de moradia popular, evidenciando desconformidade da infraestrutura urbana com repercussão na saúde coletiva.

## 5.4 O SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DO LIXO

O exacerbado consumo de produtos industrializados pela sociedade é responsável pela crescente produção de resíduos, ocasionando impactos sociais e ambientais, cada vez mais presentes nas grandes, médias e pequenas cidades.

Ao coletar o lixo produzido, o poder público contribui para amenizar os impactos sociais e ambientais, o que também é uma garantia de cidadania conforme asseveram Carleial e Araújo (2010, p. 64) “a coleta de lixo é um serviço relevante na manutenção das condições adequadas de habitabilidade na cidade”.

Em Araguaína o sistema público de coleta do lixo é disseminado pela cidade, embora com elevado grau de desproporção entre os bairros.

Quando se observa as informações sobre o total de domicílios urbanos de Araguaína, 90,5% deles tem lixo coletado direta ou indiretamente pelo serviço público de limpeza (IBGE, 2010). Os dados desta variável mostram que nas áreas degradadas, tornam-se comum práticas mais danosas ao meio ambiente e à saúde, como a queima (3,3%), ou mesmo jogar em terreno baldio, logradouro e rio, forma de descarte do lixo em 1,2% das residências.

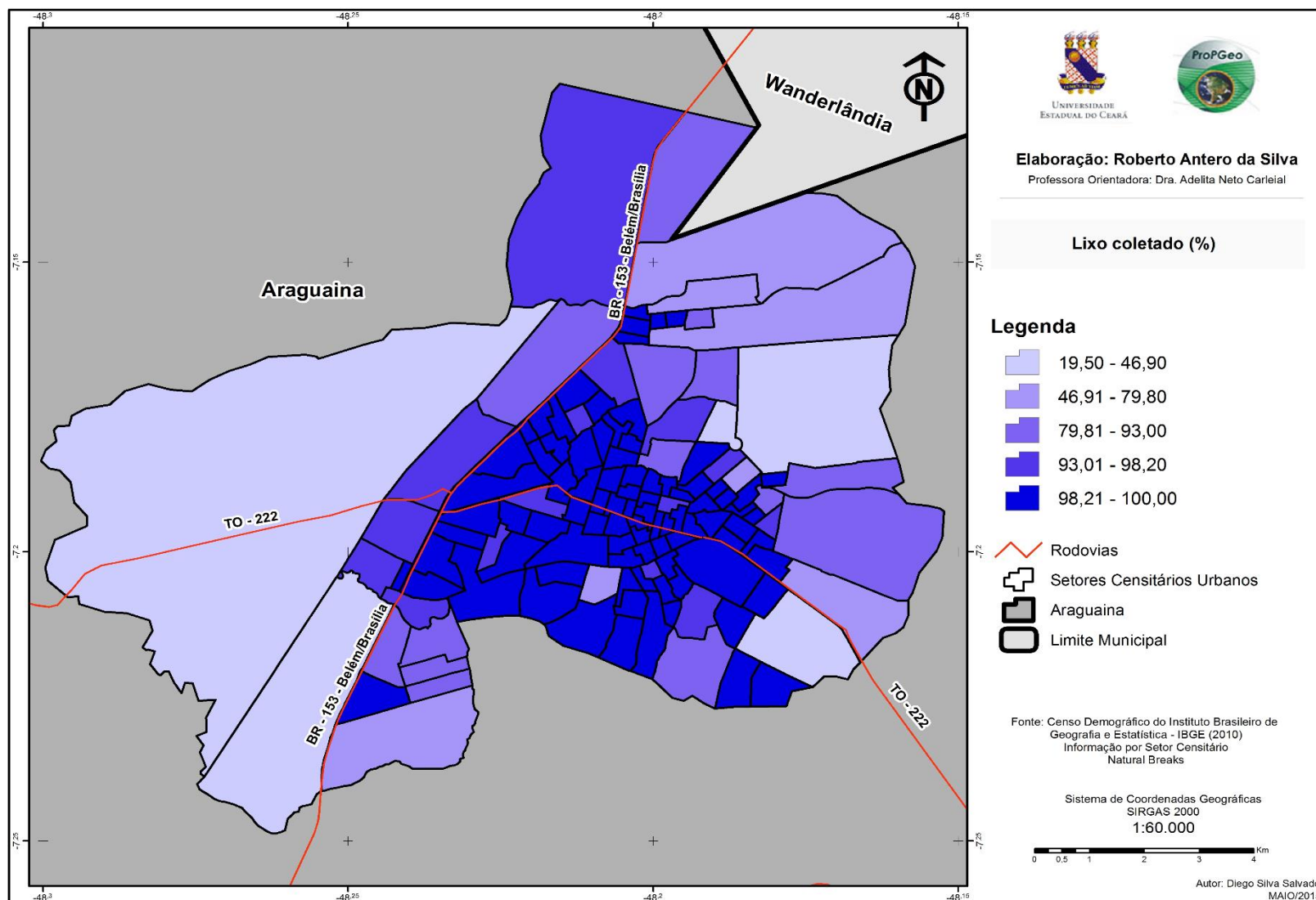
O lixo coletado diretamente ou indiretamente<sup>32</sup> por serviço de limpeza possui uma área de concentração no Centro da cidade e arredores, estando disseminado em diversas localizações da cidade, mas principalmente, em áreas predominantes de famílias com maior rendimento e de maior valorização econômica dos terrenos (Mapa 9).

A menor incidência ocorre em localizações com menor valor venal da terra urbana, reduto de população mais empobrecida, com algumas áreas a Oeste, Leste e Sul em que o serviço não atende metade dos domicílios, situação dos setores Brejão, Santa Rita, Vitória e Monte Sinai (Mapa 9).

---

<sup>32</sup> Quando o lixo do domicílio é depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada (IBGE, 2011b, p. 23).

Mapa 9 – Domicílios com lixo coletado por setor censitário – Araguaína – TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

Em outras áreas periféricas empobrecidas o serviço público de coleta é disponibilizado apenas parcialmente para 45% até 15% das residências dos setores Parque Bom Viver I, Araguaína Sul, Universitário, Maracanã, Ana Maria, Fatima, Xixebal e Nova Araguaína.

A deficiência deste serviço contribui para o descarte inadequado dos resíduos sólidos domésticos, que de modo recorrente é queimado no terreno da residência, ou terrenos vagos do Setor Brejão (71,1%), e nos *aglomerados subnormais* Santa Rita (53,9%), Parque Bom Viver I (42,5%) e Monte Sinai (40,4%), conforme os dados censitários do IBGE (2010).

Junto com os entulhos e folhagens, o morador costuma queimar também o lixo doméstico. Esta é prática recorrente no Tocantins, que ocupa o segundo lugar entre os estados na quantidade de focos de incêndio, de acordo com *ranking* do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2015). A queima está relacionada principalmente a renovação de pastagens no final do período de estiagem, entre os meses de março a outubro, que brota novamente com o início das chuvas em meados de outubro.

Este é um costume replicado na cidade, conforme atesta Pereira (2013, p. 256- 264) “colocar fogo em restos de entulhos no quintal ou até mesmo nas calçadas faz parte do processo de limpeza da cidade”, estendido para áreas públicas como praças. Torna-se “problema que afeta toda a sociedade araguainense, independentemente de status social, político, racial, estético, cultural” (PEREIRA, 2013).

Jogar em terreno baldio ou logradouro é forma de descarte do lixo nos setores Vitória (29,8%), Tiúba (7,9%), Araguaína Sul (5,2%), Vila Goiás (4,9%), Raizal (4,8%) e Monte Sinai (3,5%) conforme informações do IBGE (2010). Nestes e em outros bairros de Araguaína, é notória a quantidade de terrenos vagos, denominados comumente de lotes baldios, que certamente, não justificam que funcionem como depositário de lixo, mas junto com a carência do serviço público, contribuem para esta prática (Figura 13).

Os bairros com as maiores incidências de lixo queimado ou jogado em terrenos baldios são aqueles com baixos percentuais de coleta pelo serviço público de limpeza urbana, e são preponderantes em localizações periféricas, distantes do

centro da cidade, e com famílias com menores níveis de renda. O setor Brejão guarda características e algumas práticas de área rural, e os demais são os *aglomerados subnormais*, com exceção do Jardim das Mangueiras e Ana Maria.

Figura 13 – Lixo jogado em terreno baldio e logradouro nos *aglomerados subnormais* Monte Sinai e Vitória – Araguaína – TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

Estas formas inadequadas de descarte de lixo em terreno baldio incidem sobre o meio ambiente e a saúde pública, pois estes resíduos tornam-se vetores de transmissão de doenças, como também afluem para os cursos de água e obstruem as galerias e canais de drenagem, contribuindo para danos ambientais e alagamentos.

Essa oferta diferenciada do serviço público de coleta do lixo, também, reforça as desigualdades no espaço urbano de Araguaína à medida que se observa uma maior captação em determinados setores típicos de classe média e alta, e menor densidade do serviço em áreas periféricas mais empobrecidas.

Novamente, os *aglomerados subnormais* aparecem em situação de desvantagem quando considerada a oferta deste serviço, o que demonstra a incapacidade do poder público de acompanhar o crescimento populacional da cidade e de proporcionar à população dos bairros de expansão mais recente os benefícios da urbanização.

## 5.5 DOMICÍLIOS SEM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Apesar dos avanços nas condições sanitárias nas últimas décadas, 5,8 milhões de brasileiros ainda vivem em situação precária, morando em casas sem banheiro ou sanitário. A maioria (4,8 milhões) é residente em áreas rurais e um milhão de pessoas habitam nas cidades nestas condições (IBGE, 2010).

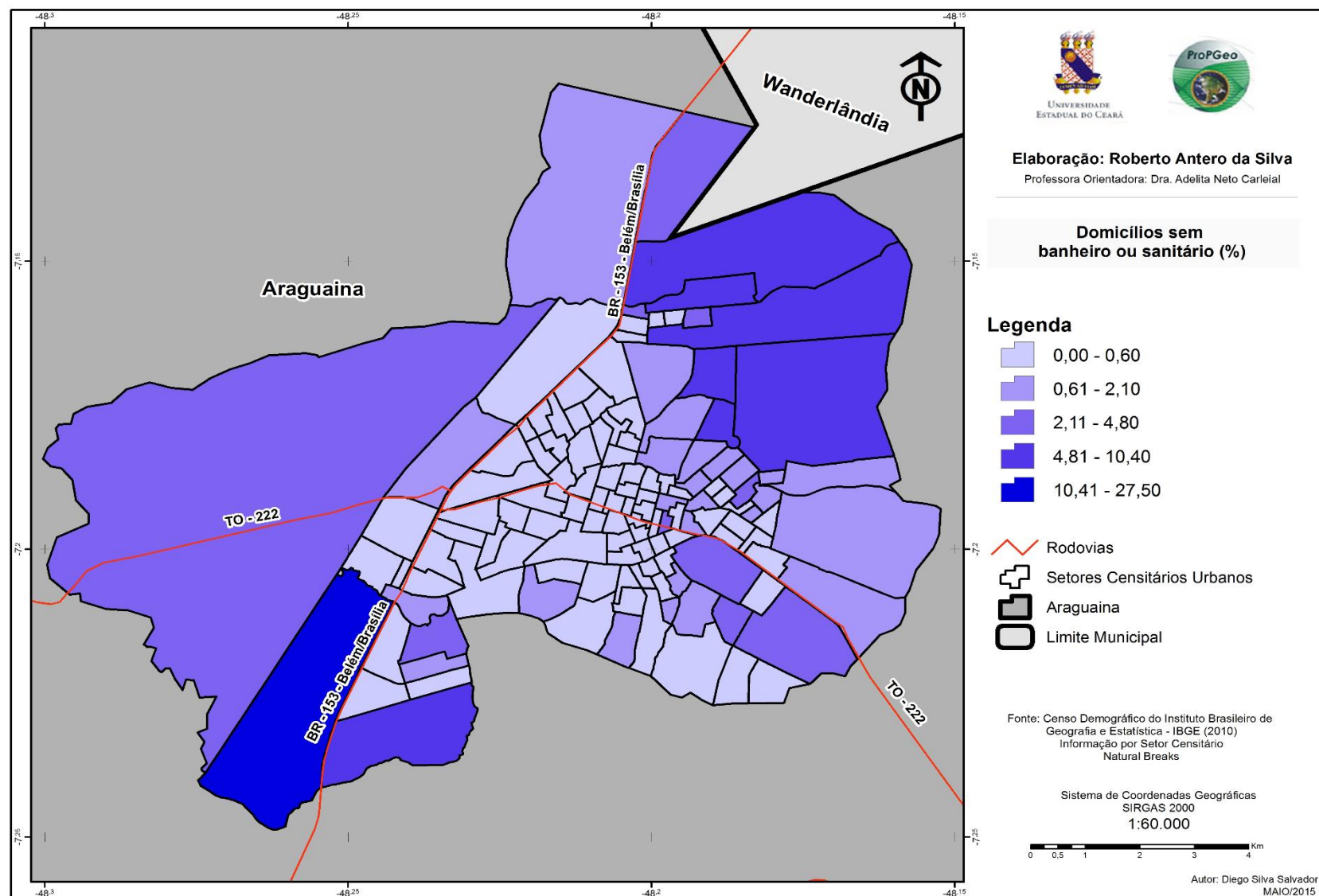
No município de Araguaína, 2,2% dos domicílios são atingidos por esta deficiência de saneamento, percentual que apesar de reduzido para 1,25% das casas na cidade, ainda é agravante (IBGE, 2010). Os dados censitários revelam ainda que em mais da metade dos setores urbanos desta cidade (54%) repetem-se insatisfatórias condições sanitárias domiciliares, com a presença de residências sem sanitário.

O Mapa 10 destaca o *aglomerado subnormal* Monte Sinal, em que 27,5% das casas pesquisadas no Censo 2010 não dispunham de banheiro ou mesmo de um sanitário. O mesmo mapa focaliza a falta de sanitários em outras áreas, correspondentes a residências localizadas no Parque Bom Viver I (10,4%), Santa Rita (6,1%), Vila Santiago (6,3%), Setor Maracanã (6%), Bairro de Fátima (5,9%), Setor Universitário (5,8%) e Setor Araguaína Sul (5,2%).

Essa situação implica em maiores riscos à saúde, principalmente, a ocorrência de doenças que são, ou deveriam ser, de fácil prevenção. Mas ao contrário, com este expressivo número de pessoas habitando em casas desprovidas de escoadouro adequado para os rejeitos sanitários, os moradores adoecem prejudicando suas capacidades físicas.

Estas localizações com menor disponibilidade de sanitário estão espacializadas nos extremos periféricos da cidade (Mapa 10), ao Sul (Monte Sinai e Bairro de Fátima), ao Norte (Parque Bom Viver I, Vila Santiago, Setor Maracanã, Universitário), e Leste (Araguaína Sul).

Mapa 10 – Domicílios sem instalações sanitárias por setor censitário – Araguaína – TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

Há uma conexão entre o menor nível de renda do responsável e a deficiência de instalações sanitárias, mesmo que esta relação não seja na mesma proporção, pois não é precisamente o bairro de menor renda, que também tenha maior percentual de domicílios sem sanitários. Esta relação torna-se mais evidente quando observados os bairros onde o responsável possui renda mais expressiva, em que todas as residências dispõem de instalações sanitárias adequadas.

Retomando a espacialização da renda média do responsável (Mapa 4), constata-se que nos bairros onde o chefe da família possui rendimentos menos expressivos (Araguaína Sul, Brejão, Raizal, Bela Vista, Santa Rita, Barros, Morada do Sol II), também há um considerável percentual de domicílios sem sanitário (entre 6,1% a 1,4%).

A carência de instalações sanitárias é fenômeno típico de áreas periféricas empobrecidas. O maior percentual de domicílios nessas condições ocorre nos bairros onde o chefe da família possui renda média de até três salários mínimos, com exceção do *aglomerado subnormal* Monte Sinai, onde o ganho médio chega até sete salários.

## 5.6 ESGOTAMENTO SANITÁRIO: A RARIDADE DA INFRAESTRUTURA URBANA DE ARAGUAÍNA

Entre os serviços de saneamento básico, o que possui menor abrangência em Araguaína é o de esgotamento sanitário, acompanhando a tendência nacional da menor oferta deste item de saneamento básico. Diante da escassez deste serviço público, sua equidade torna-se remota.

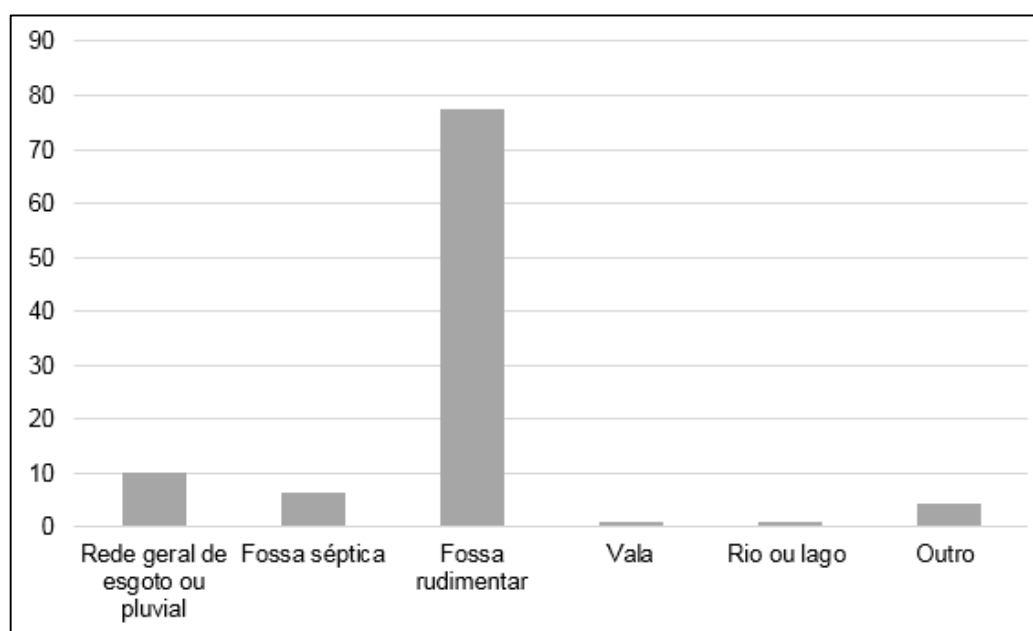
A ampliação de redes coletoras de esgotos vem crescendo gradualmente no Brasil, atestada nos resultados dos últimos censos demográficos realizados pelo IBGE (2000, 2010) onde o percentual de brasileiros atendidos cresceu de 44,3% para quase 53%, mas a universalização do serviço ainda está longe de ser alcançada.

Em particular, a falta de sistemas de esgotamento sanitário atinge 90% da população de Araguaína. O percentual de expansão foi significativo entre o ano 2000 e 2010, pois a proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto aumentou de 2,46% para 10% (IBGE, 2000; 2010).

A disponibilidade de acesso direto à rede de esgoto em Araguaína é uma raridade, e certamente, essa carência contribui para uma distribuição desigual, concorrendo também para a implementação de soluções sanitárias inadequadas, averiguadas na pesquisa de campo.

O Gráfico 2, sobre os tipos de esgotamento sanitário, mostra que a rede geral de esgoto ou pluvial é serviço de saneamento básico que beneficia apenas 10% das residências em Araguaína, impelindo a maioria das residências ao uso de fossa rudimentar (77,7%), a fossa séptica (6,3%), e ainda a outras formas de descarte dos fluidos sanitários (4,6%).

Gráfico 2 - Tipo de esgotamento sanitário por domicílio em Araguaína –TO/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por município. Elaboração do autor.

A fossa rudimentar<sup>33</sup> é o principal meio para eliminação dos dejetos sanitários, uma forma inadequada que ameaça a saúde pública, pois não evita a contaminação das águas, e por sua disposição, em geral nas calçadas, implica em riscos de desmoronamentos pela movimentação de pedestres.

<sup>33</sup> Também descrita como fossa negra, poço, buraco (IBGE, 2011b, p. 22). A fossa rudimentar ou rústica consiste em uma escavação no terreno com revestimento lateral vazado e sem revestimento no fundo, com a finalidade de facilitar a infiltração e decomposição de parte do material depositado. Essa estrutura rude pode contaminar o lençol freático, estendendo-se até aos demais cursos d'água.

Vasconcelos Filho (2013) observou que em Araguaína essas fossas rudimentares são construídas nas calçadas, próximo à rua, com o intuito de facilitar seu esgotamento periódico pelo carro “limpa fossa”. Conforme Pereira (2013), nesta cidade, nos espaços públicos, como a calçada, por exemplo, cada pessoa faz “o que bem entende”, sem seguir e ser cobrado pelas normas urbanísticas.

O mesmo autor reforça que as raras calçadas que existem são ocupadas por fossas, entulhos ou placas de anúncio, obrigando “o pedestre ir para o meio da rua para competir com motos, automóveis, caminhões, ônibus, vans, bicicletas, carroças”, o que denota “imagem/paisagem do caos no trânsito urbano da cidade” (PEREIRA, 2013, p.132).

De acordo com o IBGE (2010), apenas 16,3% dos domicílios araguainenses possuem solução satisfatória para o esgotamento sanitário, através da rede de esgotos-pluvial ou fossa séptica<sup>34</sup>. Ainda, verifica-se que outras casas utilizam vala (0,87%), rio ou lago (0,71%), ou outro tipo não descrito (2,2%) (Gráfico 2).

No Mapa 11, as informações censitárias são especializadas, referentes a distribuição de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial no espaço intraurbano de Araguaína, constatando-se o reduzido alcance deste serviço sanitário.

Os dados dispostos no primeiro estrato deste Mapa referem-se somente a quatro setores censitários que apresentam os melhores percentuais de domicílios atendidos, e são correspondentes à Vila Couto Magalhães (96,1%), dois compartimentos censitários inseridos no Setor Central (77,7% e 65%), e uma parte do Bairro São João (58,3%).

Os percentuais de domicílios com provimento adequado de esgotamento estão em uma reduzida concentração nas áreas centrais, seguida por outros agrupamentos adjacentes em que a oferta vai decrescendo (entre 58% a 17%), partindo nas direções Centro-Oeste (setores Anhanguera, George Yunes e Rodoviário) e Centro-Sul (setores Alaska, Loteamento Dona Nelcia e Senador), onde estão agrupadas famílias com maior rendimento (Mapa 11).

---

<sup>34</sup> Fossa séptica - quando a canalização do banheiro ou sanitário está ligada a uma fossa séptica e a matéria é esgotada para uma fossa próxima, onde passa por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município (IBGE, 2011b, p. 22).

Também pertencente a este segundo agrupamento, seguindo a localização da zona Centro-Leste, há outro conjunto de setores censitários que formam o Bairro São João, acompanhando a Rua Alfredo Nasser, até o Setor Araguaína Sul (Mapa 11). Na direção Centro ao bairro São João até o Araguaína Sul, a oferta de rede de esgoto vai decrescendo, assim como a renda das famílias (Mapas 4 e 11).

Mas é a Vila Couto Magalhães, com localização recuada ao Norte da cidade, portanto, fora destes dois primeiros agrupamentos, que está posicionada como bairro com a maior prestação do serviço de esgotamento. Convém esclarecer que a Vila Couto Magalhães é um bairro proveniente de um conjunto residencial popular construído, na década de 1980, já com o provimento do serviço esgoto.

Nas demais localizações, de forma disseminada pela malha urbana, estão os bairros com os patamares mais críticos, ou mesmo com ausência de redes coletoras de esgoto. Tomando como referência o extrato inferior do Mapa 11, a maioria dos setores censitários (66%) possui menos de 5% dos domicílios servidos com esgotamento sanitário por rede.

Nos *aglomerados subnormais* e em mais outros vinte setores<sup>35</sup> censitários a oferta deste serviço é inexistente, com exceção do Ana Maria, em que 1,8% dos domicílios estão ligados a rede geral de esgoto (IBGE, 2010). Conforme já aludido, na área deste setor *subnormal* está incluído o Bairro Jardim das Flores, que possui domicílios com a disponibilidade do serviço.

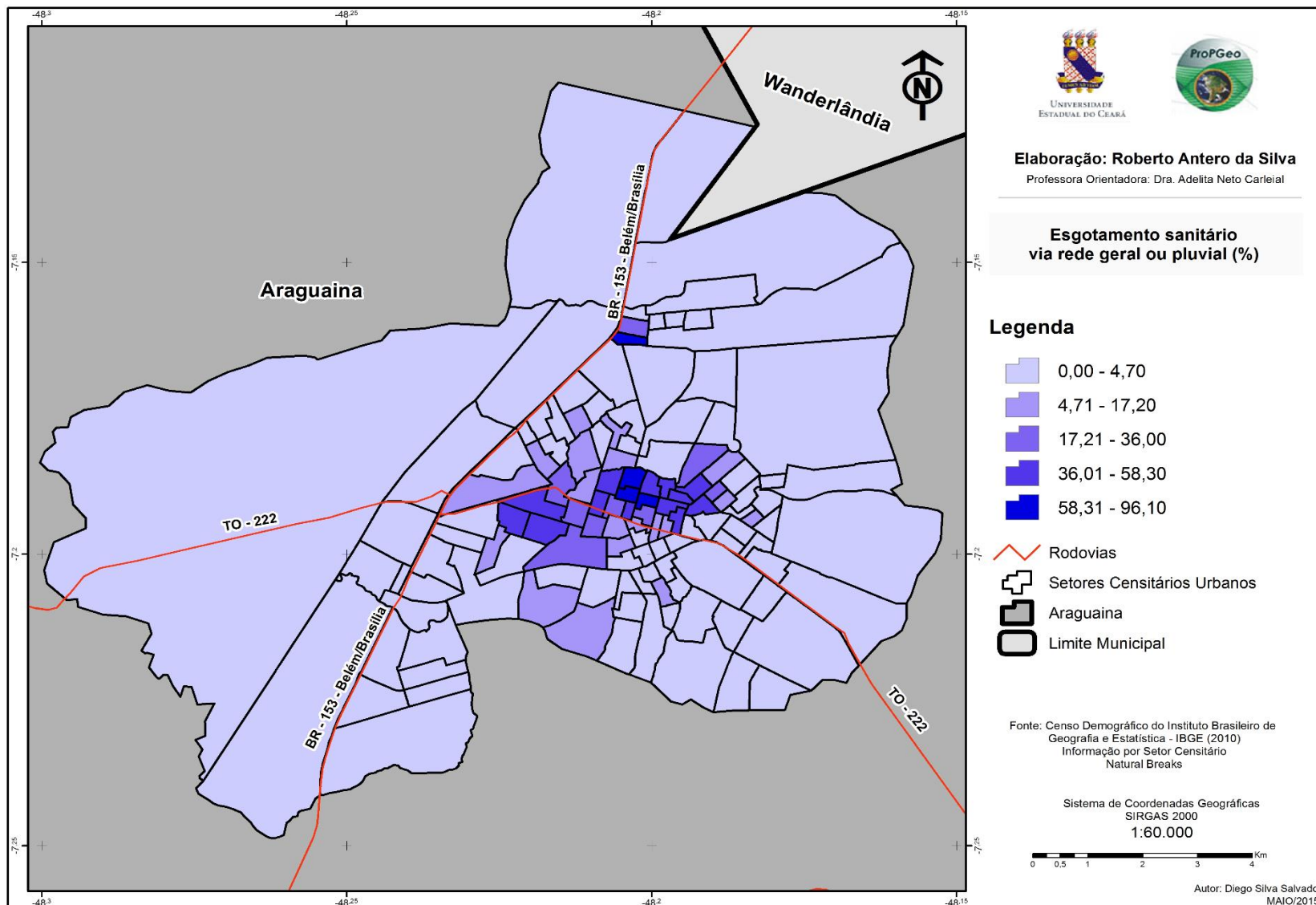
A maior oferta de rede coletora de esgoto ocorre em um conjunto habitacional com finalidade de moradia popular, fato que inicialmente inviabilizaria uma correlação entre renda das famílias e a maior disponibilidade do serviço. Mas, trata-se de uma exceção, pois a Vila Couto Magalhães foi construída pelo Estado que tem obrigação de implantar o esgotamento sanitário.

Quando observado o conjunto de bairros em que o esgoto por rede é mais disseminado, novamente é observável que o serviço é intrínseco às áreas com maior nível de renda.

---

<sup>35</sup> Setores Santa Rita, Maracanã, Monte Sinai, Parque Bom Viver I, Vitória, Brejão, Eldorado, Nova Araguaína, Fátima, Xixébal, Planalto, Palmas, dentre outros.

Mapa 11 – Domicílios com esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial, segundo setor censitário – Araguaína –TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

No entanto, mesmo em áreas mais nobres, é reduzida a rede coletora, reafirmando a raridade deste serviço, que contribui como agravante na infraestrutura urbana de Araguaína, atingindo ricos e pobres.

A fossa séptica é outra forma considerada como adequada para o esgotamento sanitário. Os microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010), sistematizados por setor censitário, mostram o seu uso pontual em diferentes localizações da cidade (Morada do Sol, Setor Raizal, Bairro JK, Bairro Senador, Setor Noroeste, Bairro Araguaína Sul e Bairro São João, Recanto do Lago).

Com essa carência de destinação adequada dos efluentes sanitários, as fossas rudimentares tornam-se a principal solução para os moradores de Araguaína. Os dados censitários demonstram a fossa rústica como recurso utilizado em mais de 99% dos domicílios de bairros com famílias de renda alta (Setor Tecnorte, José Ferreira, Oeste e Residencial Camargo) como também de famílias mais empobrecidas (Setor Santa Terezinha, Monte Sinai, Setor Urbano e Vila Norte) (Figura 14).

Figura 14 – Fossa rudimentar para destinação de dejetos sanitários, no *aglomerado subnormal* Monte Sinai e Setor Tecnorte – Araguaína – TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

O que mais diferencia, neste caso, é o padrão de construção da casa e da fossa. No Monte Sinai as fossas são rústicas e facilmente identificadas nas calçadas, já no Setor Tecnorte, a arquitetura de construção deixa o local para despejo dos dejetos sanitários camuflado (Figura 14).

As casas das quais o esgoto sanitário é jogado diretamente em rios ou córregos<sup>36</sup> estão distribuídas por 30 setores censitários nas localizações ao longo dos cursos de água.

A área urbana de Araguaína é bem servida por uma rica rede hidrográfica, sendo recortada pelo rio Lontra e seu represamento, o lago Azul, e por diversos afluentes, entre os quais os córregos Neblina, Tanque, Lavapés, Canindé, Tiúba, Prata, Raizal, Xixebal, Cará, Jacubinha, etc. No processo de ocupação da cidade estes mananciais receberam, e continuam a ter, usos inadequados, estando ameaçados ou já degradados.

Conforme os microdados do IBGE (2010) o maior percentual de domicílios, que lançam esgoto em cursos de água, está nos bairros Neblina e Dom Orione (15%), Noroeste (12,9%), Centro (8,5%), Itapuã (7,6%), Couto Magalhães (6,6%), Vila Rosário (5,7%), Jardim Paulista (4,7%), JK (4,2%) e Luiz Vinhal (3,7%).

Nestas localidades citadas, o córrego Neblina recebe esgoto dos bairros Neblina, Noroeste, Centro, Vila Rosário e Luiz Vinhal. O córrego Tanque é utilizado para tal finalidade nos bairros Dom Orione, Itapuã e Couto Magalhães; já em residências do Jardim Paulista e Bairro JK, o despejo é no rio Lontra.

Presume-se que córrego Neblina receba maior carga de esgoto, pois corta toda a malha urbana no sentido Norte-Sul, drenando as áreas de maior adensamento da cidade; também recebendo esgoto de parte dos demais córregos, que são seus tributários, mas em todos os córregos da área urbana é comum o lançamento de efluentes sanitários de forma direta ou indireta.

Em residências construídas nas proximidades de córregos e rios é comum o lançamento direto de esgoto, realizado por meio de um cano que despeja os dejetos do banheiro diretamente no curso de água (Figura 15). Mas o esgoto doméstico também chega aos córregos de modo indireto. As fossas rudimentares construídas em domicílios do bairro Neblina e setor Dom Orione, em proximidade com o córrego, não resistem e transbordam, especialmente durante o período chuvoso.

É recorrente esse tipo de esgotamento, tanto em localizações de residentes com renda alta, como os bairros Centro, Neblina, Noroeste, como também nas áreas

---

<sup>36</sup> Quando o banheiro ou sanitário está ligado diretamente a rio, lago ou mar. (IBGE, 2011b, p. 22)

que abrigam moradores com rendimentos menos expressivos, como os que edificaram suas casas ao longo do córrego Tanque, no Setor Itapuã. (Figura 15)

Esse modo de descartar o esgoto sanitário não está diretamente relacionado aos bairros considerados pobres, pois existe em áreas de famílias com os maiores rendimentos, a exemplo dos bairros Neblina e Dom Orione.

Figura 15 - Esgoto sanitário descartado no córrego Neblina (Centro) e no córrego Tanque (Setor Itapuã) – Araguaína – TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

A situação é induzida pela carência de saneamento, mas também pela relação de exploração que a sociedade estabelece com a natureza, que conforme Bernardes e Ferreira (2005) é marcada por uma dicotomia, da necessidade e uso exacerbado, determinada a partir das relações sociais de produção. Segundo os referidos autores, a natureza não é usada de modo cooperativo.

O baixo percentual de domicílios que utilizam, como esgoto, vala (0,87%), rio ou lago (0,71%), oculta uma condição social e ausência de infraestrutura sanitária mínima. Estas casas, desprovidas de instalações sanitárias, denotam a negação aos direitos básicos e expressam as desigualdades entre as classes sociais, pela condição desigual de moradia, pela degradação das condições de higiene que ameaçam a saúde pública.

Um olhar detalhado sobre estas informações censitárias revela que a carência de esgotamento sanitário adequado expõe a população, de alguns bairros, a situação degradante de saúde e habitabilidade.

Os dados disponíveis (IBGE, 2010) mostram que o uso da vala<sup>37</sup> como depósito de dejetos sanitários é mecanismo utilizado em domicílios nos setores Monte Sinai (34,6%), Nova Araguaína (10,7%), Araguaína Sul (6,8%), Jardim Paulista (6,5%), Tiúba (3,4%) e Alto Bonito (1,5%).

No Monte Sinai, a vala ou privada identificada é uma abertura no terreno coberto por madeira, mantendo uma abertura ao centro para passagem dos excrementos; e o material utilizado na construção das paredes externas é improvisado, de madeira ou telhas de zinco (Figura 16).

Figura 16 – Vala para depósito de excremento no *aglomerado subnormal* Monte Sinai – Araguaína – TO/2015



Fonte: Próprio autor, 2015.

A carência de instalações sanitárias, no Setor Monte Sinai, sujeita moradores de um terço das residências a recorrer ao uso de valas ou privadas para realizar suas necessidades fisiológicas de excreção, conforme revelado pelos dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Essa situação permanece e os moradores

---

<sup>37</sup> Quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto (IBGE, 2011b, p. 22).

desacreditam que o Poder Público ofertará serviços adequados, conforme moradora entrevistada: “já estou nesta situação há cinco anos”.

Essa condição é análoga à exposta por Davis (2006) que diz: “oito gerações depois de Engels, a merda ainda recobre doentiamente a vida dos pobres urbanos (DAVIS, 2006, p. 142), guardando similaridade com texto de Engels (1884) em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Tudo isso demonstra, de modo visível, como as desigualdades sociais estão relacionadas à condição de riqueza ou pobreza dos grupos sociais, moradores em áreas com disponibilidades ou não de infraestruturas e serviços urbanos adequados, e como aos grupos sociais mais empobrecidos, estão designadas as desigualdades espaciais.

É revelador dessas desigualdades sociais e espaciais que em Araguaína, cidade média com expressiva centralidade econômica regional, reconhecida nos discursos oficiais por “capital do boi gordo” e “capital econômica”, famílias pobres não usufruam de condições mínimas de higiene, e estejam sujeitas a condições sanitárias aviltantes.

No caso específico de saneamento básico essas desigualdades diminuem porque a ausência do serviço de esgotamento sanitário adequado é generalizada por quase toda a cidade, atingindo áreas que abrigam moradores de renda opulenta e renda inclinada.

A situação torna-se agravante quando as deficiências na rede de esgoto estão associadas à carência de instalações sanitárias, à distribuição de água tratada e à coleta de lixo, que tendem a atingir com maior vigor as áreas mais empobrecidas, evidenciando as desigualdades no acesso à cidade e às infraestruturas urbanas.

## 5.7 MORADIA ADEQUADA E INADEQUADA

A inadequação de moradia agrupa domicílios com uma ou mais carências de infraestrutura urbana e serviços públicos essenciais de abastecimento de água, rede esgotamento sanitário e sistema de coleta de lixo.

O IBGE (2012, p. 34) classifica a moradia como: 1) adequada, os domicílios que têm rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta; 2) semiadequada, os domicílios que atendem de uma a duas características de adequação; e 3) inadequadas, os domicílios que não atendem a nenhuma das condições de adequação.

Na cidade de Araguaína, apenas 16,1% das casas contam com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta, e assim possuem o *status* de moradia adequada (IBGE, 2010). Os dados censitários de 2010 demonstram que este percentual é inferior à média nacional, em que 52,5% dos domicílios ostentam esta condição.

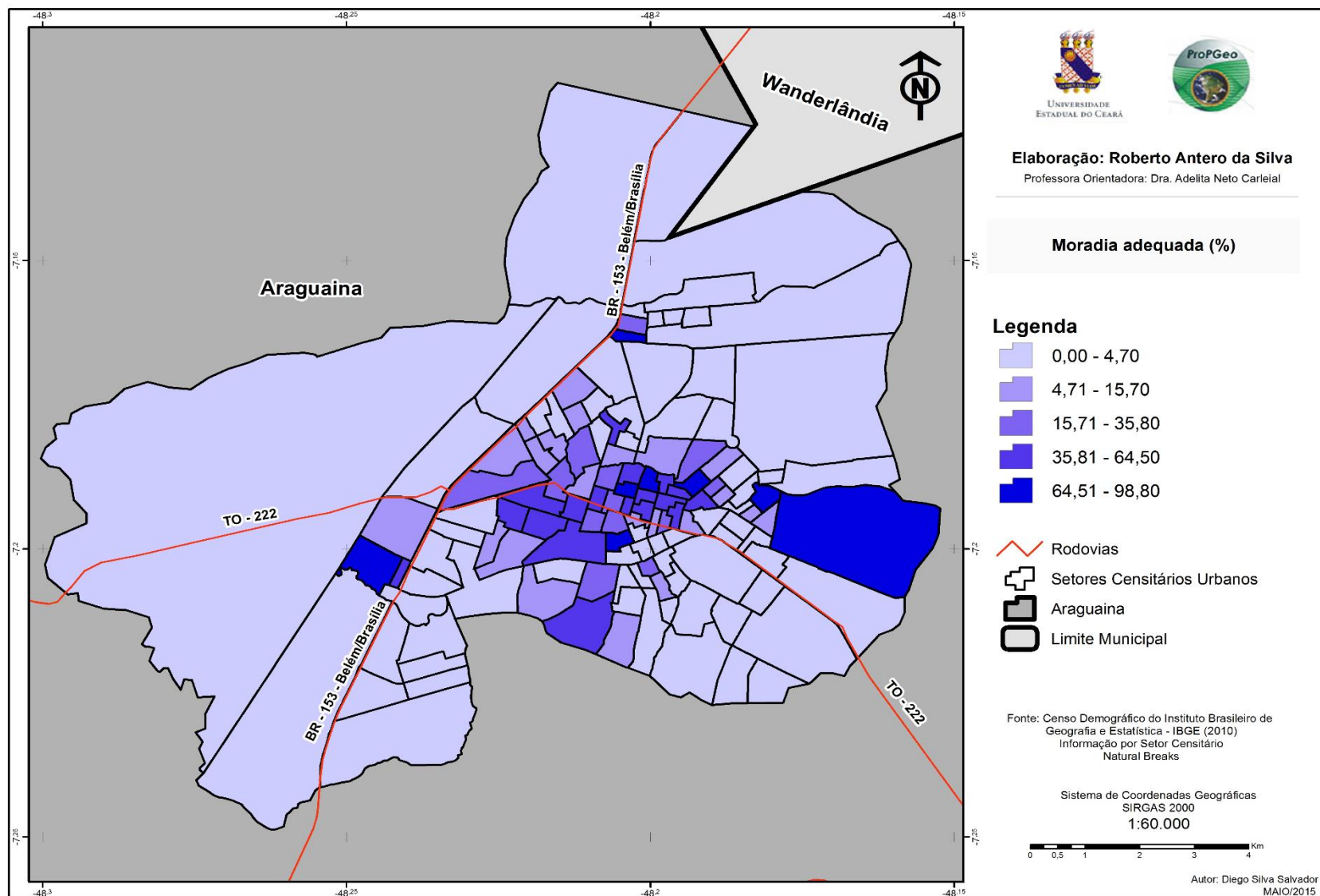
A maior parte das moradias de Araguaína possui apenas uma, ou até duas das características exigidas para adequação, e por isso são classificadas como semiadequadas (83%), já os demais domicílios (0,9%) não dispõem de nenhum destes atributos, sendo inadequados para moradia (IBGE, 2010).

O percentual de domicílios com moradia adequada mostra que esta condição é incomum em Araguaína. O estrato superior do Mapa 12 destaca 8 setores censitários com maior número de residências consideradas adequadas, localizadas nos bairros Senador, Vila Couto Magalhães, Araguaína Sul, São João, JK, Morada do Sol, Raizal e Centro.

As residências inadequadas conjugam formas degradantes de habitação, pois nelas o lixo que não coletado, é enterrado, queimado, jogado em terreno baldio, rio ou lago; não são atendidas por abastecimento de água via rede geral, sendo o acesso à água por poços ou nascentes; e não dispõem de tratamento de esgoto sanitário, escoando os dejetos para fossa rudimentar, vala, rio ou lago.

Apesar de três áreas isoladas (Vila Couto Magalhães, Morada do Sol e JK), o maior agrupamento de residências em condições adequadas é no Centro expandindo-se para as terras urbanas valorizadas e com famílias de maior poder aquisitivo no Centro-Leste, Centro-Sul e Centro-Oeste.

Mapa 12 – Domicílios com moradia adequada por setor censitário – Araguaína –TO / 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010 – Resultados do universo por setor censitário. Elaboração do autor. Diagramação: Diego S. Salvador.

As áreas que agrupam maior número de domicílios com moradia inadequada são o Monte Sinai (30,7%), bairro de Fátima (14,1%) e Santa Rita (10,6%), e os setores Mansões do Lago, Parque Bom Viver I, Morada do Sol II, Vila Santiago, Nova Araguaína, Araguaína Sul e Maracanã com percentuais entre 3,9% a 1,3% dos domicílios nesta condição (IBGE, 2010).

A oferta rara de esgoto por rede e fossa séptica, disponibilizada para apenas 16,3% dos lares em Araguaína, é significativa para o baixo percentual de moradia adequada. Desse modo, a maioria é categorizada por domicílios semiadequados, pois, em geral, dispõem dos serviços públicos de água por rede e coleta de lixo, ou de apenas um deles.

Confirma-se a notória deficiência de infraestrutura urbana de Araguaína, em que a maioria da população não tem acesso sequer ao conjunto de serviços de saneamento básico.

## 5.8 DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA

Uma questão que esta pesquisa suscitou foi que os *aglomerados subnormais* são expressões do crescimento econômico desigual e que convivem contraditoriamente com outros espaços beneficiados por equipamentos e serviços públicos, mostrando uma dinâmica socioespacial de coexistência tensa entre áreas empobrecidas e ricas em Araguaína.

Os indicadores sociais até agora apresentados não situaram os *aglomerados subnormais* como áreas exclusivas das maiores carências habitacionais, nem dos responsáveis pelo domicílio como aqueles dos mais baixos rendimentos e menor nível de alfabetização, pois essa situação também ocorria em outros setores da cidade não denominados de *aglomerados subnormais*.

Para tornar mais clara e compreensível essa questão sobre os *aglomerados subnormais*, em Araguaína, como espaços precários de moradia,

expressão do crescimento econômico desigual, foram sintetizados dados utilizados como indicadores de desigualdades socioespaciais.

As Tabelas 9 e 10 sintetizam estas informações para os dez setores censitários e seus bairros correspondentes, que apresentaram os piores percentuais de renda e alfabetização dos chefes de domicílio, de oferta dos serviços públicos de água por rede e coleta de lixo, e aqueles com maior percentual de domicílios sem aparelho sanitário<sup>38</sup>.

Tabela 9 – Percentual de chefes de domicílios com renda de até 1 salário mínimo e não alfabetizados por bairros e *aglomerados subnormais* - Araguaína – TO/ 2010

| Chefes com renda de até 1 salário mínimo |      | Chefes não alfabetizados (%) |      |
|------------------------------------------|------|------------------------------|------|
| Bairros/Setores                          | (%)  | Bairros/Setores              | (%)  |
| Céu Azul                                 | 61,0 | Barros                       | 27,6 |
| Nova Araguaína                           | 60,4 | Parque Bom Viver I           | 25,9 |
| J. Mangueiras <sup>1</sup>               | 60,0 | Maracanã                     | 24,4 |
| Raizal                                   | 55,6 | Bela Vista                   | 21,8 |
| Santa Rita                               | 54,7 | Céu Azul                     | 21,6 |
| Vila Norte                               | 54,5 | Brejão                       | 21,1 |
| Parque Bom Viver I                       | 54,4 | Fátima/Xixebal               | 20,4 |
| Maracanã                                 | 53,2 | Terezinha                    | 19,3 |
| Tiúba                                    | 52,6 | Araguaína Sul                | 19,1 |
| Vitória                                  | 52,3 | Palmas                       | 18,0 |

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (Microdados por setor censitário). Elaboração do autor.

Nota 1: Os *aglomerados subnormais* estão realçados em cinza.

Assim, o maior percentual de chefes de domicílios que ganham até 1 salário mínimo está no setor Céu Azul. Nesse item, os piores indicadores estão em quatro *aglomerados subnormais* (Jardim das Mangueiras, Santa Rita, Parque Bom Viver I e Vitória) e em outros seis setores distintos (Céu Azul, Nova Araguaína, Raizal, Vila Norte, Maracanã e Tiúba).

<sup>38</sup> A oferta de esgoto por rede não foi avaliada, já que sua raridade em Araguaína implica na inexistência deste serviço público para 25 setores censitários, de um total de 130. Seria um indicador que não mostraria grandes desigualdades entre os setores.

No Setor Barros encontra-se o maior percentual de chefes não alfabetizados, acompanhados por mais oito setores e apenas um *aglomerado subnormal*, Parque Bom Viver I (Tabela 9). Portanto, esses piores indicadores de renda e escolaridade não estão restritos apenas aos moradores das áreas precárias.

Seguindo na análise dos piores indicadores socioespaciais, tem-se a oferta de água potável e condições sanitárias (Tabela 10). O menor percentual de domicílios servidos por água encanada está no *aglomerado subnormal* Monte Sinai, seguido por outros dois Santa Rita e Ana Maria, mas também estão incluídos nesse tipo de precariedade urbana sete setores não considerados *subnormais*.

Tabela 10 – Percentual de domicílios com rede geral de água, lixo coletado e sem sanitário por bairros e *aglomerados subnormais* com indicadores mais críticos de habitação - Araguaína – TO/ 2010

| Domicílios com água da rede geral (%) |      | Domicílios com lixo coletado (%) |      | Domicílios sem sanitário (%) |      |
|---------------------------------------|------|----------------------------------|------|------------------------------|------|
| Bairros/setores                       | %    | Bairros/setores                  | %    | Bairros/setores              | %    |
| Monte Sinai <sup>1</sup>              | 46,0 | Brejão                           | 25,0 | Monte Sinai                  | 27,5 |
| Santa Rita                            | 50,9 | Santa Rita                       | 37,0 | Parque Bom Viver I           | 10,4 |
| Brejão                                | 51,3 | Vitória                          | 46,9 | Santiago                     | 6,3  |
| Fátima/Xixébal                        | 73,6 | Monte Sinai                      | 52,6 | Santa Rita                   | 6,1  |
| Ana Maria                             | 77,7 | Parque Bom Viver I               | 54,8 | Maracanã                     | 6,0  |
| Rodoviário                            | 78,1 | Araguaína Sul                    | 68,9 | Fatima                       | 5,9  |
| Mansões do Lago                       | 86,4 | Universitário                    | 74,3 | Universitário                | 5,8  |
| São Miguel                            | 87,7 | Maracanã                         | 75,4 | Araguaína Sul                | 5,2  |
| Manoel Cardoso                        | 88,2 | Ana Maria                        | 78,6 | Vitória                      | 4,8  |
| José Ferreira                         | 89,8 | Fátima/Xixébal                   | 79,8 | Barros                       | 4,4  |

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (Microdados por setor censitário). Elaboração do autor.

Nota 1: Os *aglomerados subnormais* estão realçados em cinza.

Alguns bairros selecionados entre os que não são servidos por água da rede geral (Rodoviário, Mansões do Lago, São Miguel, Manoel Cardoso, José Ferreira) abrigam famílias de renda média a alta, evidenciando que este indicador não imputa a estas áreas a condição de espaços de habitação precária (Tabela 10).

Quanto à coleta de lixo, é no Setor Brejão a maior deficiência desse serviço. Nesse quesito, estão empatados os setores *subnormais* e os não ilegais em quatro localidades cada um deles com carência desse serviço (Tabela 10).

Quanto às condições sanitárias, 27,5% dos domicílios em Monte Sinai estão sem sanitário, e 10,4% em Parque Bom Viver I, ambos *aglomerados subnormais*. Mesmo estando entre os piores, os demais setores guardam uma diferença acentuada em relação a esses dois lugares, pois oscilam entre 6,3 a 4,4% de seus domicílios sem sanitário, sendo mais dois *aglomerados subnormais* e cinco setores não irregulares. Novamente, os piores indicadores estão distribuídos entre setores pobres e os mais beneficiados.

Os *aglomerados subnormais* estão entre áreas de irregularidade no uso e posse do terreno urbano, pelo alto valor da terra em relação ao nível de renda dos moradores e pela ação humana produtora de degradação ambiental, ocorrendo casos de responsáveis pelos domicílios analfabetos.

Acreditava-se que a metodologia utilizada, para interpretar as desigualdades socioespaciais, iria revelar as piores situações concentradas nos *aglomerados subnormais* em Araguaína, mas observou-se que essa situação não era exclusiva, havendo outros setores que compartilhavam das precariedades urbanas, e que havia indicadores favoráveis entre os assentamentos irregulares *subnormais*.

Foi constatado que os *aglomerados subnormais* estão entre as áreas precárias com os indicadores críticos, mas, não coube a eles, o malgrado de setores com os piores indicadores.

A metodologia revelou que Araguaína não é, nitidamente, separada em áreas ricas e empobrecidas, pois coexistem a pobreza e riqueza no espaço, constituindo a qualificação das desigualdades socioespaciais nesta cidade.

O agravante dessa condição é a ocorrência da carência e/ou ausência de infraestrutura e serviços públicos em áreas empobrecidas, impondo adversidades aos moradores que em desvantagem econômica, não dispõem de renda para comprar esses benefícios, e assim ter acesso aos serviços, confirmando desigualdades socioespaciais marcantes e perversas.

Revela-se para Araguaína a concepção proposta em Carleial e Araújo (2010), de que a cidade é apropriada de modo desigual, fragmentando o tecido urbano em recortes de opulência e miséria convivendo contraditoriamente no espaço.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado geral deste estudo mostrou os problemas urbanos e as desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína e questionou a distribuição da miséria e da riqueza entre grupos da população, em seu espaço urbano. Além disso, reviu o conceito de *aglomerados subnormais* (IBGE) à luz da literatura especializada e procurou aplicar criticamente esse conceito à realidade dos espaços desiguais em Araguaína.

Araguaína foi revelada cidade média, com habitar diferenciado e desigual, espacializada em setores empobrecidos de populações de baixa renda e outros beneficiados com infraestrutura urbana e serviços públicos de saneamento mostrando as desigualdades socioespaciais convivendo contraditoriamente.

O processo de expansão econômica e urbana de Araguaína foi interpretado como seguindo a lógica do avanço capitalista, em que a cidade tem o espaço produzido como resultado da intervenção de diferentes atores com interesses antagônicos e conflitantes, vislumbrados nas diferenciações do acesso ao solo urbano e habitação.

A característica urbana de maior relevância em Araguaína, e a carência de infraestrutura urbana e de oferta de serviços públicos em seu espaço interno; peculiaridade que se mantém quando comparada com outras cidades médias da Amazônia.

No Tocantins, Araguaína possui indicadores sociais compatíveis com a carência generalizada de equipamentos e serviços, característica da urbanização na Amazônia, ceifada de problemas urbanos e desigualdades socioespaciais marcantes e severas.

A dinâmica socioeconômica dessa cidade foi exposta evidenciando efeitos perversos sobre as áreas urbanas precárias, desprovidas das condições básicas de vida digna e padronizada.

Apesar da deficiente infraestrutura urbana, Araguaína exerce papel de cidade média, com destaque em sua rede urbana, ao exercer funções de distribuição de bens e serviços para os moradores locais e para a população das cidades de sua área de influência, que extrapola os limites estaduais.

Verificou-se que as funções urbanas atribuídas a cidade média de Araguaína, associadas aos discursos de riqueza e prosperidade econômica de “capital do boi gordo” e “capital econômica do Tocantins”, não camuflaram as desigualdades, social e economicamente produzidas.

A ausência de infraestrutura urbana em Araguaína revela limitações do sistema econômico capitalista, administrado pelo Poder Público institucional, em atender às demandas e necessidades dos moradores das áreas empobrecidas da cidade, notadamente, nos *aglomerados subnormais*.

A análise sobre a renda espacializada do responsável pela residência desvendou Araguaína com expressivas desigualdades salariais e nível de renda alto concentrado em poucos bairros, com associação entre renda e instrução escolar formal.

Estas informações sobre renda mostraram essa variável como determinante para o acesso aos bens e serviços necessários à vida urbana, pois quanto menor foi a renda, maiores foram as carências habitacionais observadas e quanto maior a renda, maior a presença de melhorias no entorno, salvas as exceções.

A análise da configuração urbana de Araguaína não confirmou o estabelecimento de uma linha divisória nítida entre bairros ricos e bairros pobres, mas é possível observar aspectos misturados de pobreza e riqueza nesta cidade média.

Se pudessem ser agrupados os bairros mais abastados estariam adjacentes ao centro comercial, mantendo-se nas direções Centro-Oeste e Centro-Sul, mas também ocorrem em áreas isoladas. Nos bairros mais afastados do centro comercial, a renda vai sendo reduzida, até as áreas empobrecidas, disseminadas nos extremos do tecido urbano, notadamente ao Norte, Sul e Leste.

A ausência do provimento adequado de água atinge bairros ricos e pobres, sendo de maior intensidade em localizações habitadas pelas classes sociais empobrecidas; particularmente nas de uso recente para moradia, a exemplo dos *aglomerados subnormais*, mas também em bairros mais antigos.

O sistema público de coleta do lixo é disseminado pela cidade, embora com elevado grau de desproporção entre os bairros. A oferta diferenciada deste serviço

reforça as desigualdades no espaço urbano de Araguaína à medida que se observa uma maior captação em determinados bairros típicos de classe média e alta, e menor densidade da coleta em áreas empobrecidas.

A falta de unidade sanitária é fenômeno típico de áreas periféricas empobrecidas, definindo um tipo de precarização da habitacional excepcional numa sociedade moderna. O maior percentual de domicílios nestas condições ocorre nos bairros onde chefe da família possui renda média de até um salário mínimo.

Já a carência do serviço de esgotamento sanitário adequado é generalizada por quase toda a cidade, atingindo áreas que abrigam moradores de renda mais opulenta e renda inclinada.

A situação torna-se desfavorável quando combina-se rendimentos declinantes, com as deficiências na rede de esgoto, associadas à carência de instalações sanitárias, à distribuição de água tratada e à coleta de lixo, que tendem a atingir com maior vigor as áreas mais empobrecidas, evidenciando as desigualdades no acesso à cidade e as infraestruturas urbanas.

Em Araguaína coexistem a pobreza e riqueza nos mesmos fragmentos de espaço, constituindo a qualificação das desigualdades socioespaciais nesta cidade

O agravante dessa condição é a ocorrência da carência e/ou ausência de infraestrutura e serviços públicos em áreas empobrecidas, impondo adversidades aos moradores que em desvantagem econômica, não dispõem de renda para comprar esses benefícios, e assim ter acesso aos serviços, confirmando desigualdades socioespaciais marcantes e perversas.

A metodologia utilizada para interpretar as desigualdades socioespaciais, revelou, que entre os bairros em desvantagem, quanto se considera a oferta de infraestrutura urbana e serviços públicos, estão novas áreas de moradia popular, entre as quais os *aglomerados subnormais*, não sendo exclusiva deles o atributo dos piores indicadores, e que havia entre esses assentamentos irregulares *subnormais* indicadores favoráveis.

Outra limitação do conceito de *aglomerado subnormal* é sua inviabilidade como padrão para identificar desigualdades socioespaciais entre cidades, o que reforça que há falhas na definição censitária. Apesar disso, as informações dessa

classificação censitária não devem ser desprezadas, e que não seja considerado como critério isolado.

A incapacidade do Poder Público de exercer a justiça social e a equidade foi diagnosticada nos indicadores apresentados, que mostraram uma ação pública responsável pelos bens e serviços coletivos ineficiente para acompanhar o crescimento demográfico da cidade e proporcionar à população das áreas de expansão urbana mais recentes os benefícios da urbanização.

Almeja-se, assim, que as informações sobre o acesso desigual à habitação em Araguaína, tenha uma função social: primeiro, como um diagnóstico disponibilizado para a população e os gestores públicos municipais; para depois servir como instrumento de planejamento e prognóstico.

É relevante anotar, que as deficiências deste trabalho serão desafios para futuras pesquisas, como, por exemplo, mensurar a qualidade dos serviços públicos e de infraestrutura e o nível de satisfação da população com essa oferta governamental.

Outras lacunas desta tese são desafios para novas pesquisas: o debate sobre análise do espaço intraurbano e rede urbana, diferentes e complementares escalas do urbano, ainda não conciliadas; a discussão sobre projetos e políticas públicas municipais de Araguaína; contemplar opiniões dos agentes do poder público municipal, de líderes comunitários e da população. Esta última abordagem certamente é relevante para proceder em outra instigação, que é a de avançar em aspectos qualitativos da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- AJARA, C. O Estado do Tocantins: Reinterpretação de um Estado de Fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.4, p. 5-31, out. /dez. 1991.
- AMORA, Z. B. Cidades médias: considerações sobre a discussão conceitual. In: FREITAS, N. A.; MARIA JR, M.; HOLANDA, V. C. C. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano**: Sobral e Região em Foco. Sobral: EDUECE, 2010, p.263-287.
- AMORIM FILHO, O.B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias In: SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69 - 87.
- ANDRADE, T. A., SERRA, R. V.; SANTOS, D.P. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.251-293.
- ANHANGUERA. Faculdade Anhanguera. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/graduacao/localidades/polo-araguaína-to.php>>. Acesso em: 2/set. /2015
- AQUINO, N.A. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins. In: GIRALDIN, O (org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; 2004. p. 315-350.
- ARAGUAÍNA (Prefeitura). **Revisão do Plano diretor municipal de Araguaína - Tocantins**. Relatório técnico final. 2004
- \_\_\_\_\_. Mapa urbano da cidade de Araguaína. Prefeitura de Araguaína. Secretaria de Planejamento e Obras. Araguaína, 2010.
- \_\_\_\_\_. Planta de valores do IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano 2015 – Anexo I. Araguaína, 2015. Disponível em: <<http://araguaína.to.gov.br/arquivos/AnexosIPTU2015.pdf>>. Acesso em 3/mai. /2015.
- ARAÚJO, A. M. M. **Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional**: o caso de Fortaleza. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Fortaleza, MetrÓpole Regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EdUece, 2010.
- ARAÚJO, A.M.M.; CARLEIAL, A.N. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Nova Scripta** (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales). v. 7, n. 146 (030), 1/ago. /2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>. Acesso em:10/jan. /2011.
- BARBOSA, A. S.; G, HORIESTE; TEIXEIRA NETO, A. **Geografia**: Goiás - Tocantins. Goiânia: ed. da UFG, 2005.
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F. et. al. (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003. p.651-656.

\_\_\_\_\_. Amazônia: **Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BENTO, V. R. S. **Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011. Disponível em <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso em 20/nov./2014.

BESSA, K. Os processos de diferenciação entre os centros e a reestruturação da rede urbana: a dinâmica recente do segmento no Tocantins. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**.... 2010. p. 1-10.

BERNADES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. **Sociedade e natureza**. In: CUNHA, S. B.; TEIXEIRA, A. J. G., (org.). A questão ambiental: diferentes abordagens. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 17-40.

BOVOLATO, L. E., GODOY M. C. T.F. Qualidade das águas subterrâneas em Araguaína/TO. **Revista Águas Subterrâneas**, São Paulo, Suplemento do Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, 14, 2006. Disponível em: <<http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/issue/view/1185/showToc>>. Acesso em 14/set. /2014.

BUENO, L. M. de M. Contribuições para o conhecimento sobre as favelas no Brasil. In: SILVA, Jaílson et al.(Org.). O que é, afinal, a favela? Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2009. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/acervo/o-que-e-a-favela-afinal-2/>>. Acesso em 15/jun./2013.

BRASIL. Lei 9.785 de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei no 3365, de 6/1941; Leis 12/1973 e Lei 6.766, de 12/1979. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9785.htm)>. Acesso em 5/abr./2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010. Balança comercial, Exportação no Tocantins e municípios entre 1990 a 2010 (empresas e produtos). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em 20/out. /2011.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Brasília, DF, 2007. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-pl.html>>. Acesso em 10/dez. /2014.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 2009. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. 2009. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cp106481.pdf>>. Acesso em: 12/set. /2013.

CARDOSO F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

CARLEIAL, A. N.; ARAÚJO, A. M. M (Org.). **Atlas de Fortaleza 2000**. Fortaleza: EdUece, 2010.

CARLOS, A. F. A. **A (RE) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994

\_\_\_\_\_. **A Cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto. 2007.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.245 277.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul. /set. 1987.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo Expressão: Popular, 2007. p. 23-34.

COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoAmericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/14.pdf>>. Acesso em 10/jul. / 2013.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

DUARTE, G. A. et al. As (trans) formações sócio-espaciais no estado do Tocantins e o (des) envolvimento a partir da implantação da rodovia Belém-Brasília (BR-010). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**.... 2010.

FACDO (Faculdade Católica Dom Orione). Disponível em: <<http://www.catolicaorione.edu.br/portal/>>. Acesso em 2/set. /2015

FACIT (Faculdade de Ciências do Tocantins). Disponível em: <<http://www.faculdefacit.edu.br/catcurso/11/graduacao>>. Acesso em 2/set. /2015.

GASPAR, J. G. **Araguaína e sua região**: Saúde como reforço da polarização. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e ciências humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

GONDIM, L. M. P. Aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?” In: SILVA, J. (Orgs.). O que é, afinal, a favela? Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2009. Disponível em:

<<http://observatoriodefavelas.org.br/acervo/o-que-e-a-favela-afinal-2/>>. Acesso em: 15/jun./2013.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HOLANDA, V. C.C. Transformações sócioespaciais das cidades médias cearenses. **Revista de Geografia**. Recife (PE). v. 28, n. 1, p. 6-13. 2011. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/transforma%C3%A7%C3%B5es%20nas%20cidades%20medias%20cearenses.pdf>>. Acesso em: 11/fev. /2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

\_\_\_\_\_. Regiões de influência das cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%1993.pdf>>. Acesso em: 16/out. /2010.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de 1991. Disponível em: 2000<<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 10/mai. /2015.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2000. Resultados do universo por setor censitário, município, UF e Brasil. 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)>. Acesso: 15/out. /2014 a 10/jun./2015.

\_\_\_\_\_. Mapas de biomas do Brasil 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em: 14/dez. /2014.

\_\_\_\_\_. Regiões de Influência das Cidades 2007 (publicação e base de dados dos municípios). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>>. Acesso em: 16/out. /2012.

\_\_\_\_\_. IBGE. Censo demográfico 2010. Resultados do universo por setor censitário, município, UF e Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso: 28/set. /2014 a 30/ago. /2015

\_\_\_\_\_. Aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/agsn2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf)>. Acesso: 17/ dez. / 2012.

\_\_\_\_\_. Produto interno bruto dos municípios 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/PIBMun/default.asp?o=30&i=P>>. Acesso em 3/mai. /2015.

\_\_\_\_\_. Produção Agrícola e Pesquisa Pecuária Municipal. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=24>>. Acesso em 3/mai. /2015.

\_\_\_\_\_. Gestão do Território 2014 - Redes e fluxos do território (Publicação e base de dados dos municípios). Rio de Janeiro, 2014. <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes\\_fluxos/gestao\\_do\\_territorio\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm)>. Acesso em 5/jun./2015.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Séries temporais (1970 a 2010). 2015. <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 10/mai. /2015.

IFTO. (Instituto Federal do Tocantins). Disponível em: <[araguaina.iftto.edu.br](http://araguaina.iftto.edu.br)>. Acesso em: 2/set. /2015.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Portal do Monitoramento de Queimadas e Incêndios. 2015. Disponível em: <http://www.inpe.br/queimadas>. Acesso em: 02/08/2015.

ITPAC. (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos). Disponível em: <<http://www.itpac.br>>. Acesso em: 2/set. /2015

KOTSCHO, R. **O Massacre dos Posseiros**: conflitos de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/7/6>>. Acesso em 2/out. /2011.

MACHADO, L. O. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica**: Questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB, 1990.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, redes de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Campinas, SP. Anais eletrônicos.... Campinas, SP. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/863/888>>. Acesso em 06/fev. /2014.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.p. 121-182.

MARQUES, E. (coord.) et al. Assentamentos precários no Brasil Urbano. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <[http://www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/assentamentos\\_web.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf)>. Acesso em 04/mai. /2013.

MARTINS, J.S. **Exclusão e nova desigualdade social**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009.

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio**: A agenda das políticas públicas em disputa. 2006. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). Disponível em: < [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)>. Acesso em:10/fev. /2015.

MELAZZO, E. S. Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R.B. (org.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 109-133.

MORAES, A C R.; COSTA, M. W. **Geografia crítica**: a Valorização do espaço. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista** - o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARENTE, T. G. Fundamentos históricos do estado do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2007.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova** (Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales). X Colóquio Internacional de Geocrítica. P. 26 - 30 de mai. de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/275.htm>>. Acesso em: 15/fev. /2013.

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas**: um estudo de Araguaína – TO. 2013. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia (MG), 2013. Disponível em: <<http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/353>>. Acesso em 2/jul. /2014

PNUD. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 22/abr./2015.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: Cidades médias: produção do espaço urbano regional. SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 327-346

RIBEIRO, M.A. **A complexidade da rede urbana amazônica**: três dimensões de análise. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Transformações na rede urbana: o exemplo da Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, v.17, n.1, p. 63-72, jan./jun.1997. Disponível em: <[https://revistas.ufg.br/index.php?journal=bgg&page=article&op=view&path\[\]=4297&path\[\]=3769](https://revistas.ufg.br/index.php?journal=bgg&page=article&op=view&path[]=4297&path[]=3769)>. Acesso em: 5/jan.2015.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. Desigualdades socioespaciais - A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v.4, n.6, 2007, p.73 -88. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571/602>>. Acesso em: 14/fev. /2013.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SILVA, M. C. **Leishmaniose Visceral: fatores determinantes e condicionantes de uma epidemia anunciada em Araguaína-TO**. 2013. 172 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia (MG). Disponível em < <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/350>>. Acesso em 20/jan. /2014

SILVA, R. A. **Agropecuária de Araguaína e novas centralidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 153 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso: 10/jan. /2013.

SILVA, R.A. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. **Revista GeoUECE**. Número Especial, p.26-41, dez.de 2014. Disponível em: <<http://seer.uece.br/geoece>>. Acesso em: 30/jan.2015.

SOUSA, J. M. As formas atuais da urbanização amazônica e os seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz-MA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em:<[www.simpurb2013.com.br](http://www.simpurb2013.com.br)>. Acesso em 12/jan. /2015.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-63, 1999.

SPOSITO, M.E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. n. 54, ago. 2004, p. 114-139. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56905408>>. Acesso em 14/fev./2014

\_\_\_\_\_. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas, Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-196.

\_\_\_\_\_. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233 -253.

TOCANTINS (Estado). **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN) Palmas: Seplan, 2005.

\_\_\_\_\_. Perfil socioeconômico dos municípios do Tocantins. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN) Palmas, 2013. Disponível em: <[http://www.seplan.to.gov.br/Portal/faces/perfil\\_inicio.xhtml](http://www.seplan.to.gov.br/Portal/faces/perfil_inicio.xhtml)>. Acesso em 15/jul./2014.

\_\_\_\_\_. *Produto Interno Bruto 2012*. Disponível em <<http://seplan.to.gov.br/estatistica/produto-interno-bruto/>>. Acesso em 30/mar./2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.060, de 17/jun./ 2009. Publicado no Diário Oficial nº2.914 (Declara Capital Tocantinense do Boi Gordo o Município de Araguaína) <<http://www.al.to.gov.br/legislacaoEstadual>>. Acesso em: 3/jun./2011.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em <[www.xiisimpurb2011.com.br](http://www.xiisimpurb2011.com.br)>. Acesso em 05/ out./2011

\_\_\_\_\_. Grandes Projetos, Urbanização do território e Metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, v.1, n. 26, p. 177-194. jan./jun. 2006. <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/214/198>>. Acesso em: 21/jun./2012.

TRINDADE JR., S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPÓSITO, M. E. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, S.C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: Novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis-SC. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3296>>. Acesso em 22/set./2011.

UECE. (Universidade Estadual do Ceará). Guia de normalização de trabalhos acadêmicos. Sistema de Bibliotecas. Fortaleza, 2014. Disponível em:

<[http://www.uece.br/biblioteca/dmddocuments/Guia\\_Normalizacao\\_UECE.pdf](http://www.uece.br/biblioteca/dmddocuments/Guia_Normalizacao_UECE.pdf)>. Acesso em 8/jan.2016.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em <<http://ww1.uft.edu.br/>>. Acesso em 2/set. /2015.

UNOPAR. Universidade do Norte do Paraná. Disponível em: <<https://vestibular.unoparead.com.br/>>. Acesso em 2/set. /2015.

VALVERDE, O.; DIAS, C.V. **A Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

VASCONCELOS FILHO, J.M. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidade saudáveis e democráticas**: Reflexões sobre Araguaína-TO. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013. Disponível em <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/3336>>. Acesso em 10/jan. /2015.

VIEIRA, A. B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias**: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política. 2009. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009. Disponível em <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/unesp/246822> >. Acesso em 5/fev. /2015.

VIEIRA, A.B.; NUNES, M.; GUIMARÃES, R.B. Desigualdades e exclusão em cidades médias brasileiras. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R.B. (org.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.59-71.

VIEIRA, A.B.; NUNES, M.; MARTINUCI, O. S. Riqueza e exclusão em cidades médias paulistas. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R.B. (org.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 85-108.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Quadro de correspondência espacial entre setores censitários,  
divisão em bairros e zoneamento tributário – Araguaína–TO/2010-2015**

| Setor censitário (IBGE,2010) | Bairro, setor, vila ou loteamento correspondente (ARAGUAÍNA, 2010) | Zoneamento tributário (ARAGUAÍNA, 2015) |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 0001                         | Centro                                                             | 1 - Zona Central                        |
| 0002                         | Centro                                                             | 1 - Zona Central                        |
| 0003                         | Centro                                                             | 1 - Zona Central                        |
| 0004                         | Centro e Bairro São João                                           | 1 - Zona Central                        |
| 0005                         | Centro e Bairro São João                                           | 1 - Zona Central                        |
| 0006                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0007                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0008                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0009                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0010                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0011                         | Conjunto Patrocínio                                                | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0012                         | Conjunto Patrocínio e Jardim das Flores                            | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0013                         | Residencial Itaipu                                                 | 12 - Zona Leste                         |
| 0014                         | Setor Tocantins                                                    | 12 - Zona Leste                         |
| 0015                         | Setor Santa Terezinha Residencial Camargo e Vila Santa Luzia       | 11 - Zona Sudeste                       |
| 0016                         | Setor Santa Terezinha e Setor Carajás                              | 11 - Zona Sudeste                       |
| 0017                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0018                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0019                         | Bairro São João/ Feirinha                                          | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0020                         | Bairro São João                                                    | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0021                         | Bairro Senador                                                     | 2 - Zona Centro-Leste                   |
| 0022                         | Vila Aliança                                                       | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0023                         | Bairro Eldorado e Setor Urbano                                     | 11 - Zona Sudeste                       |
| 0024                         | Bairro Eldorado                                                    | 11 - Zona Sudeste                       |
| 0025                         | Vila Bragantina                                                    | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0026                         | Jardim Paulista                                                    | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0027                         | Setor Urbano e Jardim Paulista                                     | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0028                         | Recanto do Lago                                                    | 10 - Zona Sul                           |
| 0029                         | Setor Tecnorte e Jardim Filadélfia                                 | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0030                         | Bairro Senador, Loteamento Dona Nelcia e Jardim América            | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0031                         | Setor Belo Horizonte                                               | 1 - Zona Central                        |
| 0032                         | Setor Alaska                                                       | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0033                         | Setor Alaska                                                       | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0034                         | Bairro Neblina, Vila Rosário e Setor George Yunes                  | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0035                         | Setor Rodoviário, Setor George Yunes e setor Manoel Cardoso        | 4- Zona Centro-Oeste                    |

Continua

## Continuação

| Setor censitário (IBGE,2010) | Bairro, setor, vila ou loteamento correspondente (ARAGUAÍNA, 2010)   | Zoneamento tributário (ARAGUAÍNA, 2015) |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 0036                         | Setor Anhanguera                                                     | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0037                         | Jardim Esplanada e Setor Martins Jorge                               | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0038                         | Nova Araguaína e Mansões do Lago                                     | 10 - Zona Sul                           |
| 0039                         | Nova Araguaína                                                       | 10 - Zona Sul                           |
| 0040                         | Bairro de Fátima e Setor Xixebal                                     | 10 - Zona Sul                           |
| 0041                         | Bairro JK                                                            | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0042                         | Setor Oeste e Bairro JK                                              | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0043                         | Setor Oeste, Setor São Miguel e Vila Dertins                         | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0044                         | Setor São Miguel e Jardim Califórnia                                 | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0045                         | Bairro JK                                                            | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0046                         | Setor Manoel Cardoso e Setor Aeroporto                               | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0047                         | Conjunto Urbanístico, Setor Manoel Gomes da Cunha e Setor Rodoviário | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0048                         | Vila Nova, Setor Entroncamento                                       | 8 - Zona Oeste                          |
| 0049                         | Setor Entroncamento (Loteamento S. Francisco)                        | 8 - Zona Oeste                          |
| 0050                         | Bairro Neblina e Setor Dom Orione                                    | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0051                         | Setor Dom Orione e Bairro Neblina                                    | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0052                         | Setor Planalto                                                       | 8 - Zona Oeste                          |
| 0053                         | Loteamento Murad e Setor Noroeste                                    | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0054                         | Setor Noroeste (L. Panorama)                                         | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0055                         | Setor Itapuã                                                         | 8 - Zona Oeste                          |
| 0056                         | Setor Planalto e Couto Magalhães                                     | 8 - Zona Oeste                          |
| 0057                         | Setor Bela Vista II, Vila Santiago e Vila da Paz                     | 7 - Zona Norte                          |
| 0058                         | Setor Couto Magalhães e Setor São Luiz                               | 8 - Zona Oeste                          |
| 0059                         | Setor Noroeste e Setor Brasil                                        | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0060                         | Setor Noroeste e Setor Brasil                                        | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0061                         | Centro                                                               | 1 - Zona Central                        |
| 0062                         | Centro                                                               | 1 - Zona Central                        |
| 0063                         | Centro                                                               | 1 - Zona Central                        |
| 0064                         | Setor Cimba e Setor Brasil                                           | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0065                         | Setor Araguaína Sul e Imaculada Conceição                            | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0066                         | Setor Araguaína Sul                                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0067                         | Setor Araguaína Sul                                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0068                         | Setor Araguaína Sul                                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0069                         | Setor Araguaína Sul                                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0070                         | Setor Raizal                                                         | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0071                         | Morada do Sol, Jardim Bouganville e Jardim Mônaco                    | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0072                         | Setor Tereza Hilário Ribeiro                                         | 6 - Zona Nordeste                       |

Continua

## Continuação

| Setor censitário (IBGE,2010) | Bairro, setor, vila ou loteamento correspondente (ARAGUAÍNA, 2010)        | Zoneamento tributário (ARAGUAÍNA, 2015) |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 0073                         | Favela Santa Rita (Aglomerado Subnormal)                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0074                         | Vila Goiás, Vila Santiago, Setor Sul                                      | 7 - Zona Norte                          |
| 0075                         | Vila Norte                                                                | 7 - Zona Norte                          |
| 0076                         | Vila Couto Magalhães                                                      | 7 - Zona Norte                          |
| 0077                         | Setor Bela Vista                                                          | 7 - Zona Norte                          |
| 0078                         | Setor Maracanã e Setor Serra Dourada                                      | 7 - Zona Norte                          |
| 0079                         | Jardim Boa Vista, Setor Barros (Residencial Construindo Sonhos)           | 7 - Zona Norte                          |
| 0080                         | Jardim Pedra Alta, Parque Sonhos Dourados, Vila Cearense e Vila Piauiense | 8 - Zona Oeste                          |
| 0081                         | Setor Brejão, Vila Jardim (também Jardim dos Ipês)                        | 8 - Zona Oeste                          |
| 0082                         | Centro                                                                    | 1 - Zona Central                        |
| 0083                         | Bairro São João                                                           | 1 - Zona Central                        |
| 0084                         | Setor Coimbra                                                             | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0085                         | Setor Coimbra                                                             | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0086                         | Setor Palmas, Alto Bonito e Vila Ribeiro                                  | 12 - Zona Leste                         |
| 0087                         | Setor Céu Azul                                                            | 12 - Zona Leste                         |
| 0088                         | Setor Céu Azul                                                            | 12 - Zona Leste                         |
| 0089                         | Setor Tiúba, Vila Nova e Parque Primavera                                 | 12 - Zona Leste                         |
| 0090                         | Jardim Paulista                                                           | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0091                         | Setor Urbano                                                              | 5 - Zona Centro-Sul                     |
| 0092                         | Centro                                                                    | 1 - Zona Central                        |
| 0093                         | Loteamento Liberdade e Setor Oeste                                        | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0094                         | Nova Araguaína                                                            | 10 - Zona Sul                           |
| 0095                         | Jardim Itatiaia e Setor Oeste                                             | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0096                         | Setor Couto Magalhães                                                     | 8 - Zona Oeste                          |
| 0097                         | Setor Luiz Vinhal e Loteamento Castelo Branco                             | 7 - Zona Norte                          |
| 0098                         | Setor Araguaína Sul                                                       | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0099                         | Setor Raizal                                                              | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0100                         | Setor Raizal                                                              | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0101                         | Morada do Sol II                                                          | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0102                         | Favela Jardim das Mangueiras (Aglomerado Subnormal)                       | 7 - Zona Norte                          |
| 0103                         | Jardim Europa, Setor José Ferreira e Residencial Pedro Borges             | 8 - Zona Oeste                          |
| 0121                         | Bairro São João                                                           | 2-Zona Centro-Leste                     |
| 0122                         | Bairro São João                                                           | 2- Zona Centro-Leste                    |
| 0123                         | Favela Ana Maria (Aglomerado Subnormal)                                   | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0124                         | Bairro Santa Terezinha, setor Carajás e Vila Ferreira                     | 11 - Zona Sudeste                       |
| 0125                         | Bairro Eldorado                                                           | 11 - Zona Sudeste                       |

Continua

## Continuação

| Setor censitário (IBGE,2010) | Bairro, setor, vila ou loteamento correspondente (ARAGUAÍNA, 2010)                            | Zoneamento tributário (ARAGUAÍNA, 2015) |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 0126                         | Jardim Santa Mônica, Mansões do Lago e Jardim das Palmeiras                                   | 5- Zona Centro-Sul                      |
| 0127                         | Recanto do Lago/ Beira Lago                                                                   | 10 - Zona Sul                           |
| 0128                         | Setor Anhanguera                                                                              | 4- Zona Centro-Oeste                    |
| 0129                         | Nova Araguaína                                                                                | 10 - Zona Sul                           |
| 0130                         | Favela Monte Sinai e residencial Vila Azul (Aglomerado Subnormal)                             | 10 - Zona Sul                           |
| 0131                         | Bairro JK                                                                                     | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0132                         | Setor Oeste e Setor Raio de Sol                                                               | 9 - Zona Sudoeste                       |
| 0133                         | Setor São Pedro                                                                               | 8 - Zona Oeste                          |
| 0134                         | Setor São Luiz e Setor Noroeste                                                               | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0135                         | Cimba                                                                                         | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0136                         | Setor Araguaína Sul                                                                           | 3 -Zona Centro-Norte                    |
| 0137                         | Setor Araguaína Sul                                                                           | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0138                         | Setor Raizal                                                                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0139                         | Setor Raizal                                                                                  | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0140                         | Vila Norte                                                                                    | 7 - Zona Norte                          |
| 0141                         | Setor Bela Vista e Vila Couto Magalhães                                                       | 7 - Zona Norte                          |
| 0142                         | Favela Parque Bom Viver I (Aglomerado Subnormal), Setor Morumbi                               | 7 - Zona Norte                          |
| 0143                         | Setor Barros (corresponde também área do residencial Costa Esmeralda)                         | 7 - Zona Norte                          |
| 0144                         | Setor Coimbra                                                                                 | 6 - Zona Nordeste                       |
| 0145                         | Favela Vitoria – Setor Vitoria, Alto Bonito e Residencial Flamboyant - (Aglomerado Subnormal) | 12 - Zona Leste                         |
| 0146                         | Mansões do Lago, Jardim do Lago e Loteamento Liberdade                                        | 10 - Zona Sul                           |
| 0147                         | Setor Universitário e Setor Bela Vista II                                                     | 7 - Zona Norte                          |

Fonte: IBGE (2010), Araguaína (2010, 2015). Elaboração do autor.

**APÊNDICE B – Valor venal do metro quadrado de terreno por zona urbana em  
Araguaína, segundo Prefeitura Municipal – Araguaína–TO /2015**

| Zonas de IPTU         | Bairros que compõem a zona                                                                                                                                                                                                                                 | Valor venal do terreno (m²)<br>em R\$ |                |                |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------|
|                       |                                                                                                                                                                                                                                                            | Maior<br>valor                        | Menor<br>valor | Valor<br>médio |
| 1 - Zona Central      | Bairro Centro, Setor Belo Horizonte e parcelas do Bairro São João e Setor Alaska.                                                                                                                                                                          | 1.500,00                              | 150,00         | 589,30         |
| 2 - Zona Centro-Leste | Bairro São João, parte do Bairro Senador, Feirinha.                                                                                                                                                                                                        | 360,00                                | 83,00          | 174,43         |
| 3 -Zona Centro-Norte  | Bairro Cimba, Setor Brasil, Setor Noroeste, Loteamento Murad e parte do Bairro Araguaína Sul.                                                                                                                                                              | 108,00                                | 67,00          | 83,25          |
| 4- Zona Centro-Oeste  | Setor Anhanguera, Setor Alaska, Conjunto Urbanístico, Rodoviário, Vila Rosário, Manoel Gomes, Setor George Yunes, Bairro Neblina, Setor Dom Orione e outros.                                                                                               | 720,00                                | 99,00          | 232,08         |
| 5 - Zona Centro-Sul   | Bairro Senador, Loteamento Dona Nelcia, Vila Aliança, Setor Tecnor, Jardim Filadélfia, Jardim das Palmeiras, Jardim Paulista, Jardim Santa Helena, Setor Urbano e outros                                                                                   | 210,00                                | 91,00          | 134,72         |
| 6 - Zona Nordeste     | Setor Araguaína Sul, Setor Morada do Sol, Setor Santa Rita (Setor Sul e Setor Presidente Lula), Setor Raizal, Setor Tereza Hilário Ribeiro, Setor Ana Maria, Jardim das Flores, Conjunto Patrocínio, Setor Coimbra, Jardim Bougaville, J. Mônaco e outros. | 120,00                                | 17,00          | 50,45          |
| 7 - Zona Norte        | Setor Barros, Parque Bom Viver I, Setor Maracanã, Vila Couto Magalhães, Vila Norte, Setor Universitário, Vila Goiás, Setor Costa Esmeralda, Jardim das Mangueiras e outros.                                                                                | 59,00                                 | 17,00          | 36,50          |
| 8 - Zona Oeste        | Entroncamento, Jardim dos Ipês, Jardim Europa, Vila Cearense, Setor Sonhos Dourados, Setor, Setor Couto Magalhães, Setor Pedra Alta, Setor Brejão, Setor José Ferreira, Setor Itapuã, Setor Planalto e outros.                                             | 371,00                                | 51,00          | 106,00         |
| 9 - Zona Sudoeste     | Setor Martins Jorge, Setor São Miguel, Setor Esplanada, Bairro JK, Setor Oeste, Setor Raio de Sol, Loteamento Cruzeiro, Jardim Itatiaia, Setor Alto Bonito, Jardim Califórnia e outros.                                                                    | 214,00                                | 51,00          | 108,00         |
| 10 - Zona Sul         | Setor Monte Sinai, Vila Azul, Setor Nova Araguaína, Bairro de Fátima, Vila Xixébal, Setor Cidade Nova, Parque do Lago, Setor Mansões do Lago e outros                                                                                                      | 59,00                                 | 17,00          | 35,87          |
| 11 - Zona Sudeste     | Setor Santa Luzia, Bairro Santa Terezinha, Setor Eldorado, parte do Jardim Paulista, Loteamento Lago Sul, Setor Eldorado, Setor Urbano, Setor Karajás, Vila Ferreira e outros                                                                              | 78,00                                 | 49,00          | 63,80          |
| 12 - Zona Leste       | Setor Residencial Camargo, Setor Tocantins, Vila Ribeiro, Setor Céu Azul, Setor Vitória, Setor Itaipu, Setor Tiúba, Setor Palmas, Setor Alto Bonito, Jardins Siena e outros                                                                                | 54,00                                 | 24,00          | 35,80          |

Fonte: Araguaína (2015, p. 259-262).